1997

TERRA LIVRE

13

DOSSIÊ:

Os PCNs em discussão

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS

agb

DOSSIÊ:

Os PCNs em discussão

TERRA LIVRE nº 13, agosto, 1997
ISSN 0102-8030

TERRA LIVRE é uma publicação semestral da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Os artigos expressam a opinião do(s) autor(s), não implicando, necessariamente, na concordância da Diretoria Executiva ou do Editor.

Editor Responsável: Douglas Santos
Ilustração da Capa: Alexandre Santos
Editoração Eletrônica: Itamar Rodrigues

Conselho Editorial:
Aldo Paviani, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Armem Mamigonian, Aziz Nacib Ab'saber, Beatriz Soares Pontes, Carlos Walter Porto Gonçalves, Gil Sodero de Toledo, Heinz Dieter Heidemann, Horieste Gomes, Lucas Batista Pereira, João Lima Sant'anna Neto, Odete Seabra, João Ferrão, Honácio Capel, Wanda Claudinos, José Borzachiello da Silva, José Willian Vesentini, Lylian Coltrinari, Manoel Fernandes Gonçalves Seabra, Manoel Correia de Andrade, Maria Lúcia Estrada, Milton Santos, Nelson Rego, Ruy Moreira, Samuel do Carmo Lima, Silvio Bray e Tomoko Iyda Paganelli.

Diretoria Executiva Nacional
Presidente: Antonio Thomaz Jr. (Presidente Prudente-SP)
Vice-Presidente: Gil Sodero de Toledo (São Paulo-SP)
1ª Secretária: Cláudia Victor Pereira (São Paulo-SP)
2º Secretário: João Batista de Deus (Goiânia-GO)
1º Tesoureiro: Renato Léda Miranda (Vitória da Conquista-BA)
2º Tesoureiro: José Eleno da Silva (Recife-PE)
Comissão de Publicação:
Anézio Rodriguez (Bauru-SP)
Marcos Antônio Campos Couto (São Gonçalo-RJ)
Douglas Santos (São Paulo-SP)
Lourenço Magnoni Júnior (Bauru-SP)
Charles da França Antunes (Niteroi-RJ)
Comissão de Meio Ambiente:
Valter Maestro (São Paulo-SP)
Ricardo Rachid (Mapuí-RJ)
Comissão de Geografia Física: Lucivânio Jatobá (Recife-PE)
Comissão de Ensino: Álvaro José de Souza, Núria Hanglei Cacete,
Luis Fernando de Freitas Camargo (Boutucatu-SP)
Comissão de Agrária:
Rosicleide Alves Moura (São Paulo-SP)
Iraci Gomes de Vasconcelos Palheta (São Paulo-SP)
Comissão de Assuntos Urbanos: Willian Rosa Alves'
Comissão de Intercâmbio e Assuntos Internacionais: Heinz Dieter Heidmann (São Paulo-SP)
Comissão de Assuntos Profissionais: Pedro Viana Guedes (Curitiba-PR)
Representantes CONFEA/CREAS:
Nelson Garcia Pedroso (São Paulo-SP)
Carlos Walter Porto Gonçalves (Niteroi-RJ)

AGB Nacional
Associação dos Geógrafos Brasileiros
Caixa Postal 64 525 - CEP 05497-970
Tel.: (011) 818-3758
http: //www.prudente.unesp.br/agb-nac/index.html

Cpyright©1997 by AGB

EDITORIAL

A revista que estamos apresentando traz, como tema central, reflexões em torno dos PCNs. O que será que isso significa? Em que medida podemos afirmar que construir Parâmetros Curriculares pode, ou não, promover avanços e amadurecimento no ensino de nossa disciplina?

O posicionamento de nossa entidade - expresso no Encontro Nacional em Recife-PE em julho de 1996 - foi inequívoco: não cabe ao Estado a tarefa de definir, ou optar por, esta ou aquela linha pedagógica; não cabe ao Estado eleger como melhor uma determinada forma de se pensar a Geografia. A AGB, ao que me parece, não se contrapôs ao fato de que o Estado deve produzir e promover políticas públicas, mas, de uma maneira ou de outra, tais políticas não podem atingir ou colocar em questão a capacidade da sociedade civil definir suas próprias prioridades, elegendo caminhos conceituais que, a cada momento, possam lhes parecer mais convincentes ou efetivos.

Foi, naquele momento, possível se avaliar a qualidade dos PCNs? Para quem acompanhou os debates do Recife ficou muito claro que não. Aliás, tal avaliação mostrou-se secundária frente a uma questão de princípio e que envolve, efetivamente, os limites do poder de Estado.

Os debates do Recife mal haviam se acabado e já montávamos, nas dependências da PUC-SP um novo seminário. Ai, sim, procuramos avaliar qualitativamente os documentos apresentados pelo MEC, e os resultados foram suficientes para que, alguns dias depois, nos posicionássemos frente ao MEC e os representantes da ANPUH, numa reunião em Brasília.

E agora?

Agora apresentamos algumas reflexões em torno do tema e, como se verá, nenhuma delas expressa, claramente, o próprio posicionamento da Entidade. Critica-se os PCNs por suas incoerências e inconsistências, mas de maneira alguma se reflete sobre a pertinência de sua existência.

Tal fato deve nos levar, de imediato, a uma reflexão: nós, os sócios da AGB, não colocamos os posicionamentos de nossa própria entidade na nossa lista prioridades e é nesse sentido que procuramos chamar a atenção de todos para o fato de que é preciso, tomarmos nossas próprias deliberações como um parâmetro para nossas reflexões, já que esta é a única maneira de fortalecermos nossa entidade representativa. Isso, de maneira alguma quer dizer que devemos aceitá-las ou combatê-las por pressuposição. O que devemos fazer, efetivamente, é debatê-las.

Feito o apelo, nos cabe aqui mais uma ou duas observações. Os textos que ora apresentamos a público e que fazem parte do dossiê, não apresentam posicionamentos homogêneos frente ao tema. Cada um dos autores, para além das diferenças de estilo, escolheram caminhos diversos de reflexão e, se é que é possível encontrarmos alguma unanimidade, ela poderá ser resumida nos seguintes termos: a um distanciamento quase que insuperável entre as proposições do Estado e a realidade cotidiana das escolas brasileiras. Esta é a constatação, o que nos resta perguntar nesse momento é se tal posicionamento é suficiente.

Cremos, por fim, que vale tomar atenção em torno de cada um dos argumentos apresentados, consultar os próprios PCNs, debatê-los, criar mecanismos cada vez mais eficazes e coesos de respondermos a uma política que, levando em consideração nossas últimas deliberações, dão como verdade de Estado o que ainda queremos e temos o direito de discutir, isto é, como queremos ensinar, que temas são

mais ou menos importantes para nossos alunos, que visão de mundo deve permear nosso trabalho ou, em outras palavras, é preciso que deixemos claro nossa indignação fazendo e refazendo as velhas perguntas: com que direito o Estado pode definir o que é e o que não é uma verdade científica? Com que direito o Estado pode optar por uma corrente pedagógica e nos obrigar a aceitá-la como a melhor?

Por fim, algumas palavras em torno dos dois últimos artigos desta revista. Trata-se, como será fácil de se verificar, de temas e preocupações muito diferentes. No primeiro teremos uma reflexão mais geral em torno de nossas próprias raízes e, no segundo, uma análise sistemática da conjuntura política em que estamos vivendo. Como se vê, nesses vinte últimos anos, tanto o mundo, da forma como ele se apresenta a nós, quanto as ferramentas que usamos para analizá-lo têm, sistematicamente, dominado nossas preocupações. Este é o nosso caminho, esta é, ao que parece, a condição de construirmos e reconstruirmos nossa própria identidade.

Boas Leituras!

O editor

SUMÁRIO

9 O MEIO AMBIENTE NO ENSINO FUNDAMENTAL
Helena Capetti Callai

20 MARCAS DE UMA POLÍTICA DE EXCLUSÃO SOCIAL PARA A AMÉRICA LATINA
Prof. Luís Fernando de Freitas Camargo
Profª Maria Regina Fortunato

30 PCN's: FUTEBOLISTAS E PADRES SE ENCONTRAM NUM BRASIL QUE NÃO CONHECEMOS
Nestor André Kaercher

42 . RATZEL: RELEITURAS CONTEMPORÂNEAS. UMA REABILITAÇÃO?
Marcos B. de Carvalho

61 ECONOMIA E TERRITÓRIO SOB A ÓTICA DO ESTADO AUTORITÁRIO (1964 - 1970)
Beatriz Maria Soares Pontes

O MEIO AMBIENTE NO ENSINO FUNDAMENTAL

Helena Copetti Callai *

A proposta dos Temas Transversais, que integra o conjunto das proposições conhecidas como Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) tem em um de seus temas o Meio Ambiente, que juntamente com os demais, pretende dar um tratamento escolar à questões referentes a problemas atuais da vida social.

É um dos temas da Geografia, mas para além desta disciplina escolar é um dos dilemas atuais da humanidade, portanto é pertinente que seja considerado também fora da disciplina, no âmbito geral da escola, buscando-se criar uma postura de atenção e cuidados com a questão ambiental.

Este texto discute inicialmente a pertinência da proposição de Temas Transversais e dos próprios PCN, como formas de encaminhamento da renovação do ensino, a seguir considera a proposta dos Temas Transversais como proposição para integrar o currículo escolar no sentido de considerar assuntos que tenham relevância atual, em continuidade analisa a proposta de trabalho com o tema Meio Ambiente, e finalmente tece considerações a respeito do assunto a partir da Geografia.. A segunda e a terceira partes do mesmo estão baseadas exclusivamente nos documentos constantes do volume 8 ("Apresentação dos Temas Transversais e Ética"), e do volume 9 (" Meio Ambiente e Saúde") dos PCN. Esses documentos foram distribuídos aos professores, no segundo semestre de 1997 e tratam das várias áreas do conhecimento que são trabalhadas pelas diversas disciplinas. Em cada um dos documentos estão as proposições destas. O volume 8 que inicia o tratamento dos Temas Transversais, ao fazer-lhes a "Apresentação" diz que foram incorporadas, como tais,

> **"as questões da Ética, da Pluralidade Cultural, do Meio Ambiente, da Saúde e da Orientação Sexual. Isso não significa que tenham sido criadas novas áreas ou disciplinas (...) os objetivos e conteúdos dos Temas Transversais devem ser incorporados nas áreas já existentes e no trabalho educativo da escola. É essa forma de organizar o trabalho didático que recebeu o nome de transversalidade."(PCN v.8:15)**

As proposições trazidas pelos PCN, consideram a importância de se tratar temas significativos da realidade social no âmbito da escola. É acima de tudo uma tentativa de recuperar a possibilidade de refletir sobre a realidade, superando o isolamento das disciplinas. Muitas experiências já foram feitas, sob os mais variados nomes: "centro de interesse", "tema gerador", "aula integrada", "eixo articulador". Existe vasta bibliografia que trata das proposições e também da análise dos resultados do desenvolvimento das alternativas de encaminhamento.

Nesta perspectiva alguns aspectos precisam ser considerados, em se tratando de educação e de ensino. Ao propor reformulações curriculares é fundamental que se pense a escola e a educação como um todo e que se reconheça a pluralidade existente no Brasil, com diferenciações sociais, mas também regionais. E para além destas, devem ser consideradas as condições locais, que é onde concretamente vivem as pessoas. É preciso também que se pense no diálogo necessário entre todos que fazem parte da escola, e desta com os pais, com a comunidade, com a cultura, com o mundo externo, enfim. E criar

* Professora de Geografia no Departamento de Ciências Sociais da UNIJUÍ-RS

mecanismos para que isso se torne possível, pois um currículo que desconheça essas relações corre risco de ter dificultada a sua exeqüibilidade. Devemos, portanto, nos perguntar constantemente: qual ensino queremos? O que pretendemos alcançar com o tipo de ensino que realizamos? E paralelamente: Como ensinar? Como o aluno aprende?

Diante de mais uma proposição agora apresentada à sociedade, que pode estar bem estruturada, que pode expressar referenciais teóricos avançados, mas que queiramos ou não, está um tanto longe do professor, é significativo que se levantem algumas questões :

- Não haveria uma contradição no interior dos próprios PCN ao propor num nível, que o ensino ocorra a partir de disciplinas autônomas (é o caso da separação da Geografia e da História), notadamente no primeiro e no segundo ciclo quando o professor é o mesmo para todas as disciplinas e não tem formação específica, e quando os alunos são tão pequenos e estão iniciando a sua escolarização formal?

- E no outro nível de ensino a proposição se assenta em Blocos Temáticos (Códigos e Linguagens, Sociedade e Cultura, Ciência e Tecnologia). Agrupar-se-ão as disciplinas, ou os Blocos serão subdivididos nas várias disciplinas, com o tratamento fragmentado dos temas, novamente?

- A subdivisão do conhecimento em disciplinas estanques fragmenta o mundo em aspectos variados, tratados pelas especialidades, e depois tenta-se estabelecer as ligações, mas de fora delas, incorporando novos mecanismos, como este agora, de transversalizar os conteúdos.

- Os Temas Transversais propostos, de certa forma homogeneizam tanto os problemas como o currículo, à nível nacional. É possível articular-se questões como pluralidade cultural, exclusão social e proposição única de currículo? As desigualdades sociais são também regionalizadas e como tal diferenciadas na sua expressão localizada. E é no local que o sujeito encara os problemas do seu cotidiano, embora eles sejam o mais das vezes globais. Porém, o global está concretizado no lugar em que se vive e como tal é a partir daí que se precisa considerá-lo.

- Os problemas que os educandos enfrentam precisam ser compreendidos como problemas do mundo, mas não são exatamente os mesmos, com as mesmas características e nuanças em todos os lugares.

- A seleção dos temas a priori, elege alguns que são significativos à nível geral (e que estão na mídia), e encaminha à formas de tratamento metodológico "adequadas", desprezando-se assim outros temas, outros valores, outros problemas, outra condução metodológica.

Estas questões, dentre muitas outras mais, precisam ser consideradas quando se reflete sobre os processos de ensino - aprendizagem, quando se propõe reformas do sistema educacional, quando se faz alterações curriculares, quando se busca construir alternativas para a escola e à aprendizagem no mundo atual.

Sem pretender entrar na crítica à dimensão política do projeto de reforma curricular e da elaboração dos PCN, e tomando-os como uma proposta colocada para reorientar o ensino, proponho a discussão da mesma no sentido de explicitar as possibilidades de trabalho, considerando os referenciais teóricos que temos.

A proposição trazida pelos referidos parâmetros, prevê que cada sistema de ensino (estadual /municipal) e as escolas em particular dêem conta de desenvolver a parte flexível (ou complementar).

Ora, sabemos das constantes dificuldades de serem operacionalizadas as propostas

pedagógicas (definidas pelos órgãos públicos), pelos professores nas suas respectivas escolas. Há um longo caminho entre as proposições oficiais e o dia-a-dia da sala de aula, devido as condições de trabalho e especialmente pela não existência de um espaço (necessário e urgente) para que o professor reflita a sua prática e estude para organizar o seu planejamento. Acresça-se a isso a impossibilidade de o professor adquirir e se familiarizar constantemente com a bibliografia produzida, devido as condições de remuneração do seu trabalho.

No entanto, estamos diante de proposições concretas e organizadas, que os professores estão recebendo e que serão implementadas em breve, com prazos inclusive, para sua revisão (fala-se em cinco anos). Além disso, muito em breve, os livros didáticos, baseados na proposta estarão chegando ao mercado.

É preciso compreender que a LDB propõe a formação básica comum a nível nacional, e uma flexibilidade na organização curricular. Os PCN representam esta parte comum ao estabelecer os parâmetros nacionais. Cabe-nos tentar fazer a crítica à proposição e tentar encontrar as possibilidades de encaminhamento do trabalho escolar, considerando as questões, tanto regionais quanto locais da realidade de nossas escolas e nossos alunos.

Ao fazer uma Proposta Alternativa aos PCN, Grossi (1997), dentre outras questões pertinentes, acentua que a escola é para produzir pensamento, e para tal é fundamental considerar-se o contexto cultural em que estamos vivendo; que o importante é como ensinar, pois o que ensinar todos já sabem em suas respectivas áreas. E nessa perspectiva faz a crítica de que os PCN se assentam num construtivismo piagetiano ultrapassado, e insiste na necessidade de se pensar o ensino articulando teoria e prática.

Seria extremamente conveniente que os professores tivessem acesso à bibliografia capaz de dar conta dessas análises, que pudessem ter além das proposições a seguir, a fundamentação necessária para a análise crítica e a adequação das proposições à sua realidade.

Não resta dúvida que o ensino deve mudar, que se exigem transformações tanto do ponto de vista da sociedade que espera que o educando tenha uma formação adequada ao mundo atual, quanto na perspectiva do ensino - aprendizagem, buscando entender como a aluno aprende e quais as alternativas convenientes. Isto supõe, certamente estudos constantes para a compreensão do processo e requer novos modos de realizar o processo do ensino - aprendizagem. As formas tradicionais precisam ser revistas e , no mais das vezes, serem superadas. O ensino autoritário e definidor a priori do que o aluno deve saber precisa ser substituído por processos que envolvam o educando em sua realidade cotidiana, auxiliando-o a buscar as respostas para a sua vivência. Porém mais do que respostas prontas, levando-o a fazer perguntas sobre o mundo da vida.

Nesse sentido é interessante fazer um exercício de análise da proposição trazida pelos PCN's, para o que denominaram de Temas Transversais, sobre o Meio Ambiente, um tema que tem muito a ver com a Geografia.

OS TEMAS TRANSVERSAIS

> **"Por tratarem de questões sociais, os Temas Transversais tem natureza diferente das áreas convencionais. Sua complexidade faz com que nenhuma das áreas, isoladamente, seja suficiente para abordá-los. Ao contrário, a problemática dos Temas Transversais atravessa os diferentes campos do conhecimento. Por exemplo, a questão ambiental não é compreensível apenas a partir das contribuições da Geografia. Necessita de conhecimentos históricos, das Ciências Naturais, da Sociologia, da Demografia, da Economia entre outros."(PCN,v8:36)**

Afora a Geografia tratar desta questão que lhe é específica, e o faz a partir da realidade Homem - Meio, ou Sociedade - Natureza, o meio ambiente tem se tornado um dos temas fundamentais para a humanidade. Nesta perspectiva, os Temas Transversais, são questões que devem ser trabalhadas de forma integrada envolvendo as várias disciplinas, através da transversalidade.

A proposição de tal trabalho parte da idéia de que as disciplinas tradicionais não são suficientes para dar conta do tratamento da problemática e que o fato de serem temas importantes e urgentes presentes na vida cotidiana, merecem um tratamento diferenciado contemplado no dia - a - dia das atividades escolares. São temas que educam para a vida, e mais que isso despertam para o desenvolvimento da cidadania e para refletir sobre o futuro da humanidade.

Ao não serem consideradas como novas disciplinas não estão a cargo de um determinado professor, mas cabem a todos eles. Embora o documento final dos PCNs para o primeiro e segundo ciclos do Ensino Fundamental proponha formas de encaminhamento, conteúdos, orientações didáticas e formas de avaliação, cabe ao professor definir como trabalhar estas questões, como encaminhá-las no interior do processo de ensino-aprendizagem. Conhecendo a realidade de sua escola e de seus alunos, deve propor trabalhos no sentido de tratar os Temas Transversais a partir da realidade concreta, dos problemas e das situações locais. A abordagem de aspectos diretamente relacionados com as suas vidas tornará os alunos mais receptivos à discussão, cabendo ao professor fazer a "ponte" entre o conhecido, o vivido, o senso-comum e o debate geral do assunto.

No entanto o professor precisa ter bem claro o que é esta proposta de trabalhar os Temas Transversais. Não precisam ser conteúdos específicos que tenham um tratamento isolado, mas devem estar integrados aos conteúdos e à dinâmica da própria aula. Conforme a proposta:

> **"A transversalidade diz respeito à possibilidade de se estabelecer na prática educativa, uma relação entre aprender na realidade e da realidade de conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade)"(...)"Os Temas Transversais, portanto dão sentido social a procedimentos e conceitos próprios das áreas convencionais, superando assim o aprender apenas pela necessidade escolar."(PCN v.8:40-41)**

Os Temas Transversais assim considerados permitem estabelecer o elo de ligação do ensino escolar com a prática social e a vivência diária das pessoas. Não que isto não possa existir no exercício das demais disciplinas. O ideal seria que assim fosse.

A introdução do tratamento de temas de interesse atual perpassando os conteúdos curriculares é uma proposição nova, e elege determinados temas, o que foi feito a partir dos critérios, de "urgência social", "abrangência nacional", "possibilidade de ensino e aprendizagem no ensino fundamental" e "compreensão da realidade e participação social" (PCN, v. 8, p. 30-1).

- urgência social: são questões graves que obstaculizam a concretização plena da cidadania, atingindo a dignidade das pessoas e deteriorando a sua qualidade de vida.

- abrangência nacional: questões que, de uma ou outra maneira, sejam pertinentes a todo o país, o que não exclui a possibilidade de se escolherem outros temas em nível de estado, de município e de escola;

- possibilidade de ensino e aprendizagem no ensino fundamental: que a criança nesta etapa de escolaridade tenha possibilidade de compreensão.

– favorecer a compreensão da realidade e a participação social: que os alunos se sintam participantes, posicionando-se de modo responsável diante das questões que permitam ter uma visão ampla e consistente da realidade brasileira no contexto mundial.

Ensinar os Temas Transversais não significa passar informações simplesmente. Talvez a formulação adequada não seja ensinar, mas aprender as coisas da vida, da realidade que nos rodeia.

> **"No caso das temáticas sociais trata-se de contemplar aprendizagens que permitam efetivar o princípio de participação e o exercício das atitudes e dos conhecimentos adquiridos(...) ao se tomar o Meio Ambiente como foco de preocupação fica clara a necessidade de que , ao aprender sobre essa temática, os alunos possam também aprender práticas que concorram para sua preservação, tais como a organização e a participação em campanhas contra o desperdício."(PCN, v 8,p.49)**

Como se percebe a idéia é aprender a assumir um comportamento que busque o encaminhamento de soluções adequadas para resolver problemas atuais da sociedade.

O texto propõe um aprendizado longo e processual em que o aluno possa ter oportunidade de complexificar a análise e a interpretação da realidade. O aluno das primeiras séries até a oitava (do primeiro ao quarto ciclo) irá aprendendo a lidar com campanhas, organizando-as por conta própria. Propõe também conteúdos de natureza conceitual (p.50) ao aprender a formular questões a respeito da realidade e das relações que a compõe.

O convívio escolar é o locus por excelência , de materialização das análises. A realidade que se estuda é aquela do dia-a-dia, e a coerência do que se pretende ensinar e o que se faz na escola é fundamental. Aqueles pequenos gestos em relação à higiene, à limpeza, aos desperdícios, aos cuidados com o que é público (de todos) expressam a possibilidade de atitudes de atenção com o ambiente, e a natureza.

A proposta considera que no primeiro e no segundo ciclo, em que é um professor apenas que trabalha, pode-se partir da realidade de cada um e dentro das possibilidades da escola. Para os professores das áreas , nos demais ciclos, é interessante um trabalho coordenado de cada um e de todos, em torno dos Temas Transversais.

As tarefas de planejamento, organização, realização e avaliação de atividades fará com que o professor juntamente com o aluno, tenha de buscar informações e manipulá-las, fornecendo-lhe oportunidades de contato com instituições e organizações da comunidade. Estará então aprendendo a agir e contribuindo para a compreensão da realidade em que vive.

Para este tipo de trabalho exige - se do professor que tenha uma formação capaz de torná-lo profissional e sujeito crítico da realidade. O papel do professor segundo a proposição, é situar-se como professor e como cidadão, pois

> **"a escola não é apenas o lugar de reprodução de relações de trabalho alienadas e alienantes. É também o lugar de possibilidade de construção de relações de autonomia, de criação e recriação de seu próprio trabalho, de reconhecimento de si, que possibilita redefinir sua relação com a instituição, com o Estado, com os alunos, suas famílias e comunidade.(PCN, v.8 p. 53)**

Cada tema tem sua especificidade e traz a proposição do que trabalhar e com que objetivos. Os mesmos, no entanto, não devem estar isolados das várias áreas de conhecimento: devem atravessá-las, por isso são transversais. E não devem ser divididos por ciclos, pois não há uma seqüenciação de conteúdos. O que fará a diferença será a capacidade do aluno, na discussão das questões, considerando sua realidade especifica, e

o tratamento didático adotado pelo professor nas diferentes áreas.

A avaliação é parte intrínseca de cada área. Não se propõe uma avaliação diferenciada para os Temas Transversais. No entanto, deve -se considerar que os mesmos propõe valores, normas, atitudes e procedimentos, o que não é fácil avaliar, pois,

> **"a educação não pode controlar todos os fatores que interagem na formação do aluno e não se trata de impor determinados valores, mas de ser coerente com os valores assumidos e de permitir aos alunos uma discussão sobre eles."(PCN, v.8 p.57)**

Finalmente, o documento trata das orientações didáticas e diz que a formação da cidadania se faz , antes de mais nada, pelo seu exercício. E por isto propõe que se trabalhe com o princípio da participação, tendo como suporte básico a realidade escolar. Uma participação que conte com a presença do professor, tanto menos constante quanto maior for a capacidade de autonomia dos alunos. A organização das atividades de aula em situações de trabalho cooperativo e as possibilidades de contato com instituições públicas e particulares da comunidade para trabalhos conjuntos, promovem o exercício da participação.

As normas e regras são um ponto fundamental, pois para que o trabalho avance, a existência de regras de funcionamento e normas de conduta são necessárias. E aprender isso é fundamental: compreender que existem limites que devem ser respeitados é um exercício de cidadania.

"Uma das maneiras de favorecer a compreensão da natureza social das normas e regras é aprender a formulá-las no convívio escolar, dentro dos limites da instituição, enfatizando-as como organização coletiva.(PCN, v.8 p.60).

A organização dos conteúdos através de projetos **"favorece a compreensão da multiplicidade de aspectos que compõe a realidade, uma vez que permite a articulação de contribuições de diversos campos do conhecimento"(PCN, v.8 p.61).** O planejamento, a realização e a análise e avaliação do projeto levam, por si só, ao aprendizado da cidadania e dos conteúdos que lhe são específicos.

UM DOS TEMAS TRANSVERSAIS: O MEIO AMBIENTE

Este é um dos temas urgentes e importantes para a sociedade, pois a relação do homem com o meio "é fundamental para o futuro da humanidade". A questão ambiental é sem dúvida um tema significativo para a vida atual e o nosso futuro pois, ..

> **"'A medida que a humanidade aumenta sua capacidade de intervir na natureza para satisfação de necessidades e desejos crescentes, surgem tensões e conflitos quanto ao uso do espaço e dos recursos em função da tecnologia disponível." (PCN, v. 9, p. 19).**

É, sem dúvida, um assunto que envolve, tanto na prática cotidiana, quanto na discussão, tanto o homem comum, que vive no seu pequeno lugar, quanto intelectuais e governantes. É uma questão de relevância internacional, pois o equilíbrio ambiental de um lugar tem a ver com o equilíbrio dos demais lugares, de forma mais ou menos acentuada. O papel da educação neste âmbito é significativo. Referido aos aspectos gerais da proposição dos Temas Transversais, a

> **"principal função do trabalho com o tema Meio Ambiente é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos para decidirem e atuarem na realidade sócio - ambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar da cada um e da sociedade, local e global"(PCN, v.9 p.29).**

Tratar da questão do Meio Ambiente no Ensino Fundamental significa, conforme os documentos dos PCN, desenvolver

> **"valores, atitudes e postura éticas, e no domínio de procedimentos, mais do que na aprendizagem de conceitos, uma vez que vários dos conceitos em que o professor se baseará para tratar dos assuntos ambientais pertencem às áreas disciplinares."(PCN, v: 9 p. 57).**

Esse tema deve colocar à disposição dos alunos informações e instrumentos que lhe dêem a possibilidade de conhecer as questões ambientais e posicionar-se a respeito. São questões relacionadas com uma visão integrada da realidade, sob a perspectiva sócio - ambiental e que possam ser reconhecidas como importantes no cuidado e no trato com a natureza. A partir daí o aluno deve conseguir perceber a possibilidade de adotar hábitos e atitudes em relação a problemas que estejam próximos, a respeito de que seja possível encaminhar soluções, fazendo assim o exercício de desenvolvimento da cidadania.

Por exemplo, a questão da limpeza do ambiente da escola e da própria sala de aula : jogar lixo nas cestas, cuidar das plantas da escola, manter o banheiro limpo são atividades que os alunos desde os primeiros ciclos do ensino fundamental tem condições de realizar. Os alunos igualmente podem planejar campanhas a respeito e analisar o modo como são tratados os problemas.

Os conteúdos propostos para desenvolverem-se no primeiro e segundo ciclo do ensino fundamental foram reunidos em três blocos gerais: "Ciclos da Natureza", "Sociedade e Meio Ambiente" e "Manejo e Conservação Ambiental"(PCN, v.9, p.57-63).

Os Ciclos da Natureza: este bloco deve permitir que o aluno compreenda que os processos da natureza não são estanques, nem no tempo nem no espaço. Pelo contrário, se movem e se transformam dentro de um fluxo continuado, próprio de sua espécie. Esses ciclos correm o risco de serem alterados pela ação humana, o que causaria problemas à espécie e ao conjunto da natureza.

Sociedade e Meio Ambiente: estuda-se aqui as possibilidades de relação do homem com o seu ambiente, no sentido de entender as possibilidades de ação entre os mesmos e as condições do homem para uso e transformação do seu meio, seja do ponto de vista cultural ou econômico, seja do lugar de moradia e do tipo de atividade que desenvolve (rural ou urbana).

Manejo e Conservação Ambiental: este bloco deve oferecer ao aluno oportunidade de conhecer e compreender a importância do cuidado no trato das águas, dos detritos humanos, do lixo, da poluição do ar, da água, do solo e poluição sonora, bem como as noções de manejo e conservação do solo urbano e rural, de cuidados com as plantas e os animais, de preservação, conservação ,recuperação e reabilitação ambientais e processos de reciclagem.

Como conteúdos comuns a todos os blocos propõe-se a valorização e proteção das variadas formas de vida, a valorização e cultivo de atitudes de proteção e conservação de ambientes os mais diversos, ser crítico em relação ao consumismo, ao desperdício, zelar pelos direitos próprios e alheios em relação a um ambiente bem cuidado, saber apreciar os aspectos estéticos da natureza e da cultura humana.

> **"Dentro de cada bloco, o professor poderá sugerir temas numa seqüência que vá do local ao global e vice-versa; do ambientalmente equilibrado, saudável, diversificado e desejável ao degradado ou poluído, para que se sinta a necessidade de superar essa situação; e indicar medidas necessárias, discutir responsabilidades, decidir possíveis contribuições pessoais e coletivas (...) para tornar o ambiente cada vez melhor e os alunos cada vez mais comprometidos**

com a vida, a natureza, a melhoria dos ambientes com os quais convivem"(PCN, v.9 p.58).

Para conseguir dar conta dessa análise é fundamental que o aluno reconheça as qualidades do ambiente, da natureza, para que possa se envolver e assumir a sua cota de responsabilidade na prevenção das agressões e dos descuidos em relação ao ambiente. A importância de trabalhar com o local onde está a escola, onde o aluno vive, reside, centra-se na responsabilidade que o aluno possa atribuir-se ao zelo pelo que é seu.

Assim, cada comunidade, cada escola, poderá partir de sua realidade concreta, da vivência diária do aluno. Além disso, é importante envolver toda a comunidade escolar, inclusive as famílias dos alunos, seja para discutir o tema do meio, ou para discutir problemas concretos que enfrentam . Aliás a própria escola deverá dar o exemplo de como tratar o ambiente em que está inserida.

Tratar de temas locais a partir de como os problemas se apresentam no lugar é tão importante quanto aplicar à analise da realidade local, os conhecimentos e as análises gerais. Por outro lado tratar de temas distantes que estejam sendo motivo de reportagens e informações pela mídia faz com que o aluno aprenda, amplie os seus horizontes e se reconheça como um cidadão do mundo.

Até aqui estão expressas as proposições trazidas pelos PCN. Os documentos publicados até o momento referem-se aos dois primeiros ciclos, embora a proposição dos Temas Transversais seja válida também para o terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental, conforme está expresso nos documentos iniciais referentes a estes.

A GEOGRAFIA E O MEIO AMBIENTE

Meio ambiente é um tema da atualidade, é presença de noticiários, de artigos de informação, de artigos de análise da realidade, de discussões da ética, da sustentabilidade e do futuro da humanidade. É um assunto que tem a ver com o nosso dia - a - dia e com presságios o mais das vezes, graves sobre o nosso amanhã .Trata de questões gerais, amplas e complexas, mas trata também de problemas muito próximos de nós, de nosso cotidiano.

A grande questão é como considerá-lo sem cair na armadilha de análises moralistas ou preconceituosas . É um problema concreto que nos afeta hoje e nos deixa inseguros diante dos perigos e das ameaças que se prevêem.

Fora tudo isso, meio ambiente é um dos temas tradicionais da Geografia e, se considerarmos as premissas epistemológicas da Geografia, a questão ambiental é um reflexo do espaço produzido pelos homens ao longo de sua história, pautada pelas relações que se estabelecem entre eles. Isso quer dizer que os homens se relacionam entre si e essa relação assume formas diferenciadas ao longo da história da humanidade. Decorre daí o tipo de relação que os homens estabelecem com o meio. A sociedade e a natureza têm uma relação que é histórica e concreta e os resultados dessa relação, materializados no espaço, expressam as formas com que o homem trata a natureza.

O progresso e o desenvolvimento acelerado, muitas vezes, fazem por esquecer que a natureza tem uma lógica interna de evolução, uma escala diferente da escala social e histórica da humanidade, pois o homem ocupa apenas um pequeno espaço de tempo dentro da escala geológica. Isso acaba trazendo problemas concretos, pois ao mesmo tempo em que a sociedade produz o seu espaço para a sobrevivência e em busca do seu bem-estar, cria espaços segregados, de destruição de recursos não renováveis,(ou renováveis a muito longo prazo), ou de acúmulo de resíduos que afetam a vida vegetal e animal e criam possibilidades de doenças ou problemas sérios para os homens.

As discussões a nível internacional sobre a questão ecológica permitiram que se percebessem os problemas da biosfera, do conjunto do planeta, e que a natureza não tem fronteiras, nem locais, regionais ou nacionais. O cuidado que se tem em determinado lugar não impede a ocorrência de problemas, pois que não há possibilidades de se imunizar o espaço, por si só. As interferências de fora, os não cuidados, os descuidos de outro lugar podem afetar irremediavelmente os mais diversos locais, próximos ou distantes. Os problemas ambientais não são locais, eles precisam ser considerados como globais.

Nessa perspectiva deve-se compreender que natureza não é separada do homem, isolada da sociedade. Pelo contrario, a natureza tem sido cada vez mais apropriada e transformada pela sociedade. As formas como os problemas aparecem nos vários lugares devem ser considerados à luz de uma escala de análise histórica, social, que considera a complexidade da globalidade, quer dizer, do mundo todo, de todos os homens, com seus interesses particularizados pelo capital, mas também das nações. Os lixões que acumulam sobras da vida urbana, os depósitos de recipientes de venenos e fertilizantes, o lixo hospitalar; os valos entupidos pelo acúmulo de detritos das lavouras, trazidos pelas chuvas, ou mesmo pela falta de cuidados na organização para o cultivo, o problema das edificações humanas que causam impactos diretos ou indiretos no meio, são apenas pequenos exemplos de problemas causados num determinado lugar. Mas o que acontece é que eles não afetam apenas o local em si, mas se proliferam, se expandem pelo ar, pelas chuvas, pela água dos rios.

São todos fenômenos ambientais que alteram o processo natural da natureza, e que, por serem altamente dinâmicos, não é possível e nem conveniente um tratamento localizado, setorial ou compartimentado. Eles devem ser tratados como globais e as alternativas devem ser de longo prazo e flexíveis também, pois a cada dia criam-se novos problemas, novas soluções e também motivos para outros problemas.

Não se trata de deter o desenvolvimento, ou de não alterar a natureza, ou de não usar os recursos naturais, mas de fazê-lo percebendo que existem limites que devem ser considerados, que existem cuidados que devem ser tomados e que o respeito com a natureza e seus ciclos é fundamental. Mas também é preciso ter bem claro que só poderá existir respeito à natureza na medida em que existir respeito entre os homens.

Isso tudo leva a que se deva fazer uma análise espacial mais profunda, que se reconheça o espaço como produção dos homens e que não se dissocie o desenvolvimento da sociedade do desenvolvimento da natureza.

Na prática de sala de aula o professor poderá fazer um levantamento referente ao meio ambiente para verificar a forma de tratamento e cuidados que lhe são dispensados, em nível de escola , na própria sala de aula, em nível de município e de região, mas também a partir dos noticiários, verificar quais os problemas que mais aparecem.

No âmbito local, mais próximo do aluno, pode-se verificar a existência de depósitos de lixo e entulhos, a ocupação, com moradias, em áreas de risco ambiental , a falta de arborização e áreas verdes, a negligência para com as plantas nativas, os desmatamentos, a localização inadequada de chiqueiros , galinheiros e poços de água para consumo próprio nas propriedades, o uso de esgotos a céu aberto, do uso inadequado de sobras de fertilizantes, adubos e venenos e o descuido para com o lixo tóxico.

Essas e muitas outras evidências de descuido para com a natureza são amiúde percebidas nas vizinhanças das escolas e constituem problemas cujo equacionamento pode incluir campanhas de conscientização e mutirões de limpeza. Mas o professor deve ter sempre o cuidado de não ficar apenas no problema em si e analisá-lo na perspectiva mais ampla e global, entendendo que a harmonia na relação do homem com a natureza não depende apenas da vontade própria, mas também das condições sociais, econômicas e culturais. É interessante , neste sentido, procurar verificar em que outros lugares acontecem

os mesmos problemas e procurar entender os motivos.

No âmbito mais geral pode-se verificar a ocorrência de problemas em vários lugares e procurar entender a situação de cada um ,os motivos e as possibilidades de soluções. Inversão térmica nas grandes metrópoles, chuvas ácidas, resíduos tóxicos, material radioativo e destruição da camada de ozônio são problemas graves, que não são locais, nem se restringem a um determinado ponto. Além dessas há também questões referentes à energia, à poluição com gases e detritos industriais, à deterioração de assentamentos humanos em grandes cidades, ao descuido ou mau uso dos recursos hídricos, florestais e minerais, às grandes queimadas, e às grandes alterações climáticas. São evidências do que está acontecendo e, se ainda não interferiram em nossa vida, pode ser questão de tempo.

Outro ponto que em Geografia se considera muito importante no tratamento destes temas é o cuidado com a escala de análise, que já foi referido, mas que é interessante retomar. A análise da relação homem - meio deve sempre ser feita considerando-se a questão da análise em dois níveis. De um lado deve-se ter presente que a escala de evolução da natureza é uma escala de longo prazo - longuíssimo ou ,muito lenta. As coisas da natureza modificam-se por si próprias em uma evolução que lhe é específica e natural. Porém esta marcha da natureza não depende mais apenas de si própria, pois o homem deixa suas marcas e motiva outras alterações, muitas vezes sem ocasionar problemas mais sérios, apenas acelerando os processos. No entanto a intensidade dos processos de ocupação e a alteração dos processos naturais algumas vezes de formas violentas tem causado danos irreversíveis. Esses é que tem de ser entendidos como prejudiciais à sociedade, Qualquer dano deste tipo à natureza altera-lhe a dinâmica e causa problemas sérios para a sociedade.

O outro nível da escala que deve - se ter presente é o da escala social, que considera a aboragem do local, regional, nacional e global. Cada problema deve ser considerado nos vários níveis. Hoje um fato acontecido do outro lado do mundo pode ser imediatamente conhecido por todos. Se a informação corre, anda rapidamente, pode-se pensar como anda (voa) o ar, como se movimentam os poluentes, o que carregam os rios, o que ocasiona mudanças de temperatura em determinados lugares, como a camada de ozônio se modifica. São todas alterações naturais que tem o seu movimento, a sua trajetória, muitas vezes intensificada, acelerada, pela ação do homem , o que vai ocasionar problemas não em um lugar apenas.

A relação do homem com a natureza precisa ser estudada, compreendida, e em muitas situações alterada. Mas é essa relação que deve ser a base para a análise do meio ambiente. Assim se poderá pensar o futuro da humanidade, e isto requer que se considere certos indicadores que evidenciam as características do mundo atual. O primeiro deles é que o mundo ficou pequeno e limitado, tudo é conhecido , todos os lugares se interligam, a Terra pode ser vista no seu todo.

O progresso sem preocupações com a natureza, quanto ao uso ilimitado e indiscriminado dos recursos, faliu como idéia. Na prática muitas pessoas já se deram conta dos absurdos que estavam cometendo contra a sua própria saúde, contra a sua própria vida , e estão alterando formas de cultivos , de cuidados com as lavouras, com o uso indiscriminado de insumos que trazem consigo muitas vezes mais problemas do que soluções para os que já existiam.

A concepção de natureza que temos hoje é histórica e não mais natural. Portanto estão postas várias limitações que, se não forem consideradas pelos homens, tornar-se-ão cada vez mais restritivas, quanto ao uso da natureza e quanto às possibilidades de sobrevivência da humanidade.

Aí é que reside a importância de considerar o Meio Ambiente como um tema escolar, no sentido de criar no aluno a noção de cidadania que envolve o respeito para com

os seus semelhantes ,e o cuidado para com o ambiente em que vive. Deve-se promover entre os alunos a consciência da necessidade de criarem-se mecanismos de controle sobre o uso da natureza e de estímulo ao comportamento respeitoso com relação aos homens e à natureza , fomentando, ao mesmo tempo, o interesse e a motivação para o envolvimento em movimentos de esclarecimento ecológico e promoção de cuidados com a vida.

Tratar dessa realidade na escola, através dos Temas Transversais, é, sem dúvida, interessante, uma vez que se pode discutir desde problemas que estão ao lado do aluno, com os quais ele convive em casa, até questões que estão mais distantes e são insistentemente veiculadas pela mídia. As possibilidades de desenvolver atitudes de respeito entre os homens e desses para com a natureza, na busca de um meio ambiente saudável e agradável para a vida, é, com certeza, um caminho necessário e, como tal, conforme a proposta dos PCN requer que se consiga mudança de atitudes e de procedimentos.

No entanto, especificamente, na disciplina de Geografia, há determinados conteúdos que devem ser desenvolvidos e aprendidos pelo aluno, dentro desta questão do meio ambiente. Quer dizer, aquilo que é o específico da Geografia continua sendo necessário trabalhar, em aula, o que poderá inclusive auxiliar no tratamento dos Temas Transversais.

Como já foi referido, a questão do meio ambiente é um problema que enfrentamos hoje, mas que é resultado de toda uma história de nossa relação com a natureza. A Geografia tem muito a dizer sobre isso, pois como uma ciência social faz uma interpretação desta realidade, que considera o homem, produzindo o espaço. E é nesta perspectiva que se deve, hoje, fazer a análise dos problemas do meio ambiente.

Considerando - se que os problemas são sociais, a interpretação tem que ser social, compreendendo a história, e entendendo-os como um processo. O espaço produzido pelos homens nesta trajetória, é o resultado dessa ação, e as formas de apropriação e uso da natureza resultam, acima de tudo, das relações sociais que se estabelecem , que são o mais da vezes conflituosas e contraditórias. Enfim, o homem percebe que não pode constantemente tirar da natureza simplesmente, sem cuidados, até porque alguns dos recursos não são renováveis, mas também por que está causando agressões imprevisíveis. A perspectiva, portanto proposta é de desnaturalizar a análise, pois a Geografia, tem como objeto "tudo o que existe na superfície da Terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou". (Santos , 1996:59) Portanto, o meio ambiente expressa a história dos homens num determinado lugar. O aluno precisa reconhecer esta dimensão humana e social, no tratamento da questão e particularmente no reconhecimento dos problemas que ocorrem no espaço, no mundo e no lugar em que vive. A consciência do cuidado necessário para com a natureza só será de fato uma atitude coerente e consistente se ele fizer a interpretação social da problemática que se apresenta.

A escola vai contribuir com essa mudança de atitude se assentar os estudos em cima da realidade cotidiana, que pode ser local, regional, nacional ou mundial, mas que faz parte do mundo da vida e assim é tratada, e não como problemas gerais que parecem distantes e estranhos para o aluno.

Bibliografia

GROSSI, E. P. Proposta Alternativa e Análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Caderno número 4, do mandato como Deputada Federal.

PCN. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto (MEC), Secretaria de Educação Fundamental (SEF), 1997.

SANTOS, M. A Natureza do Espaço, São Paulo, Hucitec, 1996.

MARCAS DE UMA POLÍTICA DE EXCLUSÃO SOCIAL PARA A AMÉRICA LATINA:

Propostas Neoliberais para a Educação na Região

Prof. Luís Fernando de Freitas Camargo*
Profª Maria Regina Fortunato**

O Modelo Hegemônico Neoliberal na América Latina:

Refletir na direção da realidade latino-americana requer, obrigatoriamente, uma visão de conjunto, posto que problemas, impasses e conseqüências fazem parte não só da questão político-econômico-social da região, como também da territorialidade no que se refere a sua determinada função mundial. Nesse sentido, cada lugar é exclusivo, procurando ser mais um na trama econômica global.

A trajetória de cada país latino-americano, nas últimas décadas, apresentou-se diferenciada segundo suas potencialidades, alternativas, dificuldades e resistências para a implementação do capitalismo monopolista pós-guerra. Foi diferente em cada lugar a maneira como o Estado trouxe para si a tarefa de assumir a produção de bens intermediários, de absorver as funções sociais e de promover o autoritarismo e repressão para o controle da sociedade.

Poderia-se imaginar que nos anos 90 cada país estivesse numa direção, num estágio, num plano específico de desenvolvimento. Mas, não é isso que se observa; parece que todos são parceiros e combinaram suas ações para que chegassem na atualidade com o mesmo perfil. Essa constatação só pode ser explicada no contexto dos modelos hegemônicos implementados na região onde, na atualidade, o neo-liberalismo se impõe. Entretanto, para a análise não basta salientar que o neo-liberalismo representa: elevação das taxas de juros, rebaixamento drástico dos impostos sobre os rendimentos altos, facilidades para os fluxos financeiros, desemprego maciço, repressão às greves e aos sindicatos, minimização da ação do Estado no setor social e privatização. Evidentemente, a implantação desses preceitos na realidade de cada país se dá dentro de um contorno específico, que articula a história do lugar, seu relacionamento mundial e suas possibilidades concretas de absorção a esse novo contexto. Dessa maneira, o resultado apresenta-se paradoxalmente específico e comum. Específico porque é próprio daquela realidade e comum porque compõe o arcabouço que integra a totalidade do sistema.

Algumas Considerações Sobre o Processo Histórico de Consolidação do neo-liberalismo:

Apesar de teoricamente idealizado na década de 40, o neo-liberalismo começa a impor-se, de fato, a partir da década de 70, tendo como estímulo a crise do modelo econômico do pós guerra.

* Coordenador e Professor do Departamento de Geografia das Faculdades Teresa Martin e membro da Comissão Nacional de Ensino - AGB
** Coordenadora e Professora do Departamento de Ciências Sociais das Faculdades Teresa Martin

A Inglaterra, pioneira na instauração dessa política, foi rapidamente acompanhada por outros países do norte da Europa Ocidental e EUA, fornecendo bases para a consolidação de um modelo hegemônico, que iria dissipar-se por outros cantos do planeta.

A difusão do neo-liberalismo contou, fundamentalmente, com uma forte pressão sobre os Estados, no sentido de sua revisão enquanto regulador da economia e mantenedor de bens e serviços sociais.

Diferentemente do que poderia se supor, não foi necessário uma explícita orientação política de "direita" para conduzir esse processo. Países denominados "euro-socialistas" assumiram, também, algumas posturas que se identificaram com a vertente neoliberal. Por outro lado, a crise do Leste Europeu apresentou-se como novo estímulo à continuidade do processo de expansão de políticas Neoliberais, num momento em que esse modelo apresentava sinais de fragilidade quanto à capacidade de promover o crescimento econômico.

Na América Latina, a hegemonia neoliberal se confirmou no final dos anos 80 e início dos 90 com a mudança de governos de países como México, Argentina e Peru, entretanto, há que se ressaltar que a experiência piloto para a implementação geral do modelo deu-se num país da América do Sul: o Chile, sob a tutela de uma violenta ditadura militar, com resultados bastante satisfatórios aos olhos daqueles que viam no neo-liberalismo e, portanto, nas desigualdades, os pressupostos para a sanidade do desenvolvimento. A Bolívia apresentou-se também como referência, em meados dos anos 80, visto que conseguiu superar problemas vinculados à hiperinflação com medidas Neoliberais, contando com o apoio popular para a aparente resolução imediata do problema.

É importante ressaltar que nesses países o modelo estimulou o rebaixamento da qualidade de vida da maioria da população, através do desemprego e dos autos custos da sobrevivência. Entretanto, essa situação de pobreza não transformou-se em entraves para a superação desse estado de coisas. Pelo contrário, o Chile, por exemplo, continua sendo apresentado como experiência de sucesso na América Latina.

No Brasil, o neo-liberalismo entra pela porta dos problemas econômicos, ou seja, a inflação forneceu o argumento que permitiu um "discurso envolvente" na direção de reformas significativas no âmbito dos compromissos do Estado. Esse processo tem levado à uma política explícita de privatização, desregulamentação estatal e descompromisso com o setor social, numa onda que ressalta o conservadorismo e, por conseguinte, uma sensível guinada à direita, com medidas que na atualidade representam profundo retrocesso quanto às parcas conquistas verificadas no período anterior, conquistas essas marcadas pelo empenho e sofrimento do povo brasileiro. A escola pública é um exemplo concreto.

O Processo de Gestação do Neo-liberalismo na América Latina: as políticas educacionais como referencia.

O mundo capitalista pós-guerra fortaleceu os capitais monopolistas, os circuitos de ramos de produção e conseqüentemente a sua internacionalização. Assim, esses capitais extrapolaram fronteiras e procuraram fazer uso do potencial presente em cada lugar onde se projetavam. Ao mesmo tempo em que a Guerra Fria esboçava um panorama político de confronto velado, a economia avançava na direção do estabelecimento de novas tecnologias, visando melhor produtividade. Nesse contexto, os Estados Nacionais assumem importante

papel, no sentido de fornecer as bases para o pleno desenvolvimento desse capitalismo mundializado.

No caso dos países latino-americanos esse processo se deu de maneira desigual, com nuanças segundo o grau de relação e comprometimento com o capital estrangeiro. A década de sessenta marca o início de regimes totalitários administrados pelo exército, como exigência dessa nova etapa da Divisão Internacional do Trabalho. Entretanto, ao mesmo tempo em que o sistema político recrudesce, os países latino americanos passam por uma fase caótica de implementação de políticas púbicas. Exemplo concreto dessa situação pode ser constatada no plano da educação em todos os seus níveis.

No Brasil, a internacionalização da economia reorganizou a sociedade com vistas à industrialização de base multinacional. De uma população fortemente localizada no campo, passou-se rapidamente ao crescimento urbano como condição para o desenvolvimento dessa nova proposta econômica. Assim, a mão de obra não qualificada, recrutada em todo o território nacional, teria que apresentar algumas habilidades, entre elas a leitura e as noções básicas de aritmética.

Dessa forma, a popularização da Escola Pública veio contribuir com esse momento da história econômica do país, que, no plano ideológico, instaurou a repressão e a censura visando o controle da sociedade civil. Nesse contexto inaugura-se uma nova política educacional que vai reorientar a escola de 1º e 2º graus no nível de um projeto organizado através de acordos internacionais (MEC/USAID). O rebaixamento da qualidade de ensino foi inevitável, mesmo porque essa baixa qualidade tornou-se imperativa para a execução das estratégias no plano econômico. Coube ao Estado a tarefa de impulsionar essa política, buscando equilibrar as ações para a obtenção dos resultados desejados. "Escola Pública para todos!" desde que amparada por estratégias de desvalorização profissional e, conseqüentemente, debilidade na formação básica.

No âmbito da escola de 3º grau, a proposta apresentou-se de maneira mais complexa. No plano da Escola Pública, estava assegurada a articulação entre ensino e pesquisa. Essa concepção apoiou-se no fato de que havia a necessidade de assegurar um setor de ponta que desse sustentação ao desenvolvimento científico-tecnológico interno. Dessa maneira, a universidade deveria cumprir a tarefa de subsidiar minimamente a formação de um profissional que pudesse atender, de imediato, às solicitações impostas pela nova ordem econômica vigente. No plano político, essa universidade já estava calada sob o terror de um projeto autoritário, amplamente difundido em toda a vida acadêmica do país. Esse modelo de universidade estava amparado por verbas públicas, que davam sustentação à manutenção e continuidade de suas propostas. Sem dúvida, tratou-se de uma escola de elite, mesmo porque os investimentos destinados não permitiam a ampliação da rede, caracterizando-se como o lugar do "bom aluno": aquele que teve acesso ao ensino básico e médio de melhor qualidade.

Nesse contexto, a proposta educacional do país gerou contraditoriamente um ramo produtivo vinculado á educação, ou seja, surgem as faculdades particulares que trouxeram para si a tarefa de qualificar pessoal para as consideradas "profissões menores", principalmente as licenciaturas. Essas faculdades, organizadas segundo critérios nitidamente empresariais, pouco comprometeram-se com uma habilitação de qualidade, contribuindo decisivamente para aquele projeto de rebaixamento do ensino de 1º e 2º graus.

Assim, as pressões de demanda criaram precocemente um setor empresarial de educação.

Isso significa que a proposta estatal foi insuficiente para o 3º grau, permitindo que a iniciativa privada construísse caminhos de fortalecimento na direção da legitimação da sua própria existência no setor. Esse processo foi acelerado também pela incapacidade do 2º grau conseguir, na prática, a profissionalização teoricamente reivindicada pela Lei de Diretrizes e Bases 5692/71. De toda maneira, o desenvolvimento de políticas públicas para a educação, no Brasil, combinou uma série de medidas que justificaram a inserção da iniciativa privada no setor de prestação de serviços educacionais à população.

Essa política educacional para o 3º grau no Brasil marca expressivamente a proposta evidenciada para toda a América Latina, no período pós-guerra. É evidente que houve distinção no processo de implantação. A Argentina e o México, por exemplo, acionaram projetos estatais que num primeiro momento conseguiram absorver toda a demanda egressa do 2º grau. Entretanto, nos anos noventa o que se observa é que esses mesmos países apresentam índices significativos de instituições privadas de 3º grau, indicando que estas prevalecem sobre o ensino público

Portanto, as estratégias executadas durante as décadas de setenta e oitenta no ensino universitário na América Latina acabaram repercutindo da mesma forma na maioria dos países da região, indicando que os contornos das políticas educacionais implementadas localmente combinaram com um projeto maior, recomendado pelo desenvolvimento do sistema capitalista em curso. O caso brasileiro, apesar de sua especificidade, representa uma faceta desse projeto.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID como condutor de políticas locais: um exemplo concreto.

A discussão sobre a realidade educacional brasileira, permite ilustrar um projeto que está posto para toda a América Latina. Os países que compõe a região apresentam-se com o mesmo perfil se consideradas as propostas recentemente sugeridas pelo BID. Uma análise mais aprofundada do documento intitulado: "Ensino superior na América Latina e no Caribe: um documento estratégico" produzido pela Divisão de Programas Sociais do Departamento de Programas Sociais e Desenvolvimento Sustentado do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID leva a compreender como uma Instituição Internacional interfere diretamente na realidade educacional da região, estabelecendo políticas e esboçando propostas que se vinculam aos interesses do sistema.

A Introdução do documento indica que trata-se de uma estratégia para o envolvimento do BID no ensino superior da América Latina, visto que tem a pretensão de avaliar a qualidade e desempenho do 3º grau visando despender recursos para promover as reformas desejadas. Enfatiza que o ensino superior na América Latina apresenta baixo aproveitamento e oferece apoio financeiro aos países integrantes que trilharem o percurso indicado no documento, ou seja, o "Banco" só investirá em sistemas educacionais na América Latina e Caribe mediante apoio explicito às suas recomendações. Nesse sentido, o BID esboça seu projeto através das seguintes determinações:

-sugere a redução nas dotações orçamentarias públicas na direção de um consórcio equilibrado de recursos estatais e privados; nesse ponto, ilustra sua recomendação, citando o Chile que investe apenas 1/3 das verbas públicas no montante destinado à educação universitária.

-defende a alteração na política de subsídios governamentais dentro de um padrão que

valorize o pagamento do bem recebido por parte do aluno.
-estabelece uma clara distinção entre vários segmentos do ensino superior, destacando necessidades diferenciadas para cada um; acredita que, apenas, uma "formação acadêmica de elite" deva articular ensino e pesquisa; as demais de caráter profissional, técnico ou semi-profissional deverão estar sob o regime de novas organizações curriculares, mais próximas das Instituições Privadas.
-faz clara alusão àquilo que considera "deficiente estrutura administrativa da escola pública de 3º grau", que permite, entre outros, a ociosidade e a falta de compromisso por parte de seus professores e funcionários.
-valoriza a pesquisa sob o gerenciamento da iniciativa privada.
-adverte sobre a falta de "mecanismos de punição" no interior das universidades públicas, que favorece a desordem e a conseqüente falta de aproveitamento do aluno.
-repudia a política de isonomia, que impossibilita a "premiação" através de vantagens salariais.
-estimula um rigoroso processo de avaliação, que dimensione a qualidade de ensino oferecido dentro de um critério que possa informar o consumidor e o empregador sobre o desempenho e produto da Instituição avaliada.
O BID se coloca à disposição dos governos para apoiar financeiramente as mudanças. Se compromete com os recursos para a implementação dessas políticas e alerta que todos os projetos financiados deverão estar em consonância com as normas acima e serem implementadas através de medidas instauradas por "autoridades centrais" dos países.
Indubitavelmente, o discurso do Banco não se preocupa com a forma, ou seja, sem veleidades marca um compromisso estreito com a difusão do neoliberalismo na América Latina. Para tal, impõe medidas de minimização da ação estatal, estimula a competitividade e o mercado, traça os eixos da política educacional, intervém diretamente nas relações de trabalho, evidencia a crise fiscal dos Estados e como "pai severo", orienta a conduta e intervém diretamente no destino de cada país.
Muito mais do que recomendações, o "documento" demonstra que no âmbito do 3º grau irá efetivamente conduzir todas as mudanças, demonstrando que na atualidade não há autonomia nacional e que as "relações internacionais" devem impor novos contornos tendo, entre outros, o BID como instrumento de realização.
Procurando explicitar tal processo, convém ressaltar os contornos da atual política educacional brasileira, particularmente a do 3º grau que se enquadra perfeitamente às recomendações sugeridas.

A atual Política Educacional Brasileira e a sintonia com as propostas do BID.

O atual momento da economia mundial propõe um novo papel para as instâncias de governo, o que de certa maneira conduz para a revisão dos seus compromissos sociais, visto que muito daquilo que é obrigação do Estado deverá gradativamente passar para a esfera da iniciativa privada e, portanto, tornar-se mercadoria. Se no período anterior o Estado assumiu o controle de um "gigante" complementar às economias de mercado , foi porque não havia outra possibilidade senão a de patrocinar setores que não interessavam, naquele momento, à iniciativa privada. Os gastos eram financiados pelos empréstimos internacionais, através de dívidas que, internamente, determinaram políticas inflacionarias de difícil gestão.

Evidentemente, expandiu-se um processo efetivo de crise fiscal, propiciando um terreno fértil para a instalação de políticas neoliberais. Entretanto , essa aspiração só poderia concretizar-se, plenamente, quando o projeto, que visava a inoperância do serviço público em geral, fosse fato consumado.

Hoje, a educação no Brasil demonstra a sutileza desse projeto neoliberal de desmonte da escola pública e gratuita, impulsionado pelas políticas vigentes, desencadeadas principalmente pelo governo FHC.

A desmoralização dessa escola, não é fruto do acaso, se justifica pela necessidade de pôr em prática essa nova etapa das políticas públicas. No âmbito da escola de 1°grau, vale ressaltar que todas as medidas implementadas pela Lei de Diretrizes e Bases anterior (LDB - 5692/71) permitiu o fracasso atual e estabeleceu suporte para a atual proposta de municipalização, enfatizada para as séries iniciais e parceria para as demais séries do 1° grau. Por outro lado, pretende-se estabelecer, em nível nacional, um currículo mínimo de controle denonimado Parâmetros Curriculares Nacionais, na tentativa, entre outros, de acionar programas de ensino à distancia numa clara manifestação da economia de recursos. É evidente, que a determinação de "diretrizes curriculares" inviabiliza uma prática docente crítica e reflexiva, ao mesmo tempo em que perpetua a manutenção de um professor mal preparado.

No nível da escola de 2° grau, esta, gradativamente, distancia-se das obrigações públicas, a partir de uma máscara que estabelece um novo formato de curso que, entre outros, possibilita ao aluno freqüentar várias escolas no processo de sua formação: cursos modulares. É obvio que essa nova estrutura organizacional esconde o real interesse do Estado em se desobrigar desse nível de ensino. Essa proposta imagina-se estar sendo mais eficiente para garantir a profissionalização no âmbito das iniciativas privadas, até porque está sendo gestado uma nova tendência de cursos na área de educação tecnológica denominados de "pós-secundário". Ressalta aos olhos que a gradativa migração de alunos da escola privada para a escola pública de 2° grau nos anos 80/90, em função do rebaixamento do padrão de vida, tem estimulado pressões da sociedade para que o ensino público absorva a demanda. Ao MEC cabe instaurar medidas que revertam esse estado de coisas e recoloque o ensino médio próximo às escolas particulares.

No que tange a escola de 3° grau as mudanças são mais visíveis e merecem uma análise detalhada. As políticas neoliberais requerem um discurso competente no sentido de justificar a associação entre o dever do Estado com os lucros da iniciativa privada. Para tanto, toda a crítica feita quanto a inoperância da Universidade Pública está embasada na forte interferência e controle governamental na administração da escola de 3° grau. Assim, a avaliação que o MEC faz, hoje, da atuação universitária explicita seu erro em ter assumido a tarefa de financiar ensino / pesquisa. Isso permitiu o dispêndio de altos recursos (que contaram, entre outros, com a associação de instituições de fomento à pesquisa) sem o devido retorno, caracterizando a Universidade Pública como muito onerosa , principalmente porque não vinculou a pesquisa com as necessidades postas pelo plano econômico, e, por conseguinte, não obteve o apoio concreto do setor produtivo. Por outro lado, considera que a universidade deveria ter acompanhado a "evolução dos tempos" e assumido outras conformações mais adequadas às necessidades do mercado de trabalho. Nesse ponto defende o papel desempenhado pelas Faculdades Particulares quanto a sua organização que priorizou o ensino e, portanto, teve possibilidade de se adequar às novas exigências profissionais. No limite o MEC está defendendo os cursos de curta duração, ao mesmo tempo em que

estabelece níveis diferenciados de formação profissional. O órgão entende que o mercado gerou novas perspectivas de trabalho num patamar localizado entre o ensino médio e superior. Salienta que as Faculdades Privadas se fortaleceram num plano que pode estar assumindo esse campo de formação semi-profissional, até porque sua concepção empresarial lhe torna "mais criativa" a ponto de propor outras alternativas de organização curricular. Essas considerações marcam a posição estatal quanto à desobrigação com a Universidade Pública. A Constituição Federal de 1988 garantiu, entretanto, à Universidade indissociabilidade entre ensino e pesquisa além de autonomia. Quanto à indissociabilidade entre ensino e pesquisa, o MEC enfatiza o descabimento de tal articulação posta em nível constitucional. As críticas mais significativas estão, portanto, relacionadas com o dispêndio de verbas e a falta de consonância da pesquisa com as necessidades do país. Para resolver esse problema, busca através de artifícios sorrateiros estabelecer novas classificações visando burlar o que está definido em Constituição. A nova Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 propõe que outras conformações de ensino superior sejam implantadas no país, como por exemplo os Centros Universitários que deverão ocupar-se apenas com o ensino e, portanto, distanciar-se do que está previsto na lei e, em contrapartida, aproximar-se das políticas neoliberais. Reforçando este ponto de vista, a própria LDB 9394/96 ressalta a necessidade de entidades mais flexíveis, que atendam o mercado através de cursos universitários de ensino à distância, modulares, de menor carga horária e desligados da pesquisa, sempre em nome da modernidade. Quanto ao caráter privado dessas instituições, sugere que seja retomado o "crédito educativo" como medida provisória para a resolução imediata dos problemas de custo frente ao aluno mais pobre.

Fechando o circuito de medidas que atacam a vinculação entre ensino e pesquisa o MEC propõe a desregulamentação da maioria das profissões, visto que, segundo ele, não é o diploma que garante a formação adequada. Ao salientar essa diretriz, minimiza a formação universitária e abre brechas para novas modalidades de cursos..

Quanto à autonomia, o Ministério da Educação entende que no nível didático-científico, esta deva ser integralmente respeitada, mesmo porque é a partir dela que se garante qualidade. Acredita que são as discussões, os debates e as análises críticas os responsáveis pelo aprimoramento da vida acadêmica, o que repercute positivamente na qualificação profissional. Valoriza essa tendência nas Universidades Públicas e reconhece a deficiência dessa prática nas Instituições Privadas de ensino.

Ao mesmo tempo que defende tal autonomia, o Estado propõe arbitrariamente avaliações externas sistemáticas que interrompem esse processo na medida em que desconsidera as particularidades e especificidades de cada Instituição. Não é possível pensar em autonomia didático-científica se ela está cerceada pela "matéria do provão".

Se a autonomia didático-científica é defendida pelo MEC o mesmo não ocorre com a autonomia administrativa-financeira, visto que, segundo o Órgão, não é possível conviver com tantas distorções. Dados exaustivos são apresentados para demonstrar a falta de organização e controle da Universidade que aí está. Responsabiliza o número excessivo de docentes e funcionários como grande entrave que obstacula o bom desempenho do 3º grau público. Argumenta que o custo financeiro das aposentadorias onera, e muito, as despesas. Enfatiza que a estabilidade é um mal insuportável, que estimula o descompromisso com o trabalho, tornando-se, muitas vezes, "cabide de emprego". Outros tantos argumentos são utilizados, todos para justificar a necessidade de uma revisão nas diretrizes de organização

funcional. Para tanto, reivindica uma série de procedimentos que deverão ser rapidamente acionados, em nome da melhoria da qualidade e da racionalidade dos recursos destinados. Não resta mais dúvida que essa conduta traz consigo um forte encantamento pelos preceitos neoliberais que sugerem, em nome de melhores resultados, a revisão de importantes conquistas trabalhistas e sociais.

Portanto, todas as propostas recentes relacionadas à educação no Brasil tratam de achar justificativas para se alinharem frente a essas determinações do BID. A nova LDB, todos os seus documentos de desdobramentos e ainda os discursos do Ministro da Educação ratificam esse compromisso.

O BID e o funcionamento da ordem mundial:

O Sistema Internacional é um conjunto de Estados que se comprometem com a mesma "ordem" visando o aprimoramento do sistema econômico, a partir de um relacionamento político mantenedor. Entretanto, aquilo que poderia, apenas, estar sugerindo harmonia e cooperação, revela, na realidade as contradições inerentes de um circuito desigual. Assim, o papel estabelecido pela Divisão Internacional do Trabalho, indica um jogo de forças produtivas que se associam a mecanismos políticos, viabilizando a economia mundial num patamar conectado pelos princípios norteadores do modo de produção vigente. Isso significa, que tal sistema se movimenta tendo como referencia uma "ordem internacional" embasada em um conjunto formal ou informal de normas, instituições e procedimentos decisórios que refletem a correlação de forças no plano mundial e regulam as relações internacionais. Contudo, a realidade social indica um processo dinâmico e, portanto, instável de relações que necessariamente possibilitam as transformações. Nesse sentido, a ordem econômica, apesar de ser a mesma, sempre é outra num movimento que interfere constantemente nas relações internacionais.

Nessa direção é possível compreender, historicamente, o papel dos países periféricos no circuito mundial. O termo periferia indica a existência de países centrais e de uma economia global caracterizada por desigual distribuição das atividades econômicas, de riqueza e de poder entre países e regiões. A integração econômica dos países da periferia requereu uma estrutura política legitimada pelo Estado Nacional que garantiu a inserção crescente (mais articulada) desses na ordem econômica internacional. Nesse contexto, estabeleceu-se os níveis de dependência como produto ou subproduto da exploração imposta pelos países centrais. Dessa maneira, explicitou-se o caráter desigual do sistema internacional que engendrou uma simbiose da economia com a do papel político de todos os países envolvidos no processo, num emaranhado de relações dinâmicas e contraditórias.

Buscando a legitimação desse conjunto, num nível que pode obscurecer o jogo de forças presentes no cotidiano dessas relações, ou melhor, estabelecendo uma pseudo imparcialidade tanto no plano econômico quanto no político, tem-se Instituições que apresentam-se com a finalidade de corrigir distorções e alcançar o pleno funcionamento do Sistema Internacional. Vale ressaltar, que essas Instituições tem como objetivo principal mascarar o papel dominante dos países centrais que aparecem apenas como unidades representativas sem qualquer poder explícito de decisão. Assim, essas Instituições supra nacionais cumprem a função de acionar medidas que facilitem o total desenvolvimento do sistema, sem que o sentimento de dominação de um país ou de um conjunto de países se evidencie.

Pode-se reconhecer o papel do FMI e do Banco Mundial como Instituições de interferência, ordenação e ajuste das economias nacionais, buscando adequar os negócios internos às necessidades do mercado internacional. Entretanto, mudanças avançam para além de questões meramente econômicas. Isso significa que a sociedade deve estar apta à suportar e acatar transformações. No caso dos países periféricos, o Estado por si só, não tem condições de absorver as inovações e disseminá-las através dos serviços públicos, ou seja, a incapacidade de organização do poder estatal, associada a ausência de recursos, pode comprometer o desenvolvimento do sistema. Com o intuito de superar entraves dessa natureza, é que as Instituições Econômicas propõe-se a destinar recursos para a adequação das políticas sociais internas aos preceitos da "ordem internacional". Assim sendo, o financiamento dessas políticas sociais vem acompanhado de uma série de recomendações que nada mais é do que a determinação de um modelo internacional e ingerência na vida do país. O Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID tem-se demonstrado como Instituições Econômicas que assumem essa tarefa, na atualidade.

A análise do documento "Ensino Superior na América Latina e no Caribe: Um documento estratégico" permitiu evidenciar o modelo hegemônico neoliberal para a região e compreender como as recentes mudanças no cenário educacional brasileiro estão conectadas a uma política mais ampla, relacionada ao desenvolvimento do sistema internacional.

É interessante ressaltar que as mudanças quotidianas na escola de 1º, 2º e 3º graus não são, como parecem, medidas isoladas e desvinculadas de um projeto global; pelo contrário, expressam o caminho trilhado pelo governo brasileiro para por em prática as políticas neoliberais decididas em escala mundial.

Bibliografia:

ARNOVE, R. "La Educación como terreno de conflicto". Managua: Universidad Centroamericana, 1994.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. "Ensino Superior na América Latina e no Caribe: Um documento estratégico". 1996.

ESCOTET, M. A. "Tendências, Misiones y Políticas de la Universidad". Nicaragua: UNESCO, 1993.

GALEANO, E. "As Veias Abertas da América Latina", Rio de Janeiro, Paz e Terra, 31ª edição, 1990.

MEC. "Uma nova política para o ensino superior", Brasília, 1996

_____ "Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional / 9394/96"

_____ "Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional / 5692/71"

_____ "Parâmetros Curriculares Nacionais: Versão preliminar", 1995

OFFE, Claus. "Capitalismo Desorganizado", São Paulo: Editora Brasiliense, 1ª edição, 1994.

PRZEWORSKI, A. "Capitalismo e Social Democracia" , São Paulo: Cia das Letras, 1989.

SADER, E. "O Poder, Cadê o Poder?", São Paulo: Boi Tempo Editorial, 1997.

_____ (org.) "O Mundo depois da queda", Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

_____ & GENTILE P.(orgs.) "Pós Neoliberalismo", Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SOUZA, Paulo Renato, "Por uma Nova Universidade", pronunciamento feito no Seminário sobre Ensino Superior, Brasília, 1996.

TOMMASI, L. e outros (orgs.), "O Banco Mundial e as Políticas Educacionais", São Paulo: Cortez, 1996.

PCN'S: FUTEBOLISTAS E PADRES SE ENCONTRAM NUM BRASIL QUE NÃO CONHECEMOS

Nestor André Kaercher [1]

Introdução

Este texto compõem-se de duas partes. A primeira relata a posição da AGB (Associação de Geógrafos Brasileiros) - Seção Porto Alegre no Grupo de Trabalho "Os PCN's e a formação do geógrafo-professor", que coordenei. O grupo de trabalho integrava a programação do Seminário "PCN's, Ensino de Geografia e Conjuntura Nacional" promovido pela AGB nacional, em São Paulo, nos idas 4 e 5 de novembro de 1996. A segunda, bem mais extensa, compõem-se de opiniões pessoais e que não expressam, necessariamente, as posições da referida entidade. São apenas opiniões pessoais para provocar o necessário debate sobre o tema.

1. PCN's: a posição da AGB seção Porto Alegre

O documento base que utilizamos foi o "Parâmetros curriculares nacionais (PCN's) - conhecimentos históricos geográficos" (79 p., versão agosto/96) do Ministério da Educação e do Desporto[2]:

Comparado com a versão anterior, o texto melhorou significativamente de qualidade. Apresenta uma visão bem mais atualizada e progressista da ciência geográfica e possui uma continuidade e uma coerência que o anterior não possuia. Mas, antes de entrarmos no mérito e análise específica deste texto - tarefa, inclusive que consideramos de importância bem menor diante do quadro atual da educação nacional - a AGB/POA decide manter:

1. A posição já manifestada no último encontro nacional dos geógrafos (Recife, julho 96) de que a insistência do governo federal em "discutir" os PCN's desvia a atenção da comunidade educacional para as questões de fundo dos reais problemas da educação brasileira, qual seja, a ausência de uma efetiva política governamental de melhoria da educação nacional. Em vez de priorizar a discussão de "quais os conteúdos" e "metodologias" os professores devem priorizar na sala de aula (sem que os PCN's em nenhum momento proponham como efetivamente se possa operacionalizá-los permanecendo o texto como uma espécie de simples "aconselhamento de bom-mocismo") devemos discutir a falta de uma política educacional que invista na valorização da escola pública brasileira que hoje chega a níveis quase insuportáveis de desvalorização.

Para tal, muito antes dos PCN's, a entidade julga necessário:

a. um investimento maciço de recursos na melhoria da infra-estrutura das escolas públicas. Isso inclui não só a melhoria das condições físicas dos prédios como um melhor equipamento pedagógico de apoio, tais como: bibliotecas, laboratórios de ensino, refeitórios, etc.[3]

---

[1] Professor da UFRGS, Faculdade de Educação, Vice-diretor da AGB/Porto Alegre - *e-mail: nestor@ edu.ufrgs.br*

[2] Depois desta, várias outras versões surgiram. Apesar disso, o presente texto mantêm-se atual, pois as versões subseqüentes conservam a essência da versão aqui analisada.

[3] Parabólicas, vídeos e computadores são necessários mas não servirão para muito se não houver um efetivo treinamento das pessoas que vão usá-los. E, até agora, pouco nos tem vindo na direção de que este processo esteja ocorrendo. Corre-se o risco de se desperdiçar uma boa verba pública.

b. uma política real de incentivo à qualificação do professor que, em primeiríssimo lugar passe por uma melhoria efetiva na remuneração dos trabalhadores em educação e uma maior qualificação dos cursos que formam os futuros professores, sejam eles a nível de magistério (2º grau) ou os de licenciatura (3º grau)[4].

c. uma real divulgação dos PCN's junto ao professorado de primeiro e segundo graus para que eles possam realmente se apropriarem da discussão - coisa que até agora não tem ocorrido e que compromete toda possível boa intenção do governo federal de melhorar o ensino - pois nenhuma mudança (para melhor) ocorrerá sem a efetiva participação e conhecimento do professorado.

d. a interrupção do calendário do MEC que visa implantar os PCN's já a partir de 97. Tal calendário mostra-se ilegítimo porque apressado e tecnocrático. Os professores não tem ainda uma avaliação dos PCN's, o que tira os possíveis méritos do texto. Ainda que este pareça internamente coerente e bem articulado com uma proposta que não busque a mera memorização e absorção acrítica dos conteúdos de geografia e história, sem a efetiva apropriação, provocará apenas uma reprodução mecanizada.

2. Comentários pessoais

> **"As comunidades escolares e os professores são os verdadeiros construtores dos currículos de História, tanto no que diz respeito à seleção de conteúdos, seu aprofundamento e sua ordenação ao longo das séries, quanto às metodologias e aos materiais didáticos de que fazem uso junto a seus alunos. (p.20)**[5]

Ora, dito isso, por quê PCN's, então? Respeitem suas próprias palavras e nos dêem condições para operacionalizarmos o que o próximo parágrafo da mesma página diz: um currículo legítimo é aquele que a escola e os professores constroem. Um passo mais ousado ainda seria que ele fosse construído conjuntamente com os alunos e a própria comunidade na qual está inserida a escola.

Os PCN's e a formação do geógrafo-professor

Os PCN's, vistos pela lógica interna do texto, parecem ser extremamente sedutores, pois estão bem escritos e com reflexões sensatas e progressistas. Diríamos até que, qualquer cidadão de esquerda - desculpem o termo mas continuo acreditando em diferenças ideológicas - assinaria embaixo se fosse fazer uma análise meramente "endógena" do documento. Ele cria uma redoma em torno de si: como discordarmos de palavras, conteúdos e objetivos tão sensatos e nobres? (p. 11, 19, 25, 42, 53, 58, 64-70, por exemplo)

Em outras palavras (Revista Educação e Realidade, p.241) faço minhas as palavras da Faculdade de Educação da UFRGS ao analisar o documento introdutório dos PCN's :

> **"Em seu suposto caráter universal, nacional, comum, unitário, o documento reflete, na verdade, uma visão particular, particularista, restrita e limitada. Trata-se de um documento monológico, elaborado sob condições**

[4] O que efetivamente não será feito pelos "provões" que o MEC propõe. Diagnosticar a precariedade de nossas instituições de ensino não será novidade e nem provocará, por si só, nenhum movimento de reversão dessa má qualidade. Não é por falta de diagnóstico que a escola pública brasileira está nesta crise. Listas do MEC com livros de "má qualidade" já vem sendo anunciadas há pelo menos duas décadas.

[5] Toda vez que surgir apenas o número da página estamos nos referindo ao PCN's de geografia e história, versão agosto de 1996.

> **monológicas de "conversação".**
> **Na nossa opinião, a discussão deveria ser reaberta, numa situação de plena participação e pluralidade, em todas as fases dos processos decisórios. Aceitar discutir o documento segundo os critérios oficiais estabelecidos significa simplesmente aceitar os princípios nos quais se baseou sua elaboração e que resultaram na política curricular analisada. Esperamos ter deixado claro que nós simplesmente não concordamos com esses princípios"**

Contraditoriamente, talvez a principal característica do texto seja, justamente, uma ausência completa de diálogo com a realidade. Em nenhum momento o texto dialoga com o entorno concreto da escola pública brasileira. No meu modesto modo de ver, simplesmente não existe, grosso modo, no Brasil essa escola, esse professor e nem esse aluno que os PCN's descrevem. O texto caracteriza-se assim pelo idealismo, por ser carregado de boas intenções (sabemos que isto nossos governantes tem de sobra) mas sem, em nenhum momento, se perguntar pela viabilidade de se operacionalizar efetivamente a construção desta escola.

O que os PCN's almejam para crianças do primeiro e do segundo ciclo, talvez muitos de nós, universitários não tivemos em nossas graduações (p. 46-48). Como propor tais tarefas e objetivos aos nossos alunos com a precariedade material absurda de nossas escolas? Como construir, por exemplo, a noção de que os conhecimentos adquiridos em aula não são "a verdade" e que devem ser questionados pelos alunos (com menos de dez anos?) se nem o professor teve, na sua formação, desenvolvida tal habilidade?

O excelente parecer de Gelsa Knijnik (matemática) na referida Educação e Realidade (p.254) alerta:

> **"Não são poucas as investigações na área de formação e/ou de educação continuada de professoras/es que, apoiadas em pesquisas empíricas, têm salientado a pouca repercussão de materiais impressos produzidos por equipes de "iluminadas/os" nos processos de mudança educacional. O caminho a ser percorrido parece ser o inverso do proposto nesta iniciativa do MEC. Mas não é por mero descuido que o processo ora em curso é centralizador e descendente. O que transparece é toda uma concepção em relação ao trabalho docente: às/aos professoras/es mal remuneradas, mal preparadas, atuando em escolas precariamente estruturadas, atarefadas com suas inúmeras atividades em classes superlotadas de alunas/os - condições produzidas e produtoras do descaso com que a educação vem sendo tratada neste atual governo - cabe "obedecer" às informações que se pretendem suficientes, "seguir" orientações de pessoas que "sabem" o que é bom para a educação no país."**

Onde nossos professores e alunos irão encontrar fontes bibliográficas alternativas, por exemplo, para buscar outras visões de conhecimento como processo em (re)construção, tal qual os PCN's almejam?

Enfim, a questão maior não é pelo que os PCN's dizem - repetimos que, grosso modo, há poucos reparos a fazer - mas sim pelos silêncios e omissões que ele traz! Que políticas públicas o governo efetivará para melhorar a infra-estrutura física das escolas e para melhorar não só a remuneração do professorado para que ele possa, por exemplo, trabalhar em poucos locais e possa ter acesso aos bens culturais que os PCN's julgam instrumentos pedagógicos, tais como, museus e livros que não o livro texto? Enfim, não

basta apontar caminhos. É preciso construir as pontes para vencermos os obstáculos.

Fica claro, portanto, que a questão para melhoria da qualidade da escola brasileira não se fará via PCN's - o problema não é de "conteúdo", de currículo - e nem tampouco da simples compra de milhares de computadores ou parabólicas. As soluções para a precária qualidade de nossas escolas, infelizmente, não são rápidas nem baratas. Não se trata de um problema tecnológico (o não acesso à computadores, por ex.), mas sim de uma secular política de descaso com a escola pública. Sejamos honestos, entretanto, que tal desleixo não é novidade do atual governo. Infelizmente.

Há que se investir organizadamente e a longo prazo na formação permanente do professor - no Norte e Nordeste temos ainda uma porcentagem gigante de professores leigos - tanto a nível de graduação como para aqueles que já estão na prática docente (Jornal Folha de São Paulo, 14/10/96, p.3-8)[6]. A partir disso eles próprios poderão propor alternativas curriculares que melhor se adequem a sua realidade e que, provavelmente irão na direção contrária à dos PCN's, que buscam a padronização da escola num país com diferenças culturais e sociais gigantescas.

Correndo o risco de ser ofensivo aos docentes diria, provocativamente, que os PCN's são um documento de difícil compreensão para a maioria deles, imersos em problemas bem mais práticos do que os conteúdos programáticos propostos pelo documento. Como fazer do aluno um pesquisador (a p. 37 é teoricamente interessante e exemplo do que falo) se nossos professores ainda - até por deficiência de formação - estão insistindo que seus alunos, no geral, memorizem as aulas e/ou o livro-texto? Os PCN's, portanto, não tem aplicabilidade prática. Mesmo que quiséssemos, os professores não tem essa formação. Soaria como um discurso sem raiz, uma mera reprodução acrítica do que o manual didático trouxesse. Mas que fique claro: a solução para tais deficiências de formação não são, de forma alguma, resolvidas via PCN's.

Os PCN's, portanto, são, a meu ver, mais um belo texto que ficará inócuo nas prateleiras no que diz respeito a suas boas intenções. Agora, quanto as intenções mais escondidas, qual seja, padronizar e controlar a pequena autonomia dos professores, estas serão atingidas pois o professorado não está apropriado desta questão e terá , como alternativa, a simples reprodução de um documento que ele não entendeu (ou sequer leu). Aliada a uma inevitável padronização do livro didático - provável corolário dos PCN's - teremos uma escola única tratando como iguais pessoas socialmente muito diferentes. Será, sem dúvida, um instrumento poderoso das autoridades federais no controle do professor. Quem não seguir os parâmetros estará "fugindo de suas obrigações" e será tido como profissional "rebelde". Essa homogeneização, ainda que travestida de um discurso progressista, "de esquerda" tem características autoritárias bem claras.

Considerações Gerais

Milton Santos (Folha São Paulo, 14/10/96) ao ser questionado sobre qual o espaço do cidadão num mundo que se diz globalizado responde:

> **"A vontade dessa globalização perversa a que estamos assistindo é reduzir o papel do cidadão. É transformar todo mundo em consumidor, usuário e,**

[6] Maranhão, por exemplo, tem 38% de professores sem habilitação, 58% possuem apenas o magistério e só 4% (sic) possuem licenciatura. Como exemplo oposto (professores com melhor capacitação) temos, no Nordeste, a Paraíba, onde 34% tem licenciatura e "somente" 31% não tem habilitação.

se possível, em coisa, para mais facilmente se inclinar diante de soluções anti-humanas.

Essa globalização, por enquanto, não leva em conta o homem. De modo que esse espaço do cidadão tem que ser recriado a partir dos níveis abaixo do mundo. Não é o mundo que vai criar o cidadão. O chamado mundo quer acabar com as cidadanias, mas cada nação e cada espaço e cada cidade é que vão ter a força de recriar esse cidadão - que vai contribuir, creio eu, mais tarde, para sugerir uma outra globalização. A recriação da cidadania mediante uma outra globalização, horizontalizada e não verticalizada como a atual, na qual a vida não seja tributária do cálculo, mas haja espaço para a emoção - que é o que une os homens. Mas essa união dos homens do mundo inteiro passa pela produção de uma idéia de mundo feita em cada lugar" (p. 5-11).

Cito Santos para tencionar com o documento dos PCN's que muito fala em cidadania (retórica) mas pouco a pratica, reduzindo o espaço do cidadão influir nos rumos de seu país.

As páginas 58-60, talvez, sirvam de início para mostrar como o texto se baseia na idealização (fuga do contexto real) da escola e do seus corpo discente-docente. O que há é uma série de belos objetivos e temas com os quais ninguém em sã consciência estaria, por princípio, contra. Resta perguntar: são viáveis dentro da atual escola brasileira? Os professores estão capacitados para tal?

. A citação abaixo é importante porque mostra o caráter estratégico do ensino de história e geografia como construtores fundamentais da idéia de "pátria" e colocam o caráter ontologicamente político e ideológico destas disciplinas:

"A organização do ensino de História está permeada, assim, pelos embates estabelecidos entre os intelectuais e políticos, na tentativa de definição de referências para a construção da identidade nacional (...) Os confrontos e as disputas estabelecidos ao nível do poder educacional, com a presença de grupos heterogêneos, com propostas muitas vezes divergentes definem e redefinem, de modo ativo, os conteúdos e as prioridades de ensino" (p. 7-8)

O tentar moldar a construção de um modelo de nação-pátria-estado de um lugar chamado Brasil (ou de qualquer outro Estado) é algo inerente a nossa disciplina, o que coloca junto a ela, não apenas uma "desinteressada" visão de mundo ou cultura geral, mas sim uma inerente disputa por modelos hegemônicos de sociedade.

É dentro deste contexto que vejo a proposta dos PCN's: o desejo - legítimo, é preciso reconhecer - que o Estado brasileiro, na sua atual hegemonia conservadora-liberal, de tentar construir uma escola que se adeque as idéias de nossas elites dominantes. Ou seja, nossas elites percebem que nossa escola está defasada ou não está seguindo os caminhos que julgam ser necessários para entrarmos na "modernidade" de uma economia "globalizada" (duas expressões fetichizadas atualmente de tão usadas) e, por isso, tentam mudar essa escola segundo seus ideários (liberais, repito) (p. 37).

Silva (in Paixão de Aprender, p.37) me auxilia:

"É por isso também que é importante compreender que quando um discurso desse tipo (o liberal) se torna hegemônico ele não apenas coloca "novas" questões, introduz novos conceitos e categorias, obscurece a memória popular, ocupa o lugar de categorias que moveram nossas lutas no passado, redefinidas agora como anacrônicas e ultrapassadas. Assim, o discurso da qualidade total, da privatização em educação, da escolha e soberania por parte do "consumidor" , da política como participação no consumo não se apresenta apenas como uma outra possibilidade ao lado e no mesmo nível

de outras. Ele tende a suprimir as categorias com as quais tendíamos a pensar a vida social e a educação, ajudando-nos a formular um futuro e uma possibilidade que transcendessem a presente e indesejável situação social. O discurso da qualidade total, das excelências da livre iniciativa, da "modernização", dos males da administração pública reprime e desloca o discurso da igualdade/desigualdade, da justiça/injustiça, da participação política numa esfera pública de discussão e decisão, tornando quase impossível pensar numa sociedade e numa comunidade que transcendam os imperativos do mercado e do capital. Ao redefinir o significado de termos como "direitos", "cidadania", "democracia", o neo-liberalismo em geral e o neo-liberalismo educacional, em particular, estreitam e restringem o campo do social e do político, obrigando-nos a viver num ambiente habitado por competitividade, individualismo e darwinismo social"

Ao dizer isso não creio que tal intenção (de propor os PCN's) seja, por si só, antidemocrática ou ilegítima. Até pode ser legítima. O que questiono é a prioridade que se dá a essa discussão e ao próprio modelo econômico - seguramente excludente - que hoje vigora no Brasil. Creio que seja possível a construção de uma outra matriz teórica que busque uma modernidade diferente: baseada prioritariamente no ataque as gritantes desigualdades sociais, como o próprio Cristovam Buarque nos fala, ao pregar uma modernidade ética no lugar da atual modernidade técnica. O prioritário, segundo ele, deve ser dado ao social, aos seres humanos e não ao econômico, como é hoje. Não basta crescer economicamente. É preciso redistribuir a riqueza produzida e tão vergonhosamente concentrada.

Nas p. 39 e 58 um pequeno "descuido" dos autores, que me preocupa: **"Antes das sugestões temáticas entretanto, segue a explicitação de como os conteúdos** deverão **ser abordados, ..." (p.39).** Ou entendo pouco de minha língua materna ou essa palavra "deverão" nos deixa com poucas alternativas: ou se segue a "cartilha" ou estamos fora da linha. Nada animador. Diante disso, qualquer boa intenção fica em segundo plano, pois a prática é autoritária.

Questionada acerca disso (SP, 4/11) uma elaboradora dos PCN's disse que esse foi um descuido da equipe, uma "falha da revisão" pois "todos os outros devem/deverão foram retirados para não dar, justamente a impressão, de obrigatoriedade". Ora, parece que a emenda ficou pior do que o soneto pois, se o texto tinha tantos "devem" e só dois sobraram "depois da revisão" é porque, mesmo que não dito, a idéia é a de que estamos diante de uma linha a ser seguida.

As idéias das p. 11 (sobre cidadania), da p. 15 e 16 (sobre o objetivo do ensino de história e o papel do educador), p. 17 (ultrapassar o imediato e o vivido) creio eu, parecem ser de difícil contestação. São palavras sensatas que incorporam um discurso progressista. Repito a pergunta: nossas escolas públicas estão aptas a chegar a esse patamar? O mesmo se pode dizer da p. 19: os princípios genéricos são "legais". Mas, e a operacionalização? O mesmo poderia dizer de inúmeras outras passagens (p.23 quando diz que devemos superar a idéia de um aluno passivo fazendo-o pensar com a sua própria cabeça), adjetivando-as positivamente. Mas, a questão de fundo não é essa: em vez de PCN's queremos condições dignas de salário e trabalho. Como dizem Ávila e Moll:

"Como poderá um professor "não leitor", "não produtor de textos" possibilitar a seus alunos condições para o desenvolvimento da paixão pela

leitura e pela escrita? Que possibilidades têm os professores de desenvolver sua paixão pela leitura, quando não têm as condições financeiras mínimas, nem o tempo para freqüentar bibliotecas, comprar livros?" (Educação e Realidade, p. 251)

Nas p. 23 e 24 uma série de críticas ingênuas ou mal intencionadas. Ao criticar a geografia crítica (o que é isso mesmo? Pode-se fazer ciência sem ser "crítico"?) diz que um dos seus defeitos era "a confusão entre a escola e a militância política, buscando através delas uma conscientização com forte carga ideológica" (23). Ora, pode-se dizer que só a geografia crítica fez/fazia isso? Óbvio que não! A geografia tradicional também sempre foi política, ainda que escondesse de nós o conteúdo político de seu "conhecimento". Daí ninguém reclamava que "ela fazia nossa cabeça" ainda que fosse nos despolitizando e alienando. Quando se tenta explicitar esse caráter político, daí a "geografia é militante"? Ora bolas, que papo reacionário é esse?

Na p. 24 também há uma crítica apressada quando afirma "essas categorias (território, lugar e espaço) são utilizadas sem qualquer aprofundamento conceitual" ou "não há uma visão pluralista, quase sempre se apresenta uma única abordagem teórica e metodológica pronta e acabada , sem dar opções tanto sob aspectos ideológicos, como explicativos". Baseado na análise de que obras se disse isto? Onde? Exemplos? Primeiro o texto diz que não havia definições, depois diz que fica só na conceituação?

Fica difícil assim o diálogo, pois as críticas são genéricas e não apresentam "provas". A própria geografia "crítica" não é algo consensual. Há diferentes grupos com propostas distintas. "Críticos" até o pessoal do PPB, PFL, PTB, etc são e , nem por isso, parecem estar comprometidos com a busca de modelos alternativos de sociedade e educação. Pelo contrário, são legitimadores desta ordem excludente que impera no país.

Na p. 32 seriam úteis dicas mais precisas com exemplos de autores e obras que fazem essas "pontes", por exemplo, entre literatura e geografia . Não podemos partir do pressuposto que todos professores terão que ler todos os clássicos para incorporarem em suas aulas tais contribuições. É uma crítica semelhante a que fiz à p. 24.

Disso já se falou: as fontes bibliográficas são relativamente pobres e o que é pior, em nenhum momento estão citadas no texto. Fica só como referência bibliográfica no final. Perigoso isso. Mais trazem confusão do que esclarecimento. É preciso deixar mais claros os referenciais teóricos com exemplos concretos de obras e suas páginas. Não se pode ignorar a já extensa produção acadêmica na área do pós-graduação, por exemplo.

Nas p. 37 e 39 um problema sério: os professores que trabalham com primeiro e segundo ciclos não tem formação específica em geografia e história (idem para ciências, etc). Ele tem, básica e geralmente - infelizmente - uma formação de alfabetizadores em letras e em números. Daí serem um tanto idealizados as tarefas e habilidades que tanto eles como seus alunos deverão desenvolver. O mesmo vale para as p. 45, 46, 47, 53, 56, 58-60, 62-70: belas páginas, sensatas, nobres mas, idealizadas para uma escola e para professores inexistentes. Leiam com atenção, por ex. a 76 e 77. Tem sugestões que extrapolam a capacidade de professores e alunos nas atuais condições de trabalho. Que tal os autores dos PCN's pousarem no Brasil real? São palavras do próprio documento:

"Reforçamos o objetivo do conhecimento científico: compreender as relações entre os homens e entre as sociedade e a natureza, não como universais e genéricos, mas como específicos de uma determinada época, envoltos em um contexto, em uma paisagem e insistimos em que, no contato com a fonte

de interpretação, através dos estudos do meio, cria-se a oportunidade para os alunos estabelecerem o confronto entre o que imaginavam, o que estudaram com antecedência, com o que a realidade apresenta enquanto materialidade, vida , com suas contradições dinâmicas." (p.78)

Ótimo conselho! Pena que os autores do documento não seguiram o que escreveram, pois uma das maiores características deste longo documento que ora analisamos é, justamente, a ausência de diálogo com a realidade de uma determinada época.

Os tecnocratas dos PCN's de Brasília vêem e escrevem para um Brasil que não conheço! Parecem certos comentaristas de futebol que elocubram sobre "esquemas táticos" das equipes de uma partida de futebol que nós, telespectadores do mesmo jogo, absolutamente não vimos. Assemelham-se a sermões de bom comportamento. Todos concordam. Poucos praticam.

Prova disto é o final do texto: não apresenta conclusões, não questiona o como e o por quê fazer uso dos PCN's !

Questões que o MEC propôs para os pareceristas[7]

1. A informação contida nos PCN's é suficiente para que as equipes técnicas dos Estados e dos Municípios elaborem os currículos para suas escolas? É um referencial para orientar os professores no planejamento e na revisão de sua prática?

Os PCN's de Geografia apresentam boas reflexões e informações mas, evidentemente não são suficientes. O texto não apresenta justificativas do porque mudar a prática atual dos professores - que sabemos ter muitas lacunas - nem do porque adotar os PCN's. Não fornece referências bibliográficas no texto que possam corroborar o discurso que o próprio PCN's engendrou. É um documento que fala todo o tempo consigo só, ficando difícil até contestá-lo porque, justamente, encontra-se descontextualizado do tempo e do espaço brasileiro.

Se o profissional que leu os PCN's o entende, ele é dispensável porque, provavelmente, o professor já trabalha numa lógica parecida com a sugerida. Se o profissional não entende os PCN's, então ele é inútil, porque não provoca uma desestabilização da atual prática deste profissional porque é uma imensa listagem de objetivos e conteúdos a serem desenvolvidos.

Se é um referencial para Estados-Municípios e professores? Creio que sim! Se será útil? Isso já é mais preocupante pois, como já disse, o texto não orienta, em nenhum momento, o como operacionalizar. Corre-se o risco do professor, simplesmente segui-la à risca, sem nenhum posicionamento crítico, sepultando, justamente uma das principais intenções do documento, qual seja, construir um conhecimento não dogmático.

2. Os fundamentos teóricos e conceituais que serviram de base para elaborar os PCN's estão suficientemente explicitados? Seria conveniente ampliá-los ou aprofundá-los? Seria conveniente incluir outros aspectos na fundamentação da proposta?

Parece-me que já abordei essa questão. A resposta é sim e não. Os fundamentos estão relativamente bem delineados (embora não existam referências bibliográficas ou exemplos de obras-autores que sigam essas linhas). Mais importante do que ampliar/

[7] As questões aqui colocadas foram enviadas pelo MEC, juntamente com os textos dos PCN's, a centenas de professores universitários que foram os pareceristas nas mais diversas áreaa de conhecimento. Eu não estava entre eles.

aprofundar os PCN's seria conveniente esboçar uma política a longo prazo de formação permanente do professorado, sobretudo de primeiro grau que será o usuário destas propostas e tem, justamente, maior dificuldade de ter acesso às discussões mais recentes que os meios acadêmicos desenvolvem.

3. A estrutura adotada para a elaboração desta versão preliminar é adequada à realidade política e institucional e às características e necessidades do sistema educativo brasileiro?

Pelo que já disse anteriormente, esse é justamente o maior problema do documento: ele não está ligado à realidade da escola brasileira. Nem poderia. Em nenhum momento o documento dialogou com os professores de primeiro e segundo graus, justamente os que vão desenvolver a proposta, realizar o trabalho. É um processo fadado ao fracasso justamente por isso: não tem respaldo na categoria. Não há conhecimento do documento e duvido que haja interesse nessa divulgação por parte do governo federal. O mínimo que pode ocorrer é a renúncia ao seu conteúdo ou sua adoção como manual. Note-se: em nenhum dos dois casos haverá uma discussão com os envolvidos, o que não gerará melhoria na qualidade do ensino pois, este não esta deficiente por falta de PCN's, mas sim pelas adversas condições de trabalho que enfrentam nossos docentes e alunos.

4. A política de desenvolvimento curricular prevista no documento é adequada para que os PCN's possam cumprir as funções a eles destinadas? Quais as prioridades que deveriam estabelecer-se entre as ações previstas que devam ser contempladas para que os PCN's possam ser utilizados como instrumentos de melhoria da qualidade da educação brasileira?

Também já falamos sobre essa questão: a prioridade a ser desenvolvida não são os PCN's, mas sim uma política de formação do pessoal docente com uma paralela valorização do trabalho do professorado. Sem isso os PCN's não vão provocar melhoria alguma no ensino brasileiro, por melhor que sejam os documentos. A segunda versão dos PCN's de história-geografia , por exemplo, é bem melhor do que a versão anterior mas, isso não muda em nada seu caráter pouco democrático: os professores continuam à margem desta discussão.

5. Os objetivos e os conteúdos propostos são relevantes, tendo em conta os desafios da sociedade brasileira?

Sem dúvida, os objetivos e conteúdos são relevantes. Mas, não existem condições mínimas para que eles sejam realmente incorporados e entendidos em nossas escolas. São apenas uma longa lista de belos conselhos.

Perguntas específicas do MEC com relação ao documento de história e geografia
A questão um inexistia.

2. A introdução da área está suficientemente justificada e responde aos conhecimentos atuais nas disciplinas científicas e didáticas correspondentes? É coerente a apresentação da área com o enfoque geral dos PCN's expostos no documento introdutório?[8]

[8] O documento introdutório (40 p) destinava-se a fazer um relato da situação da escola brasileira e fala de uma longa lista de assuntos. Como se vê não destinava-se às áreas específicas do conhecimento.

Há uma clara predominância na área de História mas, em linhas gerais, apresenta uma visão contemporânea das discussões geográficas. Há uma preocupação em alfabetizar o aluno na leitura do tempo e do espaço. Como já disse, essa segunda versão é mais coerente com o documento introdutório, o que não ocorria com a primeira versão. Daí parece residir, justamente, seu maior perigo: é um texto bem articulado, sedutor.

3. Os objetivos gerais da área indicam todas as capacidades que devem ser trabalhadas e desenvolvidas neste ciclos do Ensino Fundamental?

4. Os Blocos de Conteúdos respondem aos objetivos definidos? São coerentes entre si? São apropriados para os alunos deste ciclo? Quais os blocos de conteúdo que deveriam ser ampliados , reduzidos, eliminados ou contemplados?

5. É adequada a distribuição de objetivos e conteúdos que se fez entre os ciclos?

Não teria pretensão megalôma de saber responder a essas questões, pois creio que a escola jamais esgotaria (ainda bem!) "todas as capacidades que devem ser trabalhadas e desenvolvidas no ensino fundamental". Talvez as pessoas melhor capacitadas para responderem a essa questão são os excluídos do processo, os professores de primeiro e segundo graus! Não, não estou propondo o democratismo de se consultarem a todos os professores mas, a elaboração de um calendário mais flexível e que estimule esta discussão através de uma efetiva divulgação dos PCN's junto ao professorado, o que até agora não ocorreu.

Fica difícil responder a essas questões. Novamente os professores teriam condições de "iluminar" os "especialistas" (nós). O que duvido não é da coerência entre objetivos e conteúdos, pois parecem bem amarrados, mas sim se são apropriados aos alunos. Creio que não. São idealizados. As condições concretas, materiais para construir com os alunos tais habilidades não existem. Logo, o problema maior não é cognitivo: capacidade eles tem de aprenderem. Resta saber se estamos em condições de ensiná-los? Que fique claro, no entanto, que não se trata de responsabilizar o professorado pela "crise" do ensino brasileiro. E o que é mais importante: que condições de fazer isso o poder público nos oferecerá? Por hora, (outubro de 1997) vemos que o compromisso do governo federal não tem sido, com certeza, nem a educação e nem a saúde públicas.

Assim, para a questão 5 diria simplesmente: a distribuição (de objetivos e conteúdos) que se fez é puramente teórica, descolada da realidade nacional. Gastar linhas para discuti-la seria trocar seis por meia dúzia, não alteraria o quadro da atual educação brasileira: salários aviltados, pouca infra-estrutura material, alunos desmotivados e/ou sem condições de acompanhar os estudos por diversos motivos, óbvio.

6. As orientações didáticas e critérios de avaliação são suficientemente claras e precisas? Deveriam ser formuladas em termos mais gerais ou, pelo contrário, mais concretos e precisos?

As orientações são bem genéricas. Não são absurdas. A questão, no entanto, é secundária. A natureza do processo (de cima para baixo) é que torna o texto mais distante das "bases". Se detalhassem mais, ficaria muito diretivo, um "receituário" (que até seria bem-vindo por parte de alguns professores, creio eu) cerceador da criatividade do profissional. Do jeito que está, fica semelhante àqueles sermões dominicais, que de tão genérico que são, todos concordam mas poucos o levam a sério.

Enfim, é uma questão polêmica (ser genérico ou diretivo?) que teria defensores sensatos dos dois lados.

7. Os critérios de avaliação cobrem os conteúdos fundamentais da área? São coerentes com os objetivos gerais da área? Há algum critério de avaliação entre as propostas que deveria eliminar-se? Há algum critério de avaliação que não consta e que deveria constar?

Os critérios de avaliação são pomposos, bonitos e dificilmente teriam críticos quanto ao mérito. Fico com a velha questão: quem faz assim? O papel tudo aceita. Mudar nossa prática já é outro duro desafio. Creio que é uma listagem idealizada mas, como princípio a ser alcançado, constitui-se num desafio provocante.

8. Os PCN's desta área respondem às necessidades da sociedade brasileira?

A resposta é simples: os PCN's não são uma necessidade da sociedade brasileira. Nossas necessidades são bem mais básicas e já foram ditas à exaustão: queremos uma melhor distribuição de terra, um salário mais digno, melhores condições de atendimento nos hospitais públicos e ao aposentado, mais investimentos no setor social (moradia, escolas, hospitais, por exemplo). Essas são necessidades da sociedade brasileira e não os PCN's. Estes estão aí para ocupar nossas mentes com questões secundárias.

Se houvesse interesse em melhorar o ensino brasileiro, por exemplo, não deixariam os funcionários públicos federais 30 meses sem reposição salarial (os famosos "aumentos" que a imprensa fala) nem deixariam a máquina pública num tal estado de sucateamento.

Para que não me acusem de estar desviando do assunto "educação" citaria Michael Apple (In Escola básica na virada do século; Faced/UFRGS, 1995, citado por Gentili, p.21):

> **"Enquanto não levarmos a sério a intensidade do envolvimento da educação com o mundo real das alternantes e desiguais relações de poder, estaremos vivendo em um mundo divorciado da realidade. As teorias, diretrizes e práticas envolvidas na educação não são técnicas. São intrinsecamente éticas e políticas."**

Complementando com o mesmo Apple:

> **"Não posso aceitar uma sociedade em que mais do que uma entre cada cinco crianças nasce na pobreza, condição esta que está se agravando dia a dia. Tampouco posso aceitar como legítima uma definição de educação que estabeleça como nossa tarefa a preparação de alunos para funcionar sem problemas nos "negócios" dessa sociedade. Nações não são empresas. E escolas não fazem parte de empresas, para ficarem eficientemente produzindo em série o "capital humano" necessário para dirigi-las" (idem, p. 8, citado por Costa).**

Finalizo justificando o título provocativo: jogar palavras ao vento é ação típica dos comentaristas esportivos. Estar repleto de boas intenções não é tarefa exclusiva dos sermões dominicais, como vimos.

Bibliografia

Buarque, Cristovam. A revolução nas prioridades: da modernidade técnica à modernidade ética. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

Educação e Realidade, "Currículo e política de identidade", v.21, n.1. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, jan/jun 1996.

Escola básica na virada do século: cultura, política e currículo, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul , Faculdade de Educação, 1995.

Folha de São Paulo, 13/10/96, p.5-11: "Um lugar para o homem no mundo" (entrevista com Milton Santos).

Folha de São Paulo, 14/10/96, p.3-8: "MEC faz censo do professor no Nordeste".

Paixão de Aprender, n.7 Secretaria Municipal de Educação, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, junho 1994.

RATZEL: RELEITURAS CONTEMPORÂNEAS. UMA REABILITAÇÃO?

Marcos B. De Carvalho*

* O presente trabalho foi publicado originalmente na revista Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales,Nº 25, Abril de 1997, Departamento de Geografia Humana da Universidade de Barcelona [http://www.ub.es/geocrit/b3w-25.htm]

Ratzel: uma revisão necessária

O lugar e a importância da obra e das idéias de Friedrich Ratzel, no desenvolvimento da institucionalidade científica, está longe de receber um tratamento de unanimidade por parte de observadores e analistas desse processo. Em especial, nas análises produzidas por geógrafos e antropólogos, interessados em recompor arqueologias de suas áreas de conhecimento, tratamentos muito distintos têm sido observados, quando se trata de aquilatar o papel desempenhado por Ratzel no desenvolvimento e na institucionalização acadêmico-científica da geografia e também da etnografia/etnologia.

Quanto ao tema, não são raras as omissões ou negligências cometidas, mas, em nossa opinião, as segundas têm se sobressaido às primeiras.

São comuns os reducionismos e simplificações do pensamento ratzeliano, que em alguns casos é resumido apenas à lembrança dos possíveis equívocos cometidos, pelo pensador alemão, ao teorizar sobre as relações homem-natureza, ou ao defender suas crenças sobre a evolução dos processos civilizatórios. No primeiro caso, Ratzel teria sido um determinista ambiental incorrigível[1] e, no segundo, um anti-evolucionista adepto de teses combatidas e desgastadas, como as do difusionismo, ou acertadamente condenadas, como as da superioridade civilizatória dos brancos caucasianos.

Certamente Ratzel não é o único caso, de fértil e importante pensador, a ter "consagrados" seus defeitos mais que suas virtudes, mas é sobre este caso que pretendemos nos debruçar. Sobretudo porque há em sua obra algumas idéias de inegável contemporaneidade, como atestam alguns dos trabalhos recentemente realizados por alguns geógrafos que, entre outras coisas, buscam recuperar parte do ainda obscuro legado ratzeliano.

Antes, no entanto, seria importante tecermos mais algumas considerações e alertas para esta espécie de revisão, que nos dispusemos a fazer, a partir da bibliografia produzida recentemente.

Pode ser que a forma como Ratzel passou a figurar na história das ciências sociais de uma maneira geral, e na geografia e antropologia em particular, reflita uma certa adesão, consciente ou inconsciente, à oficialidade histórica consagrada sobretudo pelos franceses, ingleses e norte-americanos que, com todo o direito que sempre coube aos vitoriosos, preferiram, obviamente, atribuir aos seus pares os papéis mais destacados na paternidade da institucionalização de algumas das principais especialidades analíticas das chamadas

* Professor do Departamento de Geografia da PUC/SP
e-mail: malsec@ual.com.br

ciências sociais. Mesmo que para isso tivessem que lançar mão de expedientes como a edição de idéias, a descontextualização, o forjamento de divergências, etc[2].

Entre os trabalhos mais significativos, de produção recente, que apresentam alguma alusão explícita a Ratzel ou a sua obra, seja com o intuito de reafirmar críticas, desfazer equívocos, ou reabilitar o seu papel no desenvolvimento da ciência geográfica[3], destacam-se, coincidentemente, franceses ou tributários da chamada escola francesa de geografia. Dizemos coincidentemente, pois foi nesta escola que se produziram também alguns dos seus principais detratores, cuja expressão máxima poderia ser encontrada em Lucien Febvre que, ao pretender enaltecer a proposta de fundamento geográfico elaborada por Vidal de La Balche, simplificou o pensamento ratzeliano à condição de "determinista": "Vidal de la Blache est reconnu pour avoir inauguré une longue tradition géographique fondeé sur une conception du rapport Homme-Nature que Lucien Febvre a qualifée, em 1922, de 'possibiliste'. Le possibilisme vidalien se distinguerait, selon cet historien, du prétendu déterminisme ratzélien qui limiterait les relations entre l'Home et la Nature à 'une action mécanique des facteurs naturels sur une humanité purement récepitrice" (Mercier, 1995: 215)[4].

Mas, se a Ratzel lhe fosse dado um direito de resposta contra esse tipo de simplificação, provavelmente ele apontaria em muitos de seus escritos a formulação de convicções bastante diferentes dessas que se popularizaram. Seu raciocínio sempre foi mais complexo e sofisticado que o reducionismo determinista que lhe impingiram: "L'oscura ed esagerata affermazione 'l'uomo è il prodoto dell'ambiente' vien combattuta con un'altra affermazione parimenti assoluta e di scarsa consistenza. Nè questa disputa presenterebbe speranza di concluzione se non rimanesse la fiducia che i concetti non abbiamo a cozzare cosi aspramente l'un contro l'altro come le parole" (Ratzel, 1914: 39).

Em outra obra sua, Ratzel nos fornece ainda mais elementos para aquilatarmos este seu posicionamento anti-reducionista sobre os determinismos ambientais: "La cultura es la emancipación de la naturaleza, pero no en el sentido de desprendimento completo, sino en el de su más amplia y multiple alianza (...) No podremos considerarnos enteramente indepedientes de la naturaleza, mientras más minuciosamente la explotemos y estudiemos, y sólo nos haremos independientes de algunos accidentes de su modo de ser ó de su marcha, multiplicando los puntos de alianza" (Ratzel, 1888: 3).

Como se vê há algo mais na formulação ratzeliana do que a simplificação pretendida por uma concepção determinista que, diga-se, ele não formulou[5], ou, se se preferir, que ele jamais reduziu àquela condição estigmatizada por alguns de seus seguidores e/ou interpretadores.

Ratificando essa necessidade de rever o que o próprio Ratzel afirmou sobre as idéias que lhes são atribuidas pelas fontes secundárias, o geógrafo Andre-Louis Sanguin, em um dos textos da produção recente que examinamos — En relisant Ratzel (Sanguin, 1990) —, chega a fazer o seguinte apelo-indagação: "Nous géographes, avons-nous permis à Friedrich Ratzel de parler en son nom propre a travers son oeuvre ou nous sommes-nous tout simplement contentés d'accepter ce que les autres disaient en son nom?" (Sanguin, 1990: 580).

Ratzel: O que há de novo para ler?

Temos consciência de que ofereceremos um panorama restrito acerca das novidades em torno das possíveis releituras e recuperacões das teses ratzelianas, pois as sistematizações disponíveis da bibliografia produzida, ainda estão muito longe de refletirem

com fidelidade o conjunto da produção geográfica.

Mas, independentemente disso, interessaria-nos adotar alguma referência que nos permitisse ter algum acesso ao panorama da produção mundial em relação ao tema objeto deste ensaio. Para tanto, recorremos ao conhecido Geographical Abstracts que, com razoável fidelidade, nos oferece uma mostra significativa da produção geográfica realizada na maioria dos principais centros e instituições a ela dedicados na atualidade.

Buscamos nos Geographical Abstratcs — tanto no Human Geography como no Physical Geography — publicados entre 1990 e 1996, todos os trabalhos que, por quaisquer razões, fizessem menções a Ratzel, ao seu pensamento ou à sua obra[6].

Como resultado dessa pesquisa realcionamos os seguintes trabalhos encontrados:

FLIEDNER, D. Die Entwicklung des Raumverstandnisses in der Anthropogeographie in den letzten hundert Jahren. Karlrusher Manuskripte zur Mathematischen und Theoritischen Wirtschafts -und Sozialgeographie, 1990, nº 93, 54 p.

FLIEDNER, F. Anthropogeographie, Paradigmenwechel, Kulturelle Evolution. Geographische Zeitschrift, 1992, 80 (1), p. 1-19.

HAGGMAN, B. Geopolitics: classical and modern. A selected bibliography and an introduction. Center for Research on Geopolitics, Helsingborg, Paper, 1, 1988, 8 p.

HAGGMAN, B. Rudolf Kjellen: founder of geopolitics. Center for Research on Geopolitics, Helsingborg, Paper, 3, 1988, 14 p.

LOPRENO, D. & PASTEUR, Y. La peense ratzelienne et la question coloniale. Cahiers de Geographie du Quebec, 1994, nº 38(104), p. 151-164.

MERCIER, G. La region et l'Etat selon Friedrich Ratzel et Paul Vidal de La Blache. Annales de Geographie, 1995, nº 583, p. 211-235.

MERCIER, G. Le concept de proprieté dans la géographie politique de Friedrich Ratzel (1844-1904). Annales de Geographie, 1990, nº 555, p. 595-615.

MERCIER, G. La theorie geographique de la propriete et l'heritage ratzelien. Cahiers du Geographie du Quebec, 1992, nº 36 (98), p. 235-250.

MULLER, G. H. Friedrich Ratzels Rolle in der Frage der deutschen Sudpolarforschung und der Vorbereitung der deutschen Sudpolar-Expedition (1902-1903). Polarforschung, 1992-1993, nº 62 (1), p. 51-55.

SANGUIN, A. L. En relisant Ratzel. Annales de Geographie, 1990, nº 555, p. 579-594.

TEZUKA, A. Ratzel's Anthropogeographie and the Japanese geography of pre-war period. Tsukuba Studies in Human Geography, 1995, nº 19, p. 135-149.

VALLEGA, A. Esistenza e ambiente: nuovi scacchieri per il pensiero geografico. Bolletino - Societa Geografica Italiana, 1989, nº 6 (10-12), p. 523-544.

Entre estes trabalhos pudemos constatar, consultando os originais na maioria

dos casos, que nem todos se dispõem a desenvolver de fato uma real recuperação do legado ratzeliano, embora os poucos que se disponham a fazê-lo, o façam de maneira significativa, seja através do desenvolvimento de polêmicas com alguns de seus pensamentos, seja através da revisão e correção daquelas interpretações simplificadas a que nos referimos há pouco.

Há trabalhos, que apesar de destacarem em seus abstracts ou na relação de palavras-chave referências explícitas a Ratzel ou a sua obra, não entram efetivamente no mérito das discussões sobre as idéias ratzelianas, limitando-se a relacionar bibliografia disponível sobre temas a que Ratzel, entre outros, também esteve afeto, como o trabalho de Haggman (Paper 1, 1988); ou então apenas fazem referências ao papel inspirador, exercido por Ratzel, no desenvolvimento das idéias de determinado pensador — Rudolf Kjellen (Haggman, Paper 3, 1988) —, ou nos seus esforços para enviar uma expedição alemã ao Polo Sul, como o pequeno artigo de Muller (1992/93) que, diga-se de passagem foi o único encontrado nos Abstracts de Physical Geography, a partir da busca por referências a obra de Ratzel.

Demografia: entendimento equivocado da antropogeografia

Entre os trabalhos que se revelaram de menor importância para o desenvolvimento do tema objeto deste ensaio, há um, no entanto, que mereceria comentário um pouco mais cuidadoso, porque comete uma simplificação do conceito de antropogeografia, que às vezes é muito comum. Trata-se do artigo de Fliedner (1990) — O desenvolvimento da compreensão do espaço em antropogeografia nos últimos 100 anos —, cuja menção à expressão cunhada por Ratzel — Anthropogeographie —, se esgota no próprio título do trabalho.

Fliedner confere a essa expressão um significado particular, que se confunde com a idéia mais corrente que alguns têm daquilo a que genericamente chamam de Geografia da População. Trata-se na verdade de um pequeno livro que se propõe a examinar e comparar modelos quantitativos de geografia da população (antropogeografia?!). E assim são analisadas as sequências logarítimicas, exponenciais, probabilísiticas, etc.

Trata-se, portanto, no nosso entendimento, de um novo reducionismo da proposta ratzeliana.

Como sabemos, sob a expressão antropogeografia, Ratzel abrigou a investigação de verdadeiros e minunciosos inventários analíticos, acerca das relações entre comunidades humanas e seus entornos ambientais. Gostemos ou não das suas conclusões ou das suas premissas, o fato é que a sua proposta antropogeográfica, realizada nas suas duas principais obras — Anthropogeographie e Volkerkunde —, está muito longe de poder ser caracterizada como algo que se pareça, por mínimo que seja, com aplicações de modelos quantitativos para análises demográficas das populações.

Ratzel, no primeiro dos volumes da Anthropogeographie, — editado em 1882 e traduzido para o italiano em 1914 com o título Geografia dell'uomo —, assim sintetizou as três principais tarefas de sua proposta: "1) descriviere e rappresantare cartograficamente quei territori dove si nota la presenza dell'uomo; 2) Come si è formata quest'area?; 3) Studio delle influenze che la natura esercita sul corpo e sullo spirito degli individui, e di qui su quelle dei popoli" (Ratzel, 1914: 75 e 76).

E na introdução de seu Volkerkunde, cuja tradução espanhola de 1888, recebeu o título de Las Razas Humanas, anunciou: "fijaremos nuestra atención en la diversidad de desarrollo y de circunstancias [de los pueblos]; por cuya razón estudiaremos detalladamente

las condiciones externas de los pueblos y procuraremos, en cuanto sea posible, hacer derivar de la marcha histórica sua actual situación. La noción geográfica (estudio de las circunstancias exteriores) y la consideración histórica (estudio del desenvolvimento) deberán, pues, marchar perfectamente unidas, pues sólo la unión de una y otra puede hacernos apreciar la materia de la manera debida" (Ratzel, 1888: 1).

Ou seja, em nenhum momento, nem no anúncio dos objetivos pretendidos para a antropogeografia, tampouco na sua consecução, Ratzel confere qualquer tratamento quantitativo à questão populacional, nem se preocupa em discutir modelos de quantificação[7].

Sinais de abordagens quantitativas, portanto, são raros e, quando aparecem, estão sempre vinculados à obsessão do autor em estabelecer, nas cerca de 2000 páginas[8] de suas obras principais, uma "geografia das raças", ou uma "etnografia/etnologia", etc., como por exemplo nessa introdução sobre a composição populacional da India: "Los resultados del censo verificado en la India en el año 1871 indujeron á hacer una tentativa para agrupar las varias razas de la península según su importancia numérica. Así se hizo, deduciéndose de este trabajo que existen 110 millones de hombres de raza mezclada, 41 millones de mahometanos, 18 de raza primitiva y 16 de arios puros, en total de 185 millones. Esta variada clasificación demuestra cúan difícil es separar las razas en un país donde desde millares de años atrás afluyeron pueblos de tan diferentes partes, donde se mezclaron y transformaron bajo la influencia de un medio ambiente muy distinto" (Ratzel, 1889: 339)

Como se vê, para Ratzel a questão não era quantitativa, mas sim de enumeração das diferenças presentes em uma dada população. Quanto maior esse detalhamento — "la tarea de distinguir más cuidadosamente las diferencias" (ib.) —, melhor: "Mantegazza ha distinguido indostanos de tipo ario (caucásico), malayo y semítico, mongoles, israelitas, parsis, mahometanos, entre los cuales hay turanios, y finalmente razas primitivas, y así ha ido por más recto camino, que debe parecer el mejor que pudiera adoptar cualquier etnógrafo" (ib.).

Desfazendo mitos e reativando polêmicas

Nos trabalhos restantes, a que tivemos acesso — de Lopreno & Pasteur (1994), de Vallega (1989), de Sanguin (1990) e os três de Mercier (1990, 1992 e 1995) —, os autores, com maior ou menor intensidade, entram efetivamente no mérito das questões[9]. Alguns preocupam-se em desfazer os mitos criados em torno das possíveis divergências havidas entre a geografia alemã e a francesa, materializadas nas "contradições" das propostas geográficas de Ratzel e La Blache. Outros, reativam velhas polêmicas em torno de alguns dos principais conceitos ratzelianos.

Nos artigos de Mercier todas essas possibilidades se encontram.

Em Le concept de proprieté dans la géographie politique de Friedrich Ratzel (Mercier, 1990), apesar do título nos sugerir que a discussão girará em torno apenas de alguns conceitos específicos, embora importantes, como os relacionados à propriedade e à geografia política, no entanto grande parte do artigo dedica-se a esclarecer as intenções científicas de Ratzel e a desfazer alguns equívocos, ou mitos deliberadamente construidos por seguidores e interpretadores, sobre a visão ratzeliana das relações homem-natureza.

Mercier afirma não ignorar o forte componente naturalista agregado por Ratzel às pretensões científicas da geografia, mas considera que isto em momento algum fez com que suas análises, das relações cultura-meio físico, derivassem para o determinismo reles que a crítica de Febvre e outros lhe consagrou.

Mencionando longos trechos das obras, especialmente o enorme Volkerkunde, Mercier fundamenta sua tese conclusiva: "L'identification de la pensée du géographe allemand au déterminisme visait non seulement à en decrire le contenu mais aussi, et peut-être surtout, à stigmatiser les erreurs qu'on pouvait y déceler" (ib.: 599).

Para Mercier, a partir da divisão formulada por Ratzel, da humanidade entre "povos naturais" e "povos culturais", as concepções "possibilistas" do geógrafo alemão são também expostas com toda a clareza, já que para ele, os graus de cultura e de civilização construiriam um homem "capable de prendre une certaine liberté par rapport aux puisances de la Nature" (ib.: 601).

Essa leitura "possibilista" (ib: 602) atinge um certo ápice, no artigo de Mercier, quando nele se introduz a discussão sobre as concepções de Estado e propriedade, que conduziram Ratzel, no fim de sua vida, à própria geografia política. Independentemente das críticas que se possa formular a tais concepções, Mercier acha importante reconhecer o fato de que Ratzel ampliou os horizontes de enfoque da geografia ao introduzir o componente político, como elemento fundamental para se pensar o espaço. Contribuindo dessa forma para rechaçar as visões restritas aos determinismos técnicos ou econômicos.

Para Mercier, bastaria esta contribuição, isto é, o fato de aduzir a dimensão política na abordagem das relacões homem-natureza, para justificar a necessidade de se retornar às formulações de Ratzel: "le retour à Ratzel ne fournit pas nécessairement de réponse mais peut cependant contribuer à la formulation de questions qui vont en ce sens" (ib.: 612).

Em um segundo artigo — La région et l'État selon Friedrich Ratzel et Paul Vidal de la Blache (Mercier, 1995) —, o autor retorna ao tema, examinando basicamente as pespectivas para a análise das relações homem-natureza, propostas por La Blache e Ratzel.

A idéia comum é a de que entre estes dois grandes expoentes da pretendida institucionalidade científica da geografia, as divergências de enfoque eram muitas e irreconciliáveis. Mas, na concepção de Mercier há nesta idéia muito mais de mito do que de verdade: "Ratzel et Vidal de La Blache adhèrent à une conception générale commune selon laquelle l'influence des conditions environnementales sur l'etablissement humain est médiatisée par l'action humaine elle même. A partir de ce postulat commun, les deux auteurs vont élaborer des géographies régionales et politiques qui, sur le plan théorique, sont largement convergents" (Mercier, 1995: 220).

A partir do exame de textos originais dos dois pensadores, Mercier argumenta que a convergência entre os eles se dá até nas formulacões de conceitos-chave como os de Lebensraum e Genre de vie.

Como conclusão, Mercier afirma [illegible] portanto: "Ratzel e la Blache partagent donc une conception commune du raport Homme-Nature. Ils adhèrent d'abord tous les deux au même postulat selon lequel l'Homme [illegible] son des nécessités de sa propre existence physique, serait soumis à la nature" (ib: 22[illegible])

A esse tipo de conclusão, — compartilhamento de concepções comuns entre Ratzel e La Blache —, mesmo que por diferentes razões, se soma o trabalho de Adalberto Vallega (1989) — Esisteza e ambiente: nuovi scacchieri per il pensiero geografico.

Num ensaio voltado a discutir os novos paradigmas de que se deveria acercar o pensamento geográfico, especialmente ao desenvolver os temas relacionados ao manejo das interfaces entre sociedades humanas e seus entornos ambientais, Vallega parte de uma crítica às concepções de natureza, formuladas por Ratzel e La Blache, que ainda repercutem nas produções geográficas contemporâneas.

Nessa crítica, o autor não deixa de evidenciar as confluências entre os pensamentos daqueles personagens que a historiografia geográfica colocou em falsa oposição (Vallega, 1989: 528).

Preocupado com os rumos que ainda são imprimidos na análise geográfica e com as concepções teóricas que lhe dão suporte, Vallega prossegue nesse desvendamento das afinidades de pensamento entre os dois "polos" das nossas matrizes: "Le metodologie dell'analisi geografica e le descrizioni del territorio che ne conseguono, sono il frutto dell'esigenza di concepire il comportamento umano in modo più (Ratzel) o meno (Vidal de la Blache) deterministico, ma ambedue gli atteggiamenti scientifici partono dal presupposto che, in ogni caso, la natura sia una macchina banale. In ambedue le ottiche l'ambiente fisico — oggi si direbbe l'ecosistema — è considerato come una sorta di organismo, che fornisce sempre le stesse risposte agli stessi stimoli. É una macchina prevedibile..." (ib.: 528)

A recuperação crítica

Vallega, como se vê, já adentra em um terreno que poderíamos chamar de recuperação crítica do legado ratzeliano, da mesma maneira que o fazem outros autores, incluindo o já mencionado Mercier, em um terceiro artigo intitulado La théorie géographique de la propriété et l'héritage ratzélien (1992), e o artigo de Lopreno & Pasteur — La pensée ratzélienne et la question coloniale (1994).

Nesses dois artigos, as críticas são contundentes, mas variáveis quanto à sua fundamentação.

Mercier, embora, em nossa opinião, tenha lido com excessiva literalidade as metáforas orgânicas utilizadas por Ratzel, é cuidadoso e critica sobretudo a concepção ratzeliana de justificar construtos sociais e políticos, como a propriedade e o Estado, a partir de uma perspectiva naturalizante, que os colocaria como consequência natural dos processos civilizatórios: "[p/ Ratzel] la définition de la propriété est dérivée de la prémisse de l'existence de l'individu, entité qui précéderait tout corps politique et qui selon une 'loi de la nature' serait obligée de pourvoir à sa propre conservation. Cette nécessité naturelle, révélée par une raison tout aussi naturelle, pousserait ensuite les individus à coopérer et à se regrouper politiquement" (Mercier, 1992: 237).

Será a partir dessa premissa — "a necessidade natural do indivíduo de apropriar-se e associar-se, para sua defesa e conservação" —, que Ratzel construirá aquela que ficou conhecida como sua "concepção biogeográfica" do Estado.

Na construção dessa concepção, no entanto, o próprio Ratzel admite ter partido das analogias e imagens comumente empregadas, "por aqueles que não estão preocupados com justificativas profundas" (Ratzel, 1988: 11), para se referir aos movimentos dos homens na superfície da Terra, tais como: "mer de peuples", "flux de peuplement", "îlot politique", "isthme politique", etc. (Ib.)

Tais imagens são obviamente emprestadas dos termos usualmente aplicados na descrição das dinâmicas físico-biológicas. E o seu caráter metafórico, quando da aplicação à dinâmica humana, não deixa de ser sugerido por Ratzel: "Ces analogies occupent une place éminente en biogéographie, oú elles cessent d'être de pures images: il existe, pour la biogéographie, des espaces vitaux, des îlots de vie etc., et selon elle l'Etat des hommes est, lui aussi, une forme de propagation de la vie à la surface de la terre. Il est exposé aux mêmes influences que toute vie. Les lois particulières de propagation de la vie humaine sur la terre déterminent également l'émergence de leurs Etats" (Ib.: 11)

Metáfora, ou não, o fato é que para Mercier tais analogias são extremamente inadequadas, pois impendiriam o entendimento das reais razões que conduziram à constituição do Estado ou à adoção do modelo de propriedade que lhe dá suporte.

Mercier argumenta que nem o Estado e nem a propriedade, podem ser justificados

a partir de "necessidades naturais de possessão" ou por um "processo natural de agregação: "la proprieté repose plutôt sur un discours qui, faisant loi, érige, par une mise en ordre politique des sujets, du temps et de l'espace, une finalité de la non-possession et du non-usage (...) et l'État ne découle pas d'un processus d'agrégation d'individus mais de la constitution de sujets à travers la sujétion à une parole" (Mercier, 1992: 244 e 246).

Embora as críticas de Mercier devam ser consideradas, no que diz respeito aos processos geradores da construção do Estado e do estabelecimento da propriedade, cabe a reflexão sobre até que ponto elas não padecem também, afora o exagero de uma leitura literal que já apontamos, de uma certa descontextualização e incompreensão do objetivo central da proposta de Ratzel.

Cremos que tal proposta voltava-se, sobretudo, à construção de uma formulação científica para as ciências humanas, segundo os estímulos, as possibilidades e as determinações da época — final do século XIX. Portanto, uma crítica que se pretendesse mais contextualizada, deveria considerar e questionar também os próprios fundamentos do "determinismo científico" (Schaefer, 1988), que, na sua busca por "leis de valor universal" (ib.), sugeria, para as ciências humanas, o viés naturalizante, eivado daquelas metáforas emprestadas do mundo físico e biológico, pois isto, aparentemente, aproximariam as humanidades dos chamados procedimentos científicos, ou seja, daqueles que já haviam alcançado sucesso entre as ciências naturais.

O próprio Mercier não deixa de reconhecer esta questão, da intencionalidade científica de Ratzel, embora o faça apenas no final de seu artigo: "On peut voir là une critique radicale de la geographie ratzélienne. Ce n'est pourtant pas le cas. Au contraire, il faudrait plutôt y voir une sorte d'hommage. En effet, si nous avons pris la liberté de critiquer Ratzel, c'est que lui-même a eu l'élégance de nous l'accorder en revendiquant pour la discipline un statut scientifique et théorique. Ceci impliquait, selon lui, une démarche critique quant aux fondements de la géographie. Or à cet égard, nous n'avons fait que suivre son exemple" (Mercier, 1992: 246).

A insistência da crítica descuidada

Alguns outros possíveis aspectos críticos, em relação à obra de Ratzel, são retomados também no artigo de Lopreno & Pasteur (1994).

Preocupados em discutir o conteúdo expansionista e colonialista, que estaria, segundo os autores, presente na obra de Ratzel, não são poupadas as críticas aos pressupostos e às formulações do pensador alemão.

Os pressupostos apontados são aqueles já conhecidos: "naturalização", "busca por leis gerais" (ib: 157), etc. Ratzel, segundo os autores, teria se inspirado diretamente nas formulações de conhecidos darwinistas sociais, como Haeckel, Spencer e Peschel para adotar a idéia de "continuidade entre fenômenos naturais e sociais" (ib.: 157).

Já em seus primeiros livros, argumentam os autores, Ratzel formularia a questão central de toda sua obra: "comment bâtir la politique, la morale, les fondements du droit en correspondence avec les lois de la nature?" (ib.: 158).

Mas, para Lopreno & Pasteur, essa questão central não teria o sentido do desafio investigativo, equivocado ou não, a que se impusera Ratzel, mas apenas traduzia o objetivo de cumprir o papel de ponto de partida para o desenvolvimento de uma vasta obra, cuja intencionalidade vinculava-se claramente e desde o início, à construção de argumentos "científicos" para as atitudes da burguesia alemã e de seu Estado.

Assim, não são poupadas as críticas às conhecidas concepções ratzelianas como a de Estado "biogeográfico", Lebensraum, "povos naturais e civilizados", num artigo que

termina por concluir pela visão explicitamente imperialista, colonialista e racista da obra de Ratzel. Uma obra, alertam os autores, sobretudo perigosa: "Elle devient nolens volens un instrument redoutable aux mains de certains nationalistes ultra-réactionnaires, l'allemand avant tout, mais aussi l'italien et l'espagnol" (ib.: 162 -163).

Há, em nossa opinião, um evidente exagero de interpretação cometido pelos autores. No afã de defender idéias justas — anti-racistas e anti-imperialistas —, Lopreno & Pasteur se utilizaram da obra de Ratzel para recuperar algumas das possíveis matrizes teóricas de muitas dessas condenáveis idéias. Mas, para isso tiveram que apontar intencionalidades que, no nosso entendimento, são bastante discutíveis sobretudo quando se referem ao conjunto da obra produzida pelo pensador alemão.

Acreditamos que há muita diferença entre as intencionalidades do projeto científico formulado por Ratzel, ambientado, como já frisamos, num contexto de século XIX pós-darwinista, e outras intencionalidades — político-ideológicas —, que se lhe tentam atribuir.

Mas para a percepção dessas diferenças, há que se ser mais cuidadoso com a consideraração dos contextos e das ambientações, que estimularam as formulações que são alvo do nosso exame atual. De preferência, também, há que se considerar o conjunto da obra vinculada a tais formulações. Fora disso, o risco da crítica descuidada é grande.

Os perigos da leitura descontextualizada

Que há, no conjunto da obra de Ratzel, muitas afirmações e concepções, que particularmente quando lidas fora de contexto, podem ser utilizadas para alimentar teses que hoje repudiaríamos, há. No entanto, esse procedimento unilateral, caso não se preocupe também em situar os contextos de muitas dessas afirmações, nem tampouco confrontá-las com várias contradições que o próprio Ratzel nos oferece, pode apenas alimentar o velho caminho da estigmatização gratuita e pouco fundamentada, que tantos dos autores que temos examinados estão empenhados em corrigir.

Há que se reconhecer, no mínimo, que Ratzel talvez tenha sido uma espécie de pioneiro em trazer para a Geografia, uma ciência que até hoje também se reivindica como do campo das chamadas ciências sociais, aportes teóricos fundamentais para quem se pretenda como algo mais do que apenas instrumento técnico-descritivo.

Isto não significa, em hipótese alguma, cerceamento das possibilidades críticas, mas apenas uma sugestão de nova possibilidade de tratamento, diferente do velho déjà-vu dispensado ao legado ratzeliano.

Claude Raffestin, em seu postface à recente tradução francesa do Politischie Geographie, afirma: "Si Ratzel a véritablement mené une réflexion géographique c'est aussi parce qu'il a explicité une ontologie géographique. Ce point mérite qu'on s'y arrête car il va permettre en même temps de faire justice du jugement erroné porté contre Ratzel à propos du déterminisme" (Ratzel, 1988: 379).

Graças a esta tradução do Geografia Política, Lopreno & Pasteur, poderiam ter, se quisessem, uma resposta do próprio Ratzel àquela questão — "comment bâtir la politique, la morale, les fondements du droit en correspondence avec les lois de la nature?" —, que nos foi apresentada como a central de toda sua obra. Logo no primeiro capítulo e com palavras grifadas pelo próprio Ratzel ele afirma: "La comparaison de l'Etat avec des organismes supérieurs est inféconde" (Ratzel, 1988: 20).

Coincidentemente, nesse caso, a questão foi formulada em uma das primeiras obras de Ratzel e, a "resposta", numa das últimas. Mas não devemos nos precipitar e concluir que estamos diante da velha fórmula de flagrar as contradições de um grande pensador, quando comparamos fases de sua produção (juventude versus maturidade, ou coisas do gênero).

Pois se quiséssemos, e principalmente se não nos preocuparmos muito com contextos, poderíamos flagrar muitas contradições semelhantes em uma única obra de Ratzel.

Na verdade, pensadores de caráter profícuo, avessos à economia de páginas e palavras, como cremos ser o caso de Ratzel, transformam-se, para usar uma metáfora moderna e nada biológica, em uma espécie de super-mercado de idéias, que nos oferecem em suas "gôndolas" biscoitos e vinhos dos mais finos e saborosos aos mais baratos. A escolha entre uns e outros é nossa.

Em se tratando de ambiguidades e contradições, como dissemos, a obra de Ratzel é fértil em "ofertas".

No seu imenso Las razas Humanas — Volkerkunder —, é possível extrair (descontextualizar) as seguintes afirmações capazes de fazerem as delícias de qualquer agrupamento discriminatório, por cortes de raça, cor, credo, sexo ou nacionalidade: "Cierto que seria verdadera loucura negar que, en nuestra época, la más elevada cultura está principalmente representada por la raza caucásica ó blanca"(Ratzel, 1888: 8); "Los llamamos pueblos pobres de civilización, porque varias causas internas y externas les han impedido realizar aquellos desenvolvimientos permanentes en el terreno de la cultura, que son los que caracterizan á los verdaderos pueblos civilizados y garantizan el progreso civilizador" (Ib. 10); "Los pueblos naturales carecen de aquellas ideas claras que poseen los cristianos, los judios y los musulmanes" (Ib.: 20); "La naturaleza ha dotado ciertamente á la mujer de elementos de debilidad que más bien aumentan que disminuyen con la civilizacion" (Ib.: 48); "El olor especial que despiden los negros es, en más ó menos grado, proprio á todos ellos" (Ib.: 122); El indio es perezoso en todo lo que son ejercicios corporales: rara vez se le ve correr ni realizar algo con presteza, cuando no se trata de una cosa urgentíssima. A esta afición al descanso se debe la rápida decadencia de las culturas americanas, pues la cultura significa trabajo" (Ratzel, 1889: 20); etc.

Mas também, é possível extrair, ou descontextualizar se se preferir, das páginas desta mesma obra, afirmações que poderiam ser adotadas como lemas de muitas das atuais entidades e organizações de defesas dos direitos das chamadas minorias: "La humanidad constituye un todo, por más que éste sea múltiple en sus manifestaciones" (Ratzel, 1888: 2); "No admitimos tampouco el uso dominante de las denominaciones negativas con que se ha querido designar á los pueblos naturales, tales como las de pueblos sin civilización, sin historia y otras análogas" (Ib.: 3); "La razón es patrimonio común de los hombres de todas las razas" (Ib.: 8); "En todos los pueblos, sea cual fuere el grado de cultura en que se encuentrem, la pérdida de la libertad es el mayor sacrificio" (Ib.: 49); "Las guerras mas funestas de los pueblos naturales no han sido las que han sostenido entre sí, sino las que han hecho contra los europeos, y que las violencias y crueldades entre ellos mismos cometidas no puedem compararse con las que trae consigo la codicia de los extranjeros civilizados, en sua mayor parte europeus, que da lugar á la trata de esclavos y á la caza de éstos que es su vergonzosa consecuencia" (Ib.:52); "Por lo que se refiere á ese concepto de negro — [tipo extremado y repugnante] —, que algunos confuden tan por completo, no queremos, digámoslo una vez por todas, ocultar al benévolo lector que sentimos profunda repugnancia" (Ib.: 122); "Las almas de los indios eran radicalmente idénticas á las de los demás hijos de Adán" (Ratzel, 1889: 20); etc.

Raffestin, naquele seu postface que já mencionamos, acrescenta mais uma possibilidade de utilização "descontextualizada" das concepções ratzelianas: "L'auter de 'l'écologie de l'espirit', Gregory Bateson, s'il avait lu Ratzel, aurait pu largement adhérer à cette conception de 'l'analogie formelle de tous les vivants'" (Ratzel, 1988: 380).

Portanto, dependendo da disposição com que mergulhamos em determinada obra

ou autor, especialmente se estes se revelam como um campo fértil de idéias, obteremos as respostas ou os argumentos que buscamos. A disposição para encontrar o que não buscamos, tais como contradições com nossas próprias idéias ou com as do próprio autor, exige uma certa preocupação com a integralidade de seus textos e de sua trajetória.

Ratzel: rever, reler, mas sobretudo contextualizar

Temos consciência que leituras absolutamente contextualizadas, são tão impossíveis quanto a pretensão de se realizar ciência de maneira objetiva ou imparcial. Mas a consciência e o manejo adequado dessa impossibilidade, podem ser revertidos em aproximações mais fiéis e integrais, tanto para se compreender o sentido de uma obra, quanto o resultado de um experimento.

Por isso, deixamos propositadamente para o fim deste ensaio/revisão, o comentário sobre o texto de Sanguin, ao qual já fizemos referência no início — En relisant Ratzel.

Este texto pode ser considerado um exemplo estimulante para atitudes avessas às negligências de contextos, especialmente quando se busca descobrir ou entender as possíveis contribuições, que um autor e obra do porte de um Ratzel nos poderiam oferecer, mesmo que a custa do sacrifício de alguma paixão ou posicionamento pessoal.

No caso de Sanguin, esta última observação faz sobretudo sentido quando comparamos algumas das simplificações, cometidas por ele em seu Dicionário de Geografia Política[10], com a densidade de tratamento que nos é oferecida nesta sua releitura de Ratzel.

Sanguin é, entre todos os autores que examinamos até aqui, o mais enfático na defesa dessa necessidade de rever a obra de Ratzel, contextualizar os estímulos à sua produção e, a partir disso, adquirir os argumentos necessários para o devido estranhamento de muitos dos mitos e incompreensões criados em torno da obra "d'un grand géographe du passé" (Sanguin, 1990: 581).

Contextualizar a obra de um pensador, para Sanguin, não significa apenas localizar sua produção na linha do tempo histórico em uma unidade espaço-temporal específica, produzida pelas injunções sociais e econômicas desse tempo, mas significa também e sobretudo recuperar a biografia e a trajetória pessoal de vida do autor.

Normalmente, quem opta por uma idéia de contexto, segundo apenas a linearidade da sucessão histórica e das suas determinações, desconecta o autor de sua obra e fragiliza a possibilidade de compreensão de suas propostas e do significado de seus conceitos: "L'aproche contextuelle et biografique constitue un heureux contrepoids à ce genre d'erreur. Plusiers géographes contemporains (Berdoulay, Buttimer, Chevalier, Granö, Raffestin, Stoddart) insistent sur l'importance à prendre en compte cette dimension contextuelle et biographique... Autrement dit, il exige un message personnel émergeant d'une vie et d'une œuvre."(Sanguin: 581)

Para o autor, o contexto da trajetória pessoal, isto é a consideração da experiência individual de Ratzel, suas observações dos lugares em que viveu e frequentou, seus vínculos com colegas de outras disciplinas, etc., são itens fundamentais para compreendermos suas idéias geográficas, seu vocabulário, sua estrutura de pensamento e os estímulos que o levaram a perseguir uma trajetória de zoólogo, naturalista, etnógrafo, jornalista e historiador.

Sanguin, portanto constrói essa sua releitura de Ratzel, a partir da análise dos quatro contextos que teriam sido decisivos para a composição e significação do conjunto da sua produção.

No primeiro desses "contextos", o autor nos dá conta da formação escolar e acadêmica de Ratzel, como farmacêutico e naturalista, até a conclusão de seu doutorado

com a tese "Contribuições para o estudo geral e anatômico das minhocas". Essa sua trajetória inicial, sofreu, como sabemos, forte influência das idéias de Wallace, Darwin e Haeckel, o fundador da ecologia, e consolidou as bases do interesse que Ratzel nutria pelas ciências naturais, o que terá larga repercussão nas suas formulações posteriores, entre elas a de Lebensraum (espaço de vida)

O segundo contexto, definido por Sanguin, será fundamental para compreender as mudanças havidas nos horizontes de interesse do jovem zoólogo alemão: "ce fut un glissement insensible de la zoologie vers la geographie..." (ib.:583). Ratzel se torna jornalista e como correspondente do Jornal de Colônia realiza inúmeras viagens, entre elas uma para os Estados Unidos e México, de onde volta impressionado com a grandiosidade territorial, com a volúpia expansionista de um país em formação, com a dimensão das fronteiras marítimas, com as hordas de imigrantes, etc: "Dès lors, ce voyage opéra un changement radical dans la pensée géographique de Ratzel: le concept d'espace se substitue à celui d'espèces" (ib.: 584).

Segundo Sanguin, será a partir deste momento que Ratzel equacionará melhor a idéia das relações de reciprocidade e continuidade entre o "mundo humano e o mundo não humano".

Mencionando biógrafos alemães, Sanguin sugere o fato de que foi o périplo americano que conduziu Ratzel definitivamente para a trilha da geografia[11], além de ser também a fonte inspiradora de inúmeros conceitos ratzelianos: "raumvorstellung (représentation spatiale), Lebensraum (espacie de vie), Zusammenfassung (concentration), Weltmacht (puissance mondiale), Grenzen (frontières)..." (ib.: 584).

O terceiro e o quarto contextos destacados por Sanguin, referem-se aos momentos da vida de Ratzel em que este, já convertido definitivamente para a geografia, trilha sua carreira de docente acadêmico, primeiro na Universidade Técnica de Munique e depois em Leipzig, onde, como catedrático, permaneceria até o fim de seus dias.

Neste período da vida de Ratzel, conforme assinala Sanguin, formaliza-se uma mudança radical nas suas perspectivas de análise: de naturalista, consagra-se como uma espécie de "geógrafo das culturas".

Como marco inaugural dessa fase, figura a tese doutoral que defendeu para seu ingresso na Universidade de Munique, reveladora de uma preocupação bastante diversa daquela relacionada à anatomia das minhocas: "A emigração chinesa, contribuição à geografia cultural e comercial". Segundo Sanguin, esta é a primeira vez que o termo "geografia cultural" é empregado, o que não deixa de ser uma observação importante, não só por uma questão de correção na atribuição das devidas paternidades para as inúmeras "especialidades" geográficas, mas também porque é a expressão que talvez melhor sintetize a proposta ratzeliana de Anthropogeographie.

Neste período — Munique/Leipzig —, as grandes obras e as principais concepções de Ratzel se formalizaram.

Sua radicadicalidade geográfica, o leva a abandonar as teses darwinistas de evolução biológica e a introuzir a idéia de "evolução espacial", a partir da qual formula sua teoria difusionista: "L'année de la mort de Ritter e Humboldt (1859), l'apparition du livre de Darwin sur l'origine des espèces avait affecté profondément le development de la géographie en Allemagne. Mais, à partir de son arrivée à Munich, Ratzel abandonna graduellement les théories de Darwin sur la sélection naturelle et devint davantage convaincu de l'idée d'evolution spatiale" (Sanguin: 585).

E aqui vale a pena, mais uma vez, deixarmos que o próprio Ratzel justifique as razões que o motivaram a adotar tal tese: "Los evolucionistas buscan en todas partes unos

'estados primitivos' y una 'evolución'. ¿No tenemos, por lo mismo, el derecho de mirar con cierta desconfianza, en el terreno científico, esta inquisición que de antemano sabe qué es lo que quiere encontrar? (...) Cuando un investigador, perfectamente empapado en la teoria evolucionista, encuentra algún pueblo que, bajo algunos ó muchos conceptos, se halla 'detrás' de su vecino, convierte involuntariamente este 'detrás' en 'debajo', es decir en un peldaño inferior de la escala por la cual la humanidad ha subido desde el estado primitivo hasta la cúspide de la civilización"(Ratzel, 1888: 5).

O princípio adotado pelos adeptos do difusionismo, de larga utilização pelos fundadores da etnografia, estabelecia, no contexto de uma "humanidade única", a existência de referências e lugares civilizatórios originais, dessa unicidade, bastante precisos. Tais referências e lugares assumiriam o papel de centros irradiadores de um processo de civilização, não necessariamente linear, reproduzido sob as mais diversas condições ambientais e comunitárias. Nesse sentido, para os difusionistas, a existência de traços culturais semelhantes encontrados em diferentes lugares, antes de se converterem numa contradição ao determinismo locacional e civilizatório, apenas confirmariam o princípio da difusão.

Aqui estava em jogo, evidentemente, um projeto científico que se traduzia nessa tentativa de se produzir, para o processo cultural e civilizatório humano, algum paradigma explicativo, que tivesse um alcance e aceitação semelhantes àquele proporcionado pelo impacto da teoria da evolução das espécies.

Tal teoria, impressionou por sua capacidade de equacionamento dos enigmas que teriam presidido a diversificação da flora e fauna terrestres desde os primitivos tempos e, também, pela capacidade de criar confusões, no que diz respeito à compreensão dos processos humanos, especialmente, quando a partir da leitura da teoria de Darwin se depreendiam sugestões para o equacionamento de tais processos.

Ratzel, por suposto, também inspirou-se nas idéias darwinistas. Mas não poderia ser diferente, pois estamos falando de um pensador do século XIX que praticamente nasceu junto com a publicação do Origem das Espécies.

Localizar a formulação de um pensamento no século XIX, especialmente na sua segunda metade, deve sobretudo significar a necessidade de sublinhar o fato de que este é o momento de auge na fé daquilo que Mendoza e outros[12] chamaram de "substitutivo laico da religião": a ciência. Tal fé, consubstanciava uma espécie de síntese da crença geral no progresso e desenvolvimento dos homens e de sua história. Segundo J. Bury: "hacia 1870 y 1880 la idea del Progreso se convirtió en un artículo de fe para la humanidad" e, especialmente, "en una parte de la estructura mental genérica de las gentes cultivadas" (Bury, 1971: 309)[13].

A palavra evolução, confundida com a idéia de progresso, não conseguiria escapar desse sentido e dele se impregnaria. A manifestação dessa "fé" e a concepção da idéia de evolução como progresso, podem ser conferidas em praticamente todas as obras e pensadores do século XIX. De Marx a Darwin, ou, se preferirmos, de Marx a Durkheim, estes princípios estarão presentes.

Ratzel, à sua maneira, também manifestou tal fé, mesmo que, provocativamente, ao utilizar o recurso da inversão de argumentos: "Frente á frente de esta teoria [da evolução], encontramos otra que parte de una idea, tan exclusivista y extravagante como la que preside á aquella, á saber, la de que el hombre ha venido al mundo como ser civilizado y de que los pueblos salvajes se hallan, desde aquel entonces, sometidos á una degradacion... Esta última [teoria], que está actualmente muy desacretidada (quizás demasiado, á nuestro modo de ver) entraña para la investigación menos peligros que aquella otra enteramente opuesta, y

que expresada con toda la desnudez abstracta, viene á quedar reducida á la siguientes proposiciones: en la humanidad sólo hay esfuerzos, progresos, desarrollo y de manera alguna retrocesos, decadencia ni muerte. ¿No se desprende claramente de estas afirmaciones el exclusivismo de esta manera de estudiar?" (Ratzel, 1888: 5).

Ratzel jamais abandonou esse diálogo, ou esse "caldo de cultura", proporcionado pelas confusões estabelecidas entre os novos paradigmas, norteadores dos processos "naturais", e aqueles que se buscavam estabelecer para dar conta dos processos "humanos".

Esse "diálogo", não refletia apenas uma condição de produção intelectual sintonizada com seu entorno científico, mas resultava também da necessidade de equacionar internamente a multiplicidade de interesses — dos fatos físicos aos humanos —, presentes em toda a trajetória pessoal de Ratzel e, que, não por coincidência, também estará presente em toda trajetória da sua produção geográfica e de tudo quanto se produziu em nome da geografia, desde então.

Ratzel encontraria interlocução privilegiada, para grande parte de suas preocupações e inquietações, durante os férteis anos de Leipzig. Alí concluiu algumas de suas principais obras e como membro ativo do chamado Círculo de Leipzig, privou da companhia e do debate com alguns dos mais destacados intelectuais alemães da época.

Segundo Sanguin, a motivação maior para a reunião do grupo era a filosofia e um dos grandes objetos de discussão no Círculo se dava em torno da utilização de palavras e de termos para as novas idéias: "Pour le Cercle, un mot ne réferait pas forcément à une idée générale car, estimait-il, un mot réfère plus souvent et plus simplesment à certains objets donnés faisant partie de l'experiénce personnelle de chacun" (Sanguin: 586).

E isto, para o argumento de Sanguin, é um dos fatos mais relevantes a ser considerado, pois a descontextualização de alguns termos e conceitos empregados por Ratzel, ou a desconsideração dos estímulos e experiências pessoais que o levaram a empregar alguns destes termos, entre eles o de organismo e espaço de vida, por exemplo, é fonte para os grandes desentendimentos e distorções promovidos por alguns dos interpretadores de suas obras.

Segundo Sanguin, na associação, por exemplo, entre a idéia ratzeliana de Estado e a estrutura dos organismos biológicos, laborou-se um mito, pois se desconsidera que "Ratzel era geógrafo e não mais zoológo quando empregou este termo [organismo]", e se desconsidera também sua experiência pessoal no Círculo de Leipzig e o fato dele ter escolhido um sentido, para essa palavra, diferente daquele conferido aos organismos vivos. Segundo o próprio Ratzel, mencionado por Sanguin: "La comparaison de l'État avec des organismes supérieurs est inféconde et si tant d'essais pour approcher scientifiquement l'État comme organisme sont restés sans grand résultat, la cause principale en est l'intérêt exclusif porté aux analogies entre un agrégat humain et la structure d'un être organique" (Ratzel, Politische Geographie, pp.13, 2ª ed., 1903, apud Sanguin: 587).

Antes de concluir essa sua Releitura, o autor faz questão de lembrar um último artigo de Ratzel, publicado no ano de sua morte (1904) — Nationalitäten und Rassen —, em que este faz condenações explícitas contra as teorias raciais de Gobineau e Houston Chamberlaim, ambos reconhecidos como precursores diretos da ideologia hitleriana. Esta lembrança não deixa de ser também importante, pois não são raras as associações equivocadas entre a produção ratzeliana e inspirações ao ideário nazista.

Nas conclusões, Sanguin, mencionando o necrológio escrito em 1904 pelo próprio La Blache, assinala que Ratzel foi um inovador da geografia e, a partir dele, consagraram-se os fundamentos de amplas preocupações — da natureza e da vida —, que conferem uma certa unidade para a ciência geográfica. Além disso, Ratzel foi o responsável por acrescentar,

à geografia, também um certo sentido de filosofia cultural .

Mencionando Raffestin, o autor nos lembra que Ratzel é um dos pais do difusionismo. O que em certo sentido equivale a dizer que ele é também um dos fundadores da etnografia/etnologia. Ainda, segundo Raffestin, Ratzel explicitou uma "ontologie géographique d'essence écologique car elle fonde la conception biogéographique de l'Etat". E acrescenta: "La notion écologique d'entropie et la théorie générale des systèmes lui sont redevables" (Sanguin: 592).

Um início de conclusão

Este trabalho, em torno do resgate e da recuperação do legado ratzeliano, como se viu, apenas se inicia. Numa fase como essa, ainda permanecem os tropeços simplificadores, mas injustificáveis diante de uma vasta obra como a que, em parte, examinamos. Por outro lado, são já louváveis os esforços de contextualização, de certa maneira até auto-críticos, como estes que Sanguin e outros, particularmente os tributários da escola francesa de geografia, estão realizando.

De nossa parte, temos clareza de que nesta fase o risco da simplificação, através de conclusões precipitadas, é ainda grande, pois tais conclusões só terão melhores elementos para o seu desenvolvimento, quando a esta pesquisa, sobre as releituras do legado ratzeliano, somarem-se os aportes oferecidos por outras áreas do conhecimento, especialmente a antropologia.

Mas, independentemente disso, gostaríamos de adiantar que em tempos, como estes que estamos vivendo, de ecologia profunda, de perspectivas confusas anunciadas pelos horizontes da biotecnologia, de confrontos entre ordenamentos geopolíticos e demandas planetárias (particulamente as ambientais), de disputas pelos mananciais de biodiversidade, de afrouxamento versus fortalecimento das soberanias territoriais, etc., as metáforas biológicas largamente empregadas por Ratzel, mesmo que utilizadas com sentidos diferentes daqueles que lhes conferem os naturalistas (como nos alertou Sanguin), não deixam de nos sugerir idéias de surpreendente atualidade.

Assim, parafraseando Sanguin, diriamos que Ratzel é um peso pesado[14] não só para a disciplina geografia, mas para um conjunto delas, especialmente aquelas que hoje expressam algumas das preocupações mais amplas com esta grande unidade biogeográfica, ou se se preferir antropo(bio)geográfica, a que chamamos Terra.

Bibliografia:

BURY, J. La Idea Del Progreso. Madrid: Alianza Editorial, 1971. 327 p.

CAPEL, H. Filosofia y ciencia en la Geografia contemporânea/ Una introducción a la Geografia. Barcelona: Barcanova, 1981. 509 p.

DICKINSON, R. E. The Makers of Modern Geography. London: Routledge & Kegan Paul, 1969. 305 p.

FEBVRE, L. La Tierra y La Evolución Humana/ Introducción Geográfica a la Historia. Barcelona: Editorial Cervantes, 1925. 501 p.

FLIEDNER, D. Die Entwicklung des Raumverstandnisses in der Anthropogeographie in

den letzten hundert Jahren. Karlrusher Manuskripte zur Mathematischen und Theoritischen Wirtschafts -und Sozialgeographie, 1990, nº 93, 54 p.

LOPRENO, D. & PASTEUR, Y. La peense ratzelienne et la question coloniale. Cahiers de Geographie du Quebec, 1994, nº 38(104), p. 151-164.

MARAVALL, J. A. Antiguos y Modernos. Madrid: Alianza Universidad, 1986. 628 p.

MEEK, R. L. Los origenes de la ciencia social/ El desarrollo de la teoria de los cuatro estádios. Madrid: Siglo Veintiuno, 1981. 245 p.

MENDOZA, J.G. JIMÉNEZ,J.M. & CANTERO, N.O.(1988). El Pensamiento Geográfico. Madrid: Alianza Editorial, 1988.

MERCIER, G. La region et l'Etat selon Friedrich Ratzel et Paul Vidal de La Blache. Annales de Geographie, 1995, nº 583, p. 211-235.

MERCIER, G. Le concept de proprieté dans la géographie politique de Friedrich Ratzel (1844-1904). Annales de Geographie, 1990, nº 555, p. 595-615.

MERCIER, G. La theorie geographique de la propriete et l'heritage ratzelien. Cahiers du Geographie du Quebec, 1992, nº 36 (98), p. 235-250.

RATZEL, F. Geografia dell'uomo (Antropogeografia). Torino: Fratelli Bocca, 1914. 586 p.

RATZEL, F. Las Razas Humanas (vol.I). Barcelona: Montaner y Simon, 1888. 672 p.

RATZEL, F. Las Razas Humanas (vol.II). Barcelona: Montaner y Simon, 1889. 466 p.

RATZEL, F. Géographie politique. Paris: Economica, 1988. 385 p.

SANGUIN, A. L. En relisant Ratzel. Annales de Geographie, 1990, nº 555, p. 579-594.

SANGUIN, A. L. Diccionario de Geografia Politica. Valparaiso: Ediciones Universitarias de Valparaiso, 1981.

SHAEFER, F. K. (1988). Excepcionalismo en Geografia. 6ª ed. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1988. 86 p.

VALLEGA, A. Esistenza e ambiente: nuovi scacchieri per il pensiero geografico. Bolletino - Societa Geografica Italiana, 1989, nº 6 (10-12), p. 523-544.

Consultados também:

Geographical Abstracts/ Human Geography, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995 e 1996 (Annual Index e Abstracts)

Geographical Abstracts/ Physical Geography, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995 e 1996 (Annual Index e Abstracts)

[1]Como a associação "Ratzel-determiinismo" tornou-se uma espécie de lugar-comum, gostaríamos de indicar, já de início, o trabalho de Fred K. Shaefer que, entre outros temas, nos elucida de forma concisa os diversos sentidos aplicáveis à idéia do determinismo, entre eles, o matricial, isto é, o do próprio procedimento científico: "Si el determinismo se toma para significar que en toda la naturaleza existen leyes, que no permitem ninguna 'excepción', entonces éste es el fundamento común de todas las ciencias" (Shaefer, 1988: 81). O trabalho de Shaefer, foi originalmente publicado em 1953 nos Annals of the Association of American Geographers. Há, no entanto, uma tradução comentada para o castellano realizada por Horacio Capel (Shaefer, 1988).

[2]A esse propósito, vale a pena consultar a obra de Dickinson (1969) que, em capítulo especialmente dedicado a Friedrich Ratzel, ao mesmo tempo que destaca a importância de seu papel no desenvolvimento da geografia humana e da antropologia cultural(ib.: 64), lamenta as distorções cometidas com suas idéias: "Unfortunately his views have been much distorted by some of his countrymen and grossly misinterpreted in Britain and America" (ib.: 64)

[3]É nossa tese que esse papel estende-se para a Antropologia, lato-sensu, isto é, incluindo a etnografia e a etnologia. Mas, a este tema pretendemos voltar em um próximo trabalho. Aqui nos deteremos, na medida em que isso seja possível, no âmbito da chamada ciência geográfica.

[4]Importante, no entanto, se fazer justiça a Febvre destacando que, apesar dele ter sido um dos principais responsáveis por estigmatizar e reduzir o pensamento ratzeliano à idéia do "determinismo", não deixou de reconhecer, em sua obra mais importante, explicitamente o papel de Ratzel na fundação da geografia humana: "por la acción personal y docente de un Federico Ratzel, zoólogo e viajero transformado en curioso y profundo geógrafo, se constituia lentamente uma geografia nueva. Al mismo Ratzel debe su nombra de pila: Antropogeografia: geografia humana, como prefere la lengua francesa, enemiga de las largas palabras compuestas" (Febvre, 1925: 26).

[5]A esse propósito v. Capel (1981) que afirma, após enumerar uma série de citações, aparentemente deterministas e extraídas da obra de Ratzel: "Estas frases y otras parecidas puedem, sin duda apoiar la tesis de um Ratzel determinista, como numerosas veces se ha dicho. Sin embargo, hay que advertir que su punto de vista era más matizado, y que no cayó en un determinismo burdo, que fué mas bien la caricatura que algunos de sus discípulos realizaron de sus ideas" (Capel: 284). Mais à frente, nesse mesmo texto e após examinar outras passagens da obra de Ratzel, Capel é ainda mais enfático: "Ratzel no es un determinista, ya que acepta explicitamente la capacidad del hombre, en un cierto nivel de desarrollo y organización, de modificar los mismos elementos del medio natural" (Capel: 285).

[6] Buscamos também aqueles trabalhos que, no nosso entendimento, pudessem significar referências indiretas a este conjunto, mas, neste ítem há que se desenvolver uma explicação que já está relacionada com aquilo que, subjetivamente, compreendemos como sendo temas repercutidores do legado ratzeliano, como a chamada Geografia Cultural, por exemplo. Neste campo, encontramos inúmeros e interessantes ensaios que se propõem a sobretudo rever o conceito de cultura com o qual a geografia tem trabalhado até aqui. Este tipo de disposição nos aproxima de um diálogo importante com muitos trabalhos recentemente produzidos por alguns antropólogos. Como acreditamos que o legado ratzeliano, ou uma

de suas idéias a ser retomada, possa também ser interpretado como essencialmente antropogeográfico, sem dúvida muitos desses trabalhos encontrados nas "referências indiretas", podem se constituir em bons pontos de partida para o ensaio sugerido na nota 1. Entre estes trabalhos destacamos os seguintes:

Claval, P. Espace et Culture. Travaux de L'institute de Geographie de Reims, 79-80, 1990, pp. 41-47

Price, M & Lewis, M. The reinvention of cultural geography. Annals of the Association of American Geographers, vol. 83, Nº 1, 1993, pp. 1-14.

Mitchel, D. Trhere's no such thing as culture: towards a reconceptualization of the idea of culture in geography. Transactions of the Institute of British Geographers, vol. 20, Nº 1, 1995, pp. 102-116.

Aase, T. H. Symbolic Ŝapace/ Representations of space in geography and anthropology. Geografiska Annaler Human Geography, Vol. 76 B, Nº 1, 1994, pp. 51-58.

Robic, M. C. Epistemologie de la geographie. In: Baily A., Ferras R. & Pumain D. Encyclopedie de la geographie, ed. Economica, Paris, 1992, pp.55-74.

Claval, P. Geographie et sociologie. In: Baily A., Ferras R. & Pumain D. Encyclopedie de la geographie, ed. Economica, Paris, 1992, pp. 75-92.

Sautter, G. Geographie et anthropologie. In: Baily A., Ferras R. & Pumain D. Encyclopedie de la geographie, ed. Economica, Paris, 1992, pp. 207-220

[7]Ratzel inclusive dedica um item especial à questão do tratamento estatístico (v. Pg. 101 e 102 do Geografia dell'uomo), onde manifesta explicitamente sua divergência com este tratamento, fazendo questão de marcar as diferenças entre "leggi atropogeografiche e statistiche" e afirmando: "i procedimenti delle due scienze sono fra loro assai diversi" (Ratzel, 1914: 101).

[8]Aqui nos referimos às traduções italiana e espanhola de seus Anthropogeographie (Geografia dell'uommo, Turim, Fratelli Boca, 1914, 586 p.) e Volkerkunde (Las Razas Humanas, Barcelona, Montaner y Simon, 1888, 2 vols, 672p. e 466p.)

[9]Portanto, dos 12 trabalhos mencionados, restam 8 que mereceriam uma maior atenção. Desses 8, no entanto, não tivemos acesso a 2: o artigo de F. Fliedner (1992) — Antropogeografia, mudança de paradigmas, evolução cultural —, e o artigo de A. Tezuka (1995) — A antropogeografia de Ratzel e a geografia japonesa no período anterior à guerra. Cremos que apenas com os outros artigos restantes, é possível se ter uma boa idéia de quais são os itinerários percorridos por quem se disponha a rever, recuperar, criticar, etc., as teses ratzelianas na atualidade. Aos exame de seus conteúdos nos dedicaremos daqui para a frente, mas consideramos importante ao menos a reprodução dos abstracts desses dois artigos a que não tivemos acesso, pois assim os interessados no tema poderão, ou não, sentirem-se estimulados a procurá-los, lê-los e complementar, ou confrontar, essa revisão que nos dispusemos a fazer. Os abstracts, numa tradução livre são os seguintes:

F. Fliedner (1992): "O desenvolvimento da geografia humana no século XIX e XX é parte do desenvolvimento de outras ciências sociais, da arte, da filosofia e das ciências naturais. Este desenvolvimento expressa evolução social. Neste entretempo houve mudanças na percepção humana do espaço. A Renascença e o Racionalismo fizeram do espaço uma qualidade do próprio mundo, um objeto apartado do ser humano. O Romantismo fez do homem uma parte do espaço. No mundo pós-moderno, o homem está no centro do espaço. Portanto, o espaço já foi um container, depois uma ordem, até se configurar em um sistema de equilíbrio. Agora, trata-se de um sistema não equilibrado." (Geographical Abstracts/ Human Geography, 1993, nº 1, p.1)

A. Tezuka (1995): "A relação entre Ratzel e a geografia japonesa é extremamente complexa. Desde o início da moderna geografia japonesa — era Meiji —, o nome de Ratzel sempre foi celebrado entre os fundadores da moderna geografia japonesa. Neste artigo, o autor examina apenas aqueles escritos que trabalharam explicitamente com a Anthropogeographie de Ratzel (1882, 1891 e 1899) como o interesse principal. A aceitação de qualquer idéia estrangeira vem necessariamente com algum tipo de distorção. A este respeito, a Anthropogeographie de Ratzel é um dos mais típicos exemplos. De maneira geral há três diferentes tipos de distorção. A mais simples delas corresponde às más traduções ou aos não entendimentos de textos estrangeiros. Um segundo tipo de distorção diminui a ênfase de trechos particulares dos textos. Finalmente, existe a distorção da descontextualização, isto é, da interpretação de um trabalho particular sem qualquer consideração por outros que o suportam ou que com ele se relacionam." (Geographical Abstracts/ Human Geography, 1996, nº 1, p.1)

[10]Neste dicionário, editado em versão espanhola por Ediciones Valparaiso em 1981, há vários vocábulos cujos sentidos que lhes foram conferidos contrastam firmemente com aqueles que podemos observar neste texto mais recente de Sanguin. Por exemplo: na palavra Lebensraum, econtramos a seguinte definição: "Término desarrollado por la Geopolitik nazi que implica una noción de espacio vital. Este concepto engendra una lucha por el espacio, es decir, una propaganda disfrazada al servicio de las aspiraciones imperialistas con vistas a una extensión y dominación ilimitadas" (Sanguin, 1981: 74). Outros termos que valeria a pena serem consultados e confrontados são os seguintes: "Antropogeografica(frontera)"; "Genero de vida"; "Geografia política"; "Geopolitica"; "Geopolitik"; "Crecimiento Espacial Del Estado"; "Determinismo ambiental"; "Possibilismo ambiental". Curiosamente o vocábulo Ratzel, não figura nesse dicionário.

[11]Aqui Sanguin se soma a uma corrente interpretativa, da conversão de Ratzel à geografia, que Capel (1988) denominou de História Sagrada de la disciplina, pois apresenta a motivação dessa conversão como resultado de "subitas revelaciones de la ciencia geografica, experimentadas en algun caso durante largo viaje por tierras extrañas" (Capel: 99). Capel, no entanto, acredita que as razões para a "conversão" não estão claras e podem ser objeto de interpretação. Discordando dessa espécie de "iluminação repentina", Capel defende a idéia de que "son motivos de oportunidad profesional los que esencialmente actuaron" (ib.: 100). No nosso entendimento, a interpretação sugerida por Capel, se considerada por Sanguin, não deixaria de acresecentar um tom mais pessoal e biográfico a esta contextualização da trajetória de Ratzel, que o próprio autor diz perseguir e em nada invalidaria as suas conclusões.

[12]Cf. Mendoza, J.G. Jiménez,J.M. & Cantero, N.O. El Pensamiento Geográfico. Madrid, Alianza Editorial, 1988.

[13]A propósito dessa discussão, sobre a idéia de progresso e os sentidos conferidos à evolução, além da obra de Bury, vale a pena consultar os trabalhos de Maravall (1986) e Meek (1981). Todos desenvolvem análises minunciosas sobre os contextos e motivações que levaram tal idéia — progresso —, a abandonar um sentido "neutro" (Bury), ou de "simples marcha, sem conotação valorativa" (Maravall), até o significado de desenvolvimento positivo que, ao longo do século XIX, passou a adquirir. A idéia da evolução darwiniana, segundo os autores, já nasceria imersa neste contexto de significação, por mais neutra e científica que pretendesse ser (Bury).

[14] No final de seu texto, ao afirmar explicitamente a necessidade de reabilitação da obra de Ratzel, Sanguin justifica essa proposição dizendo que "Ratzel est un élément lourd dans l'espistémologie de la discipline" (Sanguin, 1990: 592).

ECONOMIA E TERRITÓRIO SOB A ÓTICA DO ESTADO AUTORITÁRIO (1964-1979)[1]

Beatriz Maria Soares Pontes *

Os governos de Castello Branco, Costa e Silva, Garrastazu Médici e Ernesto Geisel adotaram praticamente as mesmas diretrizes econômicas. Os objetivos primordiais das políticas econômicas desses governos foram: redução da taxa de inflação; incentivo à exportação de produtos agrícolas, minerais e manufaturados; racionalização do sistema tributário e fiscal; estímulo, sob controle do governo, do mercado de capitais; criação de novos estímulos à entrada de capital e tecnologia estrangeiros; contenção dos níveis salariais em todos os setores da produção; estímulo à modernização das estruturas urbanas; execução do plano habitacional; criação da indústria petroquímica; estabelecimento de novos objetivos e nova política de ocupação da Amazônia; ampliação do mar territorial; defesa e estímulo à indústria de café solúvel; formação de uma política brasileira de energia nuclear; modernização das estruturas universitárias; retomada dos estudos sobre reforma agrária; plano de integração nacional, etc.

Nesses anos, a reelaboração das instituições, normas, técnicas e objetivos relacionados com os mercados de capital e força de trabalho estavam consubstanciados nos seguintes planos governamentais; programa de Ação Econômica do Governo (1964-1966), PlanoDecenal de Desenvolvimento Econômico e Social (1967-1976), Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970), Metas e Bases Para a Ação do Governo (1970-1972), I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974) e II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979).

As políticas econômicas puderam contar, aliás, com uma estrutura política excepcional, pois devido aos Atos Institucionais, teve lugar a hegemonia absoluta do Poder Executivo sobre o Legislativo.

1 – A Política Econômica do Governo Castello Branco

Assim, o Governo Castello Branco pôde contar com condições privilegiadas para formular e executar o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), nos anos de 1964-1966.

O Plano em questão tinha os seguintes objetivos:

a) Acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico do País, interrompido no biênio 1962-1963;
b) Conter, progressivamente, o processo inflacionário durante 1964 e 1965, objetivando um razoável equilíbrio dos preços a partir de 1966;
c) Atenuar os desníveis econômicos setoriais e regionais, e as tensões criadas pelos desequilíbrios sociais, mediante a melhoria das condições de vida;
d) Assegurar, pela política de investimentos, oportunidades de emprego produtivo à mão-de-obra que continuamente aflui ao mercado de trabalho;

* Professora do Departamento de Geografia da UFPB

e) Corrigir a tendência a déficits descontrolados do balanço de pagamentos, que ameaça a continuidade do processo do desenvolvimento econômico, pelo estrangulamento periódico da capacidade de importar.

Para levar a termo essa política econômica, o governo reformulou as políticas monetária, bancária, tributária, cambial, salarial e de investimentos. Tomou também providências nas áreas da educação, saúde, habitação, obras públicas, comércio exterior, etc.

Quanto à tributação, o governo efetuou uma revisão das leis do imposto de renda, do imposto de consumo, do imposto do selo, da sonegação fiscal e do sistema tributário nacional. Não descurou o Poder Executivo de outros aspectos não menos importantes: a lei do inquilinato, a lei das incorporações e o estímulo à construção civil. Naquela oportunidade foi criado o Banco Nacional de Habitação, bem como novos mecanismos de crédito: a Coordenação Nacional de Crédito Rural, o Fundo de Democratização do Capital das Empresas (FUNDECE), o Fundo de Financiamentos Industriais (FINAME) e o Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas (FINEP).

Portanto, o Governo Castello Branco realizou expressiva parcela das reformas de base debatidas nos anos de 1962-64, não havendo dúvida do sentido diverso dado às mesmas se confrontado com o teor que as caracterizava naqueles aludidos anos.

Assim, a política econômica do governo Castello Branco reformulou as relações de produção, segundo as exigências da reprodução capitalista e da expansão do setor privado, nacional e estrangeiro.

Em face das conotações políticas e econômicas do regime, os economistas e técnicos começaram a formular o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social, para os anos de 1967-1976. Através do Plano Decenal pretendia-se equipar o governo para exercer com o máximo da eficiência as suas funções na esfera das relações econômicas. Portanto, houve a necessidade de desenvolver ainda mais a tecnoestrutura que deveria regular e dinamizar o funcionamento das forças produtivas e das relações de produção do País.

Todavia, o Plano Decenal não passou de um conjunto de estudos, relatórios e recomendações que acabou não sendo executado, pois, não se mantiveram as condições políticas imprescindíveis à sua realização.

A política econômica do Governo Castello Branco procurou controlar todas as fontes de inflação. Como conseqüência, houve o congelamento salarial e prejuízos para a pequena, média e grande burguesia industrial brasileira, tendo em vista a política creditícia adotada. A partir de 1964 ocorreram muitas falências e concordatas, mostrando que alguns setores empresariais não estavam em condições de administrar as suas empresas de acordo com as normas de crédito, de tributação e fiscais postas em prática pelo governo Castello Branco.

Várias foram, então, as opções que se colocaram ao empresariado:

a) Adaptar a estrutura organizatória e funcional da empresa às novas condições do mercado de capitais, às novas diretrizes da política tributária e fiscal e às condições presentes da demanda.
b) Possibilitar a associação com empresas ou grupos econômicos mais poderosos e autônomos, quanto à recursos de capital e tecnologia.
c) Colocar a alternativa de aceitar a assimilação pura e simples da empresa, por empresa com melhores condições técnicas, organizatórias e funcionais, além de melhor posição relativa ao mercado.
d) Optar, o empresário, por encerrar as atividades da empresa, seja por decisão própria, seja por via de falência.

Por outro lado, as empresas multinacionais, puderam trazer de fora os capitais indispensáveis à continuidade do seu funcionamento e expansão, graças à Instrução nº 289, da antiga SUMOC.

Portanto, a expansão das empresas estrangeiras deveu-se:

a) Ao crédito interno que não era reservado exclusivamente às empresas nacionais.
b) O crédito interno era limitado e selecionado segundo as exigências da política antiinflacionária.
c) O crédito externo, reservado às empresas estrangeiras que operavam no Brasil, não estava sujeito às limitações quantitativas estabelecidas pela política antiinflacionária do governo brasileiro.

Diante disso, acentuou-se o processo de concentração do capital, pela associação e absorção de empresas pertencentes ao mesmo setor produtivo ou a setores distintos, ampliando-se a importância relativa e absoluta das multinacionais no conjunto do subsistema econômico do País.

Estava ocorrendo, portanto, uma nova fase no processo de reprodução e concentração do capital, em nível internacional, e, no Brasil, inaugurava-se uma nova etapa nas relações entre o Estado e a empresa privada.

No contexto dessa política econômica se inseriu o Acordo de Garantia de Investimentos, assinado pelos governos do Brasil e Estados Unidos, em 1965, através do qual os investimentos estrangeiros interessados na economia brasileira teriam maior segurança. A preponderância da empresa multinacional evidenciou ainda mais, a dependência estrutural que sempre caracterizou o susbsistema econômico brasileiro. Isto é, criaram-se condições para o monopólio dos preços e da oferta, tornando-se ainda mais fácil e acelerada a concentração de capital. Observou-se, então, que a política antiinflacionária do governo, nos anos dos governos revolucionários acabou reconvertendo a inflação de custos em inflação de lucros, portanto, em técnica de poupança monetária forçada. Aumentava-se a poupança nacional, pela transferência de renda dos assalariados aos que manipulavam os preços e a oferta.

2 – O Governo Costa e Silva: O Prosseguimento da Política Econômica

O Governo Costa e Silva não rompeu com a interpretação e as diretrizes econômicas do governo Castello Branco, mas teve interesse em apresentar-se com alguma originalidade. A idéia do novo governante foi a de amenizar os sacrifícios econômicos a que havia sido submetida a grande maioria dos assalariados, durante o governo anterior. Entretanto, esta pretensão foi frustrada porquanto as forças políticas e econômicas que haviam predominado durante o governo Castello Branco continuaram hegemônicas, o que levou Costa e Silva a manter as principais diretrizes econômicas formuladas no governo anterior.

Nesse contexto, formulou-se o programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-70) que correspondeu à continuidade da interpretação que fundamentou o PAEG. Aliás, o governo Costa e Silva teve, na oportunidade (1968-70), que enfrentar vários problemas, da gestão Castello Branco, já agravados: ampliação da capacidade ociosa na indústria, a queda da procura de bens manufaturados, a redução da liquidez, a queda do poder aquisitivo dos salários, o descontentamento do proletariado e da classe média, a intranquilidade de grande

parte dos empresários em face dos novos encargos fiscais, etc.

Para tentar solucionar os problemas resultantes da situação acima delineada, o governo procurou adotar medidas de ação direta e indireta destinadas a aumentar a liquidez das empresas, reduzir o ritmo de expansão dos custos e aumentar a demanda. Pretendia também melhor programar os investimentos públicos e reduzir a pressão por ele (Poder Público) exercida, sobre o setor privado.

Todavia, a concentração de capital continuou em nível nacional e internacional. Ao mesmo tempo, desenvolveu-se uma nova ideologia sobre o significado da atividade política, os papéis dos partidos políticos, os limites da atuação do legislativo, a importância da tecnoestrutura e a necessidade do planejamento centralizado.

Assim, a política econômica governamental aparecia como elemento básico das relações econômicas e políticas entre as classes sociais. O Poder Executivo, vale ressaltar, controlava totalmente os sistemas de informação e decisão.

Nesse processo de "modernização" do sistema político-administrativo e econômico observou-se a afirmação gradativa da tecnoestrutura e a entrada do capital e tecnologia estrangeiros.

Portanto, ao ser lançado em outubro de 1970, o Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo trazia diretrizes às quais não estava ligada nenhuma mudança do sistema político-econômico. Objetivava-se mais do que nunca a manutenção do status quo e para a preservação do mesmo controlaram-se, quando necessário, os movimentos sociais e políticos.

Nesse contexto, o Estado não providenciou nenhuma alteração nas condições de posse e uso da terra. Aliás, a legislação que deu origem ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária e ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário só foi aplicada em casos isolados. Quando em 1970, o Governo Médici voltou a focalizar a "questão agrária" estava muito mais preocupado com o crédito, preço e assistência técnica do que propriamente com a justiça social. Vale lembrar que, a essa altura, o governo já dispunha do Estatuto da Terra e do Estatuto do Trabalhador Rural. Entretanto, a efetiva e ampla aplicação desse Estatuto provocaria mudanças sociais e políticas incompatíveis com a ideologia e a prática da política econômica governamental.

Em face dos desequilíbrios econômicos, sociais e políticos gerados na década dos cinqüenta e acentuados nos anos 1961-63, a política econômica dos governos "revolucionários" teve os seguintes objetivos: estabilização financeira, racionalização do sistema produtivo, desde o mercado de capitais até as relações de produção e a reintegração do subsistema econômico brasileiro no sistema capitalista mundial.

3 – O "Milagre" Brasileiro

O ano de 1968 marcou o início do "milagre brasileiro" que sob a proteção de um vigoroso autoritarismo militar, iria propiciar lucros extraordinários para os monopólios nacionais e estrangeiros. A desarticulação das forças populares e o alijamento dos setores mais atrasados das classes dominantes dos centros de poder, deixara o caminho livre para a consolidação dos grandes grupos econômicos, dando lugar a um dos períodos mais rendosos da acumulação capitalista do País.

Nesse período, aceleraram-se as taxas de acumulação à custa de concentração de renda, do incremento das exportações, da rearticulação e concentração do sistema financeiro, da maciça intervenção estatal na economia e, finalmente, da ampla generosidade governamental de um Estado que extorquia o que podia da grande maioria da sociedade,

para dá-lo aos grandes monopólios. Portanto, nos anos anteriores a 1968, havia sido posta em prática uma ampla reorganização do sistema financeiro nacional objetivando a melhor captação e canalização de poupança para as mãos dos grandes grupos econômicos. À medida em que a escala de acumulação foi se ampliando, fez-se necessária a concentração de recursos financeiros de modo a permitir investimentos de maior vulto, assim como de incrementar a capacidade de consumo de certas camadas da população. Assim sendo, incentivou-se o crédito ao consumidor com o fito de antecipar o poder de compra, e, portanto, alargar a demanda do setor privilegiado na estrutura produtiva brasileira: a produção de bens duráveis de consumo.

Sob a égide do grande conglomerado financeiro formado pelas instituições estaduais consolidaram-se alguns grandes grupos financeiros, incentivados pela orientação oficial de diminuir o número de instituições financeiras para alcançar ganhos de escala e reduzir os custos gerais.

Tal orientação governamental, somada à permissividade em relação às taxas de juros dos financiamentos aos bens de consumo, permitiu que a burguesia financeira se tornasse, ao lado dos monopólios estrangeiros, um dos setores privilegiados do capitalismo local.

Além disso, a expansão da acumulação do capital no Brasil foi amplamente beneficiada por uma conjuntura internacional bastante favorável, apresentando um grande aumento de liquidez devido aos pagamentos de dívidas norte-americanas no mercado de euro-dólares, à persistência dos déficits norte-americanos em conta-corrente e em conta de capital, além das saídas de capital de curto prazo dos USA e da pressão especulativa contra o dólar, criando um fluxo de capitais à procura de novos campos de valorização[2].

O sistema financeiro nacional foi, dessa forma, inundado por uma grande quantidade de moeda estrangeira, acarretando uma redução da taxa de juros e o barateamento dos custos dos investimentos.

Para viabilizar a acumulação de capital em escala ampliada, sob o comando do capital estrangeiro, e com parte substancial do setor de bens de produção localizado fora das fronteiras nacionais, estabeleceu-se um fluxo de dívidas para dentro do País, a fim de contrabalançar as remessas das empresas estrangeiras, mais as vultosas importações de bens de produção. Foi, então, implementado um vasto programa de exportações que até 1973 logrou o êxito esperado em virtude não só dos termos favoráveis de intercâmbio desfrutados pelos principais produtos da pauta de exportação brasileira (açúcar, soja, café e minério de ferro), mas também em conseqüência das subvenções concedidas aos exportadores pelo governo.

Em face dascondições favoráveis do mercado internacional, os preços das exportações brasileiras constituídas de produtos primários e manufaturados de pouca sofisticação tecnológica, cresceram 26% em relação aos preços das importações do País no período 1968 a 1973[3].

Portanto, o "setor externo" da economia brasileira também deu sua contribuição na aceleração das taxas de crescimento do período expansivo, seja pelo seu aporte de divisas, seja pelo "efeito multiplicador" sobre o restante da economia.

Por outro lado, além das modificações postas em prática, pelo governo na área fiscal e financeira, foi implementado um amplo programa de investimentos e gastos estatais em infra-estrutura, cuja contribuição à expansão do ciclo de acumulação foi considerável. Porém, o crescimento não se restringiu às empresas públicas de serviços, mas abrangeu também as empresas produtivas estatais.

Assim, no setor produtivo, as atividades estatais concentraram-se principalmente nas áreas de siderurgia, petroquímica, hidroelétrica e mineração, procurando preencher as

lacunas deixadas pelo desinteresse ou incipiência dos capitais nacionais e estrangeiros, de modo a produzir valores de uso indispensáveis à manutenção e ampliação do ritmo de acumulação.

Em pouco tempo o capital estrangeiro, munido de seu arsenal monopolista, impôs a tônica do processo expansivo e implementou um salto qualitativo na escala de acumulações do País, transformando os setores sob seu controle, os impulsionadores da economia brasileira (Mecânica, Material Elétrico eMaterial de Transporte).

O capital estrangeiro detinha, em 1974, cerca de 30% do patrimônio líquido total das 5.113 maiores empresas da indústria de transformação do País.

A existência de empresas estrangeiras ocupando um lugar de grande relevância na economia do País, estabeleceu um nexo econômico-financeiro com o exterior com grande responsabilidade na formação da crise que se seguiu ao período expansivo de 1967-1973. O capital forâneo costuma importar grande quantidade de insumos básicos e de bens de capital, criando uma forte pressão deficitária na balança comercial. As empresas estrangeiras, por seu turno, remetem um volume considerável dos lucros obtidos no País para as suas matizes ou empresas coligadas, acarretando uma crescente evasão de dívidas que onera a balnaça de serviços. As remessas desses lucros constitui uma saída sistemática de parcela considerável do excedente criada pelo sistema econômico brasileiro.

Portanto, o ciclo expansivo da economia brasileira foi determinado por uma combinação de eventos, boa parte dos quais convergindo no sentido de propiciar uma elevação da taxa de lucratividade, não só por meio do barateamento do capital constante, mas também por intermédio da elevação da taxa de mais-valia[4].

4 – A Crise do "Milagre"

Em fins de 1973 começaram a desaparecer os vários estímulos para a manutenção das altas taxas de lucratividade, anunciando que o ciclo de acumulação já chegara ao ápice e iniciava a descida. A crise do petróleo, além de outros fatores depressivos, absorveu parte significativa dos euro-dólares disponíveis no mercado internacional, suscitando a diminuição da liquidez financeira, principalmente para os países importadores de petróleo. Assim, os tomadores de empréstimos do Brasil tiveram que recorrer ao mercado financeiro local, que vinha mantendo taxas de juros mais elevadas que as externas.

O comportamento do setor financeiro brasileiro, amplamente respaldado na política oficial, tendeu a agravar as condições de acumulação de capital, apropriando-se de parte dos lucros do setor industrial com suas taxas de juros elevadas e contribuindo para incentivar as rachaduras do bloco do poder.

No mercado mundial, a elevação das taxas de inflação em quase todos os países desenvolvidos determinou a preferência pela estocagem de mercadorias não desvalorizáveis ou, pelo menos, que perdessem valor menos rapidamente que os meios de pagamento. Assim, os euro-dólares trataram de converter-se principalmente em insumos básicos, elevando bastante os preços destes últimos, ao mesmo tempo em que diminuía a disponibilidade financeira mundial.

As conseqüências dessas mudanças do cenário mundial repercutiram no Brasil seja por meio de elevação das taxas de juros pagas pela economia como um todo, seja pelo encarecimento dos investimentos devido à alta dos insumos básicos, os quais possuem peso considerável na pauta de importações brasileira.

Por outro lado, houve, a partir de 1974, um afrouxamento do arrocho salarial. A partir de 1973, o lucro deixara de ser favorecido por uma baixa acentuada nos salários,

como ocorrera no período anterior, no que concerne à taxa de mais-valia. Vale ressaltar que a taxa de mais-valia, no ciclo expansivo em questão, aumentou somente à custa da compressão salarial, não havendo propriamente um barateamento do valor da força de trabalho, porquanto, dentre as mercadorias que faziam parte da cesta de consumo dos trabalhadores poucas foram aquelas que baixaram de valor.

Portanto, diante do pacto de dominação que constituiu o bloco do poder em 64, o qual incluiu até os setores mais atrasados da agricultura, a taxa de mais-valia elevar-se-ia principalmente por meio da compressão do nível de vida dos trabalhadores. Isso só se viabilizaria com um regime autoritário que esvaziasse a força política destes últimos.

Enquanto as classes menos favorecidas da população assistiam à diminuição de seu poder aquisitivo, os segmentos mais elevados da classe média eram favorecidos pela própria dinâmica da acumulação de capital, norteada pelos bens de consumo duráveis. Acontece que a implantação de empresas de bens duráveis de consumo e, de bens de capital ampliou, significativamente, o mercado de força de trabalho mais qualificado. Assim sendo, apesar do desemprego estrutural de mão-de-obra sem qualificação, os setores de classe média, de onde saíam os técnicos, administradores e burocratas, passaram a perceber salários cada vez mais elevados. Isso somado à considerável tendência à concentração de renda nos segmentos mais privilegiados da sociedade brasileira acabou configurando um generoso mercado consumidor de bens de consumo durável.

Evidentemente, não foi desprezível o papel desempenhado pela reestruturação do sistema financeiro, na ampliação da demanda dos chamados bens de luxo, através do aumento da capacidade de endividamento familiar. Não há dúvida de que o crédito ao consumidor sempre foi um eficiente detonador dos novos ciclos de expansão da acumulação, a qual uma vez posta em marcha, adquire um dinamismo próprio, gerando uma demanda suficiente para manter ativo o processo de acumulação. Todavia, não conviria superestimar o papel do endividamento familiar na gestação do ciclo expansivo citado.

O acentuado processo de concentração da renda, intensificado durante o ciclo expansivo, foi o resultado direto da forma como se deu a acumulação de capital no País.

John Wells, em trabalho recente[5], forneceu uma interesaante argumentação no sentido de reforçar a hipótese de uma capacidade suficiente de consumo do capitalismo brasileiro. A partir de uma verificação empírica, Wells demonstrou que o mercado de bens duráveis de consumo ampliou-se durante os anos de expansão, nas zonas urbanas, não apenas às custas dos setores privilegiados, mas também com a maior participação das camadas mais pobres da população, apesar do arrocho salarial. Comparando a Pesquisa de Domicílios do Grande RIO feita em 1967-68[6], com a pesquisa de mercado, realizada em 1974 pelo Centro Globo[7], Wells observou um considerável aumento de refrigeradores, televisores, liquidificadores e enceradeiras nos domicílios mais pobres da região, enquanto que nos de maior poder aquisitivo teria havido um aumento do consumo de vitrolas, ar-condicionado e automóveis.

À primeira vista, as afirmações de Wells quanto ao aumento da capacidade de consumo dos estratos de mais baixa renda colidiram com a já assinalada diminuição do salário real dos trabalhadores, no período em questão. Na verdade, tal contradição não existiu, porquanto, se de um lado, houve realmente uma elevação da taxa de exploração de cada trabalhador individual, por outro, as modificações ocorridas no processo de trabalho funcionaram no sentido de aumentar a capacidade de consumo das classes trabalhadoras como um todo.

Além disso, o DIEESE[8] detectou uma substituição dos chamados gêneros de primeira necessidade (principalmente alimentos) por bens duráveis de consumo nos

orçamentos das famílias de baixa renda, entre 1959 e 1970, explicando, em grande parte, a queda da nutrição de amplas camadas da população, que reduziu-se a níveis assustadores no auge do "milagre". Wells adicionou, ainda, um novo fator que teria contribuído para tornar as "utilidades domésticas" mais acessíveis às classes de baixa renda; a queda dos preços, conseqüente do aumento da escala de produção e da diminuição dos custos de produção.

Em fins de 1973, a demanda de bens duráveis de consumo, corria o risco de ultrapassar a própria capacidade produtiva que começava a arrefecer. Assim, a acumulação brasileira foi enveredando por um caminho especulativo, com a inevitável alimentação do processo inflacionário. Os produtores, em face da elevação dos custos e de uma demanda favorável, preferiram garantir os lucros pela elevação dos preços, evitando arriscar-se com novos investimentos, num futuro incerto.

Embora, no início de 1974 o governo tentasse diminuir os prazos de financiamento para a venda de automóveis e impor barreiras à comercialização de eletrodomésticos, os vários segmentos do capital monopolista já defendiam as suas taxas de lucro, com o aumento dos preços.

No mercado internacional, os países industrializados, ao elevar os preços de seus produtos de exportação, procuraram jogar o ônus da "crise do petróleo" nas costas das nações mais atrasadas que não produziram petróleo.

De 1973 a 1974 o déficit das transações correntes (balança comercial mais balança de serviços) do balanço de pagamentos passou de 1,188 milhões de dólares, para 7,122 milhões de dólares.

O crescente déficit das transações correntes ocorreu em virtude da grande participação de empresas estrangeiras na economia brasileira, as quais remetiam para sua matrizes ou associadas, crescente soma de dólares sob a formade lucros, juros, sobrefaturamento, etc.

Diante do novo papel preenchido pelo Brasil na divisão internacional do trabalho do sistema capitalista, a balança de serviços passou a constituir o canal de expropriação de valor por parte do imperialismo, substituindo a balança comercial, que cumpria esse papel quando o excedente era apropriado no intercâmbio de mercdorias.

Portanto, foi inegável a importância assumida pelo aumento da remessa das empresas estrangeiras na constituição da conjuntura recessiva a partir de 1974.

No centro das articulações financeiras com o exterior, o Estado distinguiu-se como o principal tomador de empréstimos do País para financiar as compras de máquinas e equipamentos importados pelas empresas produtivas estatais e fornecer crédito às principais agências de financiamento do setor privado como o BNDE e outros bancos regionais de desenvolvimento. Tais agências estatais forneciam empréstimos a juros negativos, constituindo-se num importante sustentáculo da elevada lucratividade das empresas oligopolistas. Portanto, o Estado forneceu aos segmentos do capital monopolista quantidades de valor que ainda não tinha sido criado na estrutura produtiva local. Tais antecipações de valor contaram com o fato do Estado, em escala crescente, ter se tornado um dos grandes captadores da poupança nacional, negociando as ORTN e as LTN e, portanto, ter passado a deter condições de fornecer aos grupos oligopolistas uma quantidade de recursos maior que as suas entradas reais, sem que isso redundasse em déficit contábil para o Orçamento Federal.

Evidentemente, parte dos adiantamentos de valor que o Estado realiza para as empresas estrangeiras são por estas remetidas para o exterior. Nessa transação exterior-Estado-empresas estrangeiras-exterior, os fluxos financeiros, medidos pelo balanço de pagamentos, permanecem em equilíbrio. À exceção dos períodos de crise, costuma entrar um volume de divisas da mesma monta que a quantidade que deixa o País. Todavia, as

entradas são empréstimos a serem restituídos enquanto as saídas são juros, remessas de lucros, etc., que não retornarão.

Quando o volume de adiantamentos estatais atinge um certo nível crítico e o Estado é obrigado a diminuir seus investimentos e transferências para o setor privado, criam-se as condições para a diminuição de acumulação.

Em 1974 o endividamento externo brasileiro corria atrás das remessas e das crescentes importações, tornando-se uma fração cada vez maior do Produto Interno Bruto (PIB) e avolumando-se de modo a preocupar os credores estrangeiros. Para desafogar-se, o Governo passou a captar recursos no mercado interno elevando a rentabilidade dos seus títulos (ORTN, LTN).

Além disso, visando ao atenuamento das tendências deficitárias do balanço de pagamento, o Governo passou a não encorajar as importações de bens de capital, sobretaxando-os. Tais restrições às importações, ampliavam o caudal de fatores que contribuíram para a elevação dos custos dos empreendimentos.

O Governo, então, percebeu a necessidade de desacelerar a acumulação a fim de que a economia e o aparelho estatal recuperassem o fôlego para um novo ciclo de expansão. Entretanto, a situação política dificultava a efetivação das medidas recessivas. Alguns segmentos do capital reagiram aos cortes de créditos, aumentando a velocidade de circulação da moeda, isto é, intensificando as transações de curto prazo, as quais eram lastreadas pelas OTRN e LTN, utilizadas pelo governo para cobrir seus próprios rombos.

Quando o Governo procurou localizar os setores da sociedade que deveriam repor a massa adiantada ao capitalismo monopolista, acarretou a emergência de algumas contradições entre os próprios integrantes das classes dominantes. Com a queda dos salários e a classe trabalhadora a se mobilizar, os prejuízos da recessão deveriam ser compartilhados pelas classes dominantes também, daí resultando as fendas que começaram a surgir no pacto de dominação do decurso do "milagre", evidenciando lutas travadas entre os vários segmentos do capital pela manutenção das suas taxas de lucro.

Resultou, desta situação, uma "guerra de preços" entre o setor agrário, setores industriais, os juros do setor financeiro, etc. Tal "guerra" não teve no Estado um mediador com força política suficiente para refrear a economia. Assim sendo, as taxas de inflação começaram a subir e o Regime sobre o qual repousava o pacto de dominação do "milagre" demonstrou não mais atender às necessidades dos grandes capitais[9].

5 – As Classes Sociais, a Estratégia Autoritária e o Processo de Abertura Política

A reanimação do movimento operário e popular, ao redor de 1977, foi acompanhado por tentativas da classe dominante, através do seu setor mais "esclarecido", fundamentalmente constituído por empresários da indústria de base, em apresentar projetos políticos capazes de superar o "capitalismo selvagem" – baseado no arrocho político e econômico das classes dominadas – no sentido da cooptação e mobilização restrita e a utilização de métodos mais "científicos" e não menos eficazes, para a extração da mais-valia.

A dianteira política tomada por empresários como Bardela, Villares e Sanson e outros do setor de bens de produção, frente às saídas burguesas para a crise brasileira de então, indicou a capacidade de capitalização política desses setores na luta contra o regime autoritário.

A importância da proposta dos "empresários de vanguarda", circunstanciada no Primeiro Documento dos Empresários divulgado em fins de junho de 1978 foi um importante indicador dos rumos que poderiam ser tomados pelo capitalismo brasileiro, ao explicitar as prioridades que tal fração pretendia imprimir à política econômica: ênfase no desenvolvimento da indústria de base, no fortalecimento da empresa nacional,

no saneamento do sistema financeiro, etc.

Todavia, essa fração "mais avançada" do capitalismo brasileiro estava longe de possuir, sozinha, as forças necessárias para levar avante tais modificações. Sem o apoio de segmentos significativos do que constituía o pólo principal de acumulação (setor de bens de consumo duráveis e ramos adjacentes, setor financeiro, construção civil, etc) e de outras parcelas do capital, os empresários de bens de capital e seus poucos aliados dificilmente conseguiriam obter um maior poder de barganha na disputa pelas benesses do Estado[10].

Portanto, desde 1975, quando a burguesia, diante da desaceleração econômica e a derrota do governo nas eleições de 1974, iniciou uma campanha contra a estatitzação, na verdade ela estava rompendo provisoriamente sua aliança com a tecnoburocracia estatal civil e militar. A fração da tecnoburocracia no poder falhara em sua tarefa de administradora da política econômica e social, e a classe dominante burguesa, diante desse fato, desenvolveu um projeto político para reassumir mais diretamente o poder político. A campanha contra a estatização e depois o engajamento no projeto de redemocratização foram capítulos desse projeto burguês.

Na luta pela redemocratização do País a burguesia teve que vencer resistências dentro da própria grande burguesia, da velha burguesia mercantil especulativa e principalmente da nova tecnoburocracia estatal, civil e militar. Nesta ação política seus líderes mais representativos e liberais perceberam que era essencial para a burguesia não só o apoio das camadas médias tecnoburocratas e pequeno-burguesas não comprometidas com a ditadura, mas também o apoio da classe operária, que desde as eleições de novembro de 1974 ressurgiria como uma força política significativa no País.

O processo de abertura política iniciado efetivamente em 1977 foi, em grande parte, fruto de um projeto de hegemonia política burguesa em bases democráticas. E este processo não só implicou na elminação de uma série de dispositivos legais autoritários, mas também em uma redução do poder da tecnoburocracia militar e de seus aliados de direita, e em uma mudança da política salarial. Esta, em 1975, deixou de pressionar para baixo os salários e procurou acompanhar a taxa de inflação e mesmo garantir aos trabalhadores, pelo menos, uma parcela da taxa de produtividade.

A burguesia não obteve pleno êxito em sua estratégia. A fração tecnoburocrática no poder cedeu, abriu espaço para a burguesia e secundariamente para os trabalhadores, interrompeu relativamente o processo de concentração de renda e manteve o comando do processo de abertura política limitada. Mas todas essas "concessões" que na verdade foram vitórias da burguesia e/ou dos trabalhadores não impediram a perda de legitimidade (apoio da sociedade civil) e, portanto, a perda de grande parte do poder real. Conservou, todavia, o poder oficial, formal, graças de um lado a uma série de manobras autoritárias no plano eleitoral (lei Falcão, senadores biônicos) e de outro, devido ao medo ou à hesitação da burguesia em romper definitivamente com essa fração da tecnoburocracia no poder.

A perda do poder da tecnoburocracia, entretanto, não ocorreu apenas ao nível de cúpula governamental. A classe média sofria, simultaneamente, a pressão política da burguesia e a pressão econômica da desaceleração. Durante o "milagre", a tecnoburocracia foi considerada por muitos, a principal reponsável pelas extraordinárias taxas de crescimento logradas entre 1967 e 1974. Foi, além disso, juntamente com a burguesia, a sua grande beneficiária. Nesse período, aumentou o número de postos tecnoburocráticos nas empresas e instituições públicas e privadas, bem como os salários dos aludidos tecnocratas. Enquanto os salários mais baixos não pararam de ser reduzidos, os altos ordenados aumentaram em termos reais cada ano.

Esse processo de abertura do leque salaraial terminou em 1975, quando a

desaceleração econômica coincidiu, com o aumento da oferta de formados pelas escolas superiores de todo o País. Terminou, também, no momento em que o poder político da tecnoburocracia passou a ser desafiado pela burguesia. Com a redução da procura por administradores e técnicos, diretamente relacionada com a diminuição na taxa de acumulação de capital, e o aumento vegetativo da oferta, o desemprego começou a se tornar um problema cada vez mais grave para a classe média empregada. Os salários reais dos novos admitidos começaram a baixar. A emenda à lei salarial determinando reajustes consideravelmente inferiores à taxa de inflação para os ordenados altos, deixando-os submetidos à livre negociação não foi mais do que o reconhecimento oficial dessa situação.

Nesse momento, tornou-se patente a fraqueza ideológica (e política) da tecnoburocracia. Na medida em que ela se recusou a reconhecer sua condição de classe, ela passou a ter dificuldade de defender seus interesses eventualmente legítimos. Em face da ofensiva política da burguesia, ela recuou em todas as linhas, prometendo fidelidade à classe dominante. Diante da ameaça econômica representada pelo desemprego e a redução dos ordenados ela se manteve impotente.

Ao que parece, as relações de cooperação e conflito da tecnoburocracia com a burguesia, nos quadros do capitalismo tecno burocrático contemporâneo, são cíclicas, acompanhando os movimentos mais gerais do ciclo econômico capitalista.

No capitalismo monopolista de Estado, o ciclo econômico capitalista naturalmente não desapareceu, mas assumiu um caráter político fundamental, na medida em que o Estado, através dos tecnoburocratas encarregados de executar a política econômica de curto prazo e o planejamento econômico de longo prazo, procuram controlá-lo. O mercado, em face dos grandes oligopólios privados e dos monopólios estatais, deixou de ter condições mínimas de controlar automaticamente o sistema econômico. Assim sendo, quando a economia entra em fase de prosperidade, o poder dos tecnoburocratas aumenta de forma decisiva. Todavia, a administração da prosperidade, o favorecimento sob todas as formas da acumulação de capital e da expansão da organização burocrática produzem distorções. Quando se desencadeia a crise, a burguesia favorecida, deixa-se tutelar, pretende reassumir o poder, eventualmente devolver ao mercado a solução da crise. Então, os tecnocratas são transformados nos vilões do sistema.

Depois de algum tempo, entretanto, a burguesia percebe que ela própria não tem condições de administrar a crise, e que deixar a solução para o mercado, para a recessão, é uma estratégia suicida. Não lhe resta outra alternativa senão chamar de novo a tecnoburocracia para ajudá-la a administrar a crise e estabelecer as bases para uma nova expansão.

No Brasil, a fração da tecnoburocracia que assumiu o poder em 1964 viu o mesmo crescer muito, sobretudo a partir do "milagre". Só entrou em crise com o esgotamento do ciclo expansivo em 1974. Desde então, revelou-se incapaz de resolver a crise; a política econômica tornou-se endógena, fruto contraditório das pressões da sociedade. O Estado, administrado por um governo sem legitimidade, paralisou-se.

Se no plano político a alternativa para a burguesia seria a redemocratização e a Assembléia Constituinte, que permitiriam o estabelecimento de um novo pacto social no País, no plano econômico a alternativa seria repensar toda a política econômica e social do País, apoiada não apenas nos setores majoritários da classe trabalhadora sobre os quais mantém hegemonia ideológica, mas também em novas frações mais inovadoras e mais legítimas.[11]

6 – Avaliação Crítica das Tendências Gerais da Economia Brasileira Pós-64

A política econômica governamental dos anos 1964-1979 foi um elemento decisivo para a recomposição das posições relativas dos grupos e classes sociais, no conjunto do sistema econômico.

Com o congelamento dos salários e a lentidão com que se elevaram os níveis do salário mínimo, relativamente à elevação dos preços e da produtividade, a contenção dos salários funcionou como uma técnica de confisco. Com isso, verificou-se a concentração da renda, a pauperização relativa das classes assalariadas em geral e a pobreza absoluta de uma parcela do proletariado.

Assim, nos anos que se sucederam a 1964, constatou-se uma reformulação do sindicalismo brasileiro. O objetivo era superar o trabalhismo populista e propor uma política operária em consonância com as exigências da política econômica governamental. Portanto, significava que o sindicato perdia a sua função básica de órgão de reivindicação salarial, uma vez que os aumentos salariais passaram a ser estabelecidos pelo Conselho Nacional de Política Salarial, logo, na esfera de competência exclusiva do Poder Executivo.

Em resumo, a política salarial foi, naqueles anos, recomposta em função dos interesses da empresa privada e o sindicato passou a ter um caráter assistencial e recreativo, anulando-se gradativamente a sua função política.

A forma pela qual o governo se organizou após 1964 e a conseqüente política econômica exigiu, pois, novas fórmulas e meios de reconciliação política da classe operária com o governo "revolucionário". Nesse contexto, foi proposta a política de ação social.

Por outro lado, a política econômica governamental dos anos após 1964 evidenciou o predomínio da tendência internacionalista, com a reintegração da economia brasileira, enquanto subsistema econômico, no âmbito do capitalismo mundial, sob a hegemonia dos Estados Unidos. Desta forma, as empresas multinacionais adquiriram importância cada vez maior no conjunto da economia do País.

Vale ressaltar, todavia, que as relações e as técnicas de complementaridade e interdependência não predominaram de modo absoluto e, no interior da linguagem comprometida com a doutrina de interdependência, surgiram, aos poucos, indícios de uma doutrina nacionalista. Assim, debates de conotações ideológicas nacionalistas tiveram lugar: café solúvel, energia nuclear, mar territorial e integração nacional. Entretanto, essas manifestações de nacionalismo político e econômico estavam ocorrendo sem bases político-partidárias especiais, nem massas populares politicamente organizadas.

Na medida em que se concretizava a política econômica fundada na doutrina da associação e interdependência com o capital estrangeiro, tornavam a criar-se novas condições para a manifestação e o ressurgimento de ideologia e soluções nacionalistas. Crescia a preocupação de alguns setores do governo com o fortalecimento dos centros de decisão externos. Dessa forma, estava se constatando a diminuição da importância do setor brasileiro da economia do País. Portanto, não foi surpresa o aparecimento do nacionalismo expansionista inerente à criação de uma "Grande Potência", o qual foi muito bem explicitado no programa de "Metas e Bases" para a Ação do Governo (1970). O referido contava com cerca de 230 projetos prioritários, através dos quais notava-se uma preocupação de cunho nacionalista. Entre eles poderiam ser destacados: integração nacional, integração social, energia nuclear, modernização e dinamização do setor agrícola, etc.

Portanto, a evolução do sistema político-econômico brasileiro, revela duas tendências importantes para a compreensão do tipo de capitalismo vigente no País:

a) O Estado começou a desempenhar funções cada vez mais complexas no conjunto da Economia.
b) A política econômica governamental tornou-se cada vez mais complexa e ambiciosa, chegando a configurar-se como política planificada.

Vale lembrar, entretanto, que a política econômica governamental brasileira, nem sempre foi política deliberada de desenvolvimento. Às vezes, foi apenas política de estabilização ou de integração de setores produtivos e subsistemas regionais do País.

As crises econômicas têm sido acontecimentos importantes para explicar as razões pelas quais o Estado passa a desempenhar funções cada vez mais complexas na economia brasileira. Todavia, as reações governamentais às situações de crise não significava que deveriam ser formuladas ou executadas políticas econômicas de desenvolvimento. Era necessário preservar o regime, portanto, as relações e estruturas de dominação e apropriação vigentes.

Na história econômica do País, o desenvolvimento econômico nem sempre resultou do jogo espontâneo e automático das forças produtivas no mercado, em combinação com a atividade empresarial. Por outro lado, o poder público teve um papel decisivo na criação de condições mais favorável para o funcionamento e a expansão da empresa privada, nacional e multinacional. A participação decisiva do poder público na economia brasileira resultou de certas condições estruturais. Em certas ocasiões, o setor privado nacional ou estrangeiro não poderia continuar e desenvolver-se sem que se resolvessem certos problemas institucionais ou se provmovessem determinados investimentos infra-estruturais. Assim, com a evolução crescente do sistema econômico, vários problemas foram surgindo, tais como: necessidade de investimentos de capital social e criação de economias externas, necessidade de investimentos desproporcionais, relativos às possibilidades e conveniências financeiras do setor privado, problemas de complementariedade técnica e econômica intra e intersetorial, quanto a exigências de capital, tecnologia e força de trabalho. Portanto, a ação estatal favoreceu a "racionalização" do sistema produtivo, segundo as exigências da reprodução e acumulação estabelecidas pelo setor privado.

A transição para uma economia em que o setor industrial passou a predominar (sobretudo depois de 1930) correspondeu a uma verdadeira revolução no subsistema econômico brasileiro. Essa transição implicou em uma série de reajustes e reacomodações econômicas, sociais, políticas e culturais. Como consequência, o Estado foi levado a desempenhar papéis novos e decisivos no que concerne à economia do País. Ao mesmo tempo, constatou-se a progressiva adoção de técnicas de planejamento, como instrumentos da política econômica governamental.

Nota-se que o planejamento destina-se, claramente, a transformar ou consolidar uma dada estrutura econômica e social. Concomitantemente, ele implica na transformação de uma estrutura de poder. Nas implicações políticas do planejamento há que se considerar as relações entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, no âmbito do Estado, uma vez que o planejamento implica no crescimento relativo ou na hegemonia quase que absoluta do Poder Executivo, atingindo nas bases as instituições específicas da "democracia representativa". O processo de planejamento compreende ainda, a criação de estruturas político-administrativas especiais e na formação de grupos sociais novos, como por exemplo, os tecnocratas, que podem direta ou indiretametne assumir posições favorecendo os interesses econômicos e políticos de certas classes sociais, quer nacionais, quer internacionais.

Crescendo a importância do Estado, para o conjunto do sistema econômico,

aumentaram também as exigências relacionadas com a coleta de informações, a sistematização dos dados, a análise de problemas, a formulação de previsões, a tomada de decisões, o controle de execução e a avaliação dos resultados dos planos, programas e projetos. O processo de planejamento exigiu o recrutamento contínuo de conselheiros, assessores, estatísticos, economistas, etc.; para trabalharem nos órgãos de formulação, execução e controle da política econômica governamental. Devido ao estilo do pensamento peculiar desse grupo (técnico-científico) em contraposição ao pensamento político, com predomínio em outras esferas do poder, as pessoas que compunham essa tecnoestrutura estatal passaram a representar uma dimensão nova e importante do Poder Executivo.

Assim, chegou-se a tecnoestrutura estatal que é uma estrutura de poder largamente apoiada em novas organizações burocráticas, dispondo dos recursos específicos de um certo tipo de pensamento técnico-científico.

Os membros da tecnoestrutura estatal, em resumo, põem em prática objetivos econômicos e técnicas de controle das relações de produção e apropriação por meio das quais se preserva ou modifica a forma pela qual as diferentes classes sociais participam da renda nacional.

7 – O Território Brasileiro após a Segunda Grande Guerra

O término do Segundo Conflito Mundial colocou em evidência dupla realidade: uma, de conotação mais abrangente, se reportava a uma nova era capitalista lastreada na revolução técnica e científica que se processava; outra, de âmbito mais restrito, dizia respeito à constatação dos magnos problemas advindos do fato de um país de proporções continentais como o Brasil não possuir uma adequada rede nacional de transportes.

Neste período, a ideologia do crescimento econômico, do consumo, do planejamento se constituiu no veículo mediante o qual iriam se reconstruir ou reformular os espaços nacionais. Além do Plano Marshall, relativo à reconstrução da Europa, nos outros países, verificou-se o encaminhamento de condições espaciais e institucionais favoráveis ao desenvolvimento de novas bases para a economia internacional. Para assegurá-la, em benefício dos interesses dos Estados mais poderosos, fazia-se mister equipar e integrar os territórios dos países menos desenvolvidos mediante uniões políticas ou alfandegárias e o estabelecimento de políticas econômicas, financeiras e fiscais visando à fluidez das mercadorias.

Portanto, no que concerne ao Brasil, o término da guerra e o advento de uma nova era técnico-científica foram decisivas na evolução do país e do seu território.

No pós-guerra, a atividade industrial se concentrou principalmente na metrópole paulista e arredores, acentuando a polarização da mesma. Tal fato indiciava uma mudança estrutural no esquema produtivo e uma maior seleção geográfica da produção industrial.

Assim, a modernização do País iniciada sob o Estado Novo facilitava a concentração econômica e espacial. A expansão industrial no "centro" (São Paulo) exigia, doravante, mais mercados, fora e dentro do Brasil.

Esta realidade acima exposta, principiou a exigir uma mudança política e social, além de uma reorganização do território nacional.

A construção de Brasília foi decisiva na medida em que desencadeou a construção de uma rede de estradas imprescindíveis à expansão do mercado interno e à afirmação do Estado brasileiro sobre o seu próprio território. Ao mesmo tempo tais fatos foram favoráveis à penetração do capital externo. Desta forma, a adaptação do Estado brasileiro ao modelo capitalista internacional superou o domínio industrial e se impôs, principalmente, ao setor público, à organização da educação nacional e às relações de trabalho.

No auge deste processo, os investimentos públicos e privados, os maiores contingentes populacionais e o aumento da pobreza concentram-se na chamada área "core" do País, acentuando o enfraquecimento gradativo da grande "periferia" brasileira. Para manter o modelo era indispensável retornar aos investimentos públicos mais numerosos e à uma maior injeção de recursos para as atividades de exportação, mas proteção ao grande capital, menor redistribuição ao trabalho, uma política social menos generosa e, fundamentalmente, de uma ordem ainda maior no campo político-social. Daí por diante, o que ocorreu foi a reprodução ampliada daquilo que fora feito no lapso de tempo imediatamente anterior à 1969, de tal modo que tudo cresceu ainda mais porém, no mesmo sentido: uma produção industrial extrovertida, um endividamento maior, uma maior penetração de firmas estrangeiras, uma tendência à concentração e centralização da economia, à concentração geográfica e à concentração da renda.

8 – O Território Brasileiro a Partir do Início da Década de 1970.

A política territorial adotada, foi, sem dúvida, delineada no Programa de Integração Nacional (PIN) criado em junho de 1970 e constante de "Metas e Bases Para Ação do Governo", que antecedeu o I PND.

A estratégia do PIN visava à expansão da fronteira regional pela incorporação produtiva de áreas do Centro-Oeste, com o objetivo de ampliar o mercado interno e propiciar, simultaneamente, uma maior oferta de emprego.

A Amazônia e o Centro-Oeste, neste contexto, eram vistas não mais como regiões deprimidas, mas sim como regiões fronteira de recursos.

Inicialmente, os recursos previstos para a execução do PIN foram da ordem de Cr$ 10.754,00 milhões, para o período de 1971-1974. Sucede, contudo, que o programa passou a receber contínuas injeções de recursos, uma vez que sua principal fonte era representada por 30% das importâncias deduzidas do imposto sobre a renda, à título de incentivos fiscais.

A programação inicial do PIN contemplava os seguintes projetos prioritários; construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém; implantação de projetos de colonização associados à essas rodovias; execução da primeira etapa do Plano de Irrigação do Nordeste e de projetos de colonização em vales úmidos dessa região.

A implantação da Transamazônica e da Cuiabá-Santarém e dos projetos de colonização a elas associados, visava ao deslocamento da fronteira econômica, sobretudo, da agrícola. Assim, ao longo da Transamazônica foram reservadas faixas de terra com 10Km de largura, onde seriam localizados colonos nordestinos, pressupondo-se com tal medida, também, reorientar os fluxos de mão-de-obra do Nordeste em demanda ao Centro-Sul.

Ao lado do PIN e de acordo com a Política de Integração Nacional foi também criado, em 1971, o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA), o qual objetivava o apoio ao pequeno produtor, principalmente o não-proprietário e o minifundiário, a partir de concessão de financiamentos, com juros subsidiados a amortizáveis a longo prazo e a prestação de assistência técnica e social; implantação de projetos agrícolas, em bases empresariais, bem como projetos agroindustriais.

Os recursos do PROTERRA, à maneira do PIN, adviriam dos 20% das parcelas deduzidas do imposto sobre a renda, como incentivos fiscais.

Visando ao desenvolvimento da agropecuária nas áreas não atingidas pelas secas, foi estabelecido, pelo Governo da União, o Programa Especial para o Vale do São Francisco (PROVALE).

Para a Região Centro-Oeste criou-se o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE) cujos recursos foram destinados, em primeira instância, à construção da infra-estrutura física da região.

Na região Sul, a SUDESUL passou a definir e a incrementar uma série de projetos: o Projeto SUDOESTE - I, o qual tinha por objetivo a assistência técnica aos agricultores; o Projeto Noroeste do Paraná, com a finalidade de exercer o controle da erosão urbana; o Projeto da Lagoa Mirim, envolvendo um conjunto de medidas destinadas a promover o desenvolvimento na região fronteiriça com o Uruguai, e o Projeto Litoral Sul de Santa Cataria, preconizando a implantação de complexos industriais e de infra-estrutura urbana.[12]

9 – A Estratégia Territorial no I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974)

De conformidade com o I PND a política de integração nacional far-se-ia através de uma estratégia de desenvolvimento regional, com o objetivo de formar um amplo mercado interno, capaz de assegurar um crescimento regional auto-sustentável e possibilitar uma progressiva desconcentração econômica. Os principais instrumentos de intervenção seriam os incentivos fiscais, o PIN e o PROTERRA.

A política de integração nacional, nesta fase, contribuiu para que o conceito de desenvolvimento autárquico do Nordeste fosse superado propugnando-se pela sua crescente articulação econômica com as demais regiões do País. Outras providências também foram tomadas, quanto ao processo de desenvolvimento, no sentido de modernizar o setor agrário, introduzir melhorias tecnológicas, reorganizar a estrutura fundiária e transformar a agricultura tradicional em atividade econômica com características empresariais.

Por outro lado, procurou-se dinamizar a indústria nordestina através do Programa Especial de Apoio Financeiro às Indústrias Básicas do Nordeste, criado em 1972 e executada pelo BNDE.

Paralelamente, ampliou-se o fluxo de transferências federais para os Estados do Nordeste e intensificou-se a ação dos bancos oficiais na região.

No que tange à estratégia para a Amazônia foi dada seqüência à implementação de rodovias de penetração, construção de aeroportos de função estratégica (Manaus) e ampliação do sistema de telecomunicações (radiodifusão). Intensificou-se, inclusive, a implantação de projetos de colonização, sobretudo ao longo da Transamazônica.

Aos programas destinados à região amazônica, o I PND acrescentou o Projeto RADAM, cujo objetivo era proceder ao levantamento dos recursos naturais, sobretudo no que concerne à localização de depósitos minerais e à identificação de áreas propícias para a agricultura. O RADAM foi ampliando a sua esfera de atuação, chegando a cobrir cerca de 4,8 milhões de Km^2. Finalmente, em 1975, foi estendido às demais regiões do País.[13]

10 – A Estratégia Territorial no II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)

Neste plano, a estratégia de integração nacional revestiu-se de duas preocupações fundamentais: o melhor equilíbrio econômico-político entre as diferentes regiões, seja dentro do Centro-Sul, seja das outras macrorregiões em relação ao Centro-Sul e a colocação geopolítica da interação entre utilização econômica do grande espaço brasileiro, realização da vocação do Brasil de supridor de produtos agrícolas e política demográfica que considerava o respeito ao arbítrio dos casais, na fixação do tamanho das famílias.

A política de incentivos fiscais sofreu visível modificação com o advento do II PND. Em 1975, com o início das operações do Fundo de Investimento do

Nordeste – FINOR – e do Fundo de Investimento da Amazônia – FINAM – verificou-se uma série de vantagens; maior equilíbrio entre a oferta e a demanda de incentivos, uma vez que as agências que os administravam tinham que subordinar os cronogramas de liberação ao volume de recursos disponíveis; eliminação automática das comissões de corretagem e intermediação na captação dos incentivos; possibilidades de aporte de recursos da União, sem que houvesse implicação na participação acionária nos projetos beneficiados com incentivos; possibilidade de realocação dos incentivos entre os diferentes setores e regiões, embora respeitando-se as opções privadas.

Os incentivos fiscais do FINOR somados aos recursos provenientes de bancos oficiais facultaram ao Governo da União, a execução da estratégia de industrialização do Nordeste, delineada nos fins de 1974. Essa estratégia considerava que já fora alcançada razoável diversificação industrial e expressiva modernização das indústrias tradicionais nordestinas. Assim sendo, deveriam merecer maior ênfase, a formação de complexos industriais integrados, a integração entre a transformação industrial e a agropecuária (agroindústrias) e a ampliação do processo de diversificação e complementariedade industriais.

Entre os principais complexos industriais em implantação ou a serem implantados valeria ressaltar os seguintes:

a) Pólo Petroquímico do Nordeste, localizado em Camaçari (BA) com vistas à produção de matérias primas e produtos derivados, além de implantação de centrais de utilidades, de serviços e de manutenção;
b) Complexo Cloroquímico de Alagoas, o qual entrou em operação em 1977, utilizando as ricas jazidas de salgema, localizadas nas proximidades de Maceió, e tendo como objetivo a produção de soda cáustica, cloro e produtos derivados;
c) Complexo de Fertilizantes, abrangendo a produção de nitrogenados, a partir das jazidas de Carmópolis (SE);
d) Complexo Eletro-Metal-Mecânico, compreendendo a implantação da Usina Siderúrgica da Bahia (USIBA) e da usina de magnésio metálico (a localizar-se em Sergipe), a elevação da capacidade de produção da Alumínio Brasil Nordeste S/A, e a produção de oxicloreto de cobre, cobre metálico e ácido sulfúrico;
e) Complexo Têxtil e de Confecções, através do qual estavam previstas a implantação de 2 milhões de novos fusos, que seriam adicionados aos 600 mil existentes, e de 60 milhões de peças/ano;
f) Complexo do Couro, tendo como base a ampliação e modernização da indústria de curtumes, calçados e artefatos de couro.

No que concerne à diversificação e complementariedade industriais, foi estimulada a expansão da indústria de cimento, a produção de plásticos e fibras sintéticas e o fortalecimento das pequenas e médias empresas.

No que diz respeito às agroindústrias, foi criado o Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste, que vinha concedendo apoio creditício à instalação de unidades produtivas.

Ainda, no âmbito da Política de Integração Territorial, a ação no meio rural nordestino se manifestou através de três programas especiais; O Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE), o Programa de Irrigação do Nordeste e o Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste – Projeto Sertanejo.

O POLONORDESTE concentrou sua atuação em 30 projetos de desenvolvimento rural integrado e projetos de colonização abrangendo todos os Estados do Nordeste e

atendendo a cerca de 35 mil produtores rurais. As ações desenvolvidas pelo POLONORDESTE compreendiam desde a implantação de serviços sociais básicos (educação de primeiro grau, assistência médica preventiva e curativa e abastecimento d'Água simplificado) até a prestação de serviços de apoio à produção (crédito rural, assistência técnica, fornecimento de insumos e de mudas e sementes selecionadas, e fortalecimento da infra-estrutura de comercialização).

O Programa de Irrigação do Nordeste, a cargo do DNOCS e CODEVASF, vinha sendo executado com o objetivo de incorporar produtivamente, cerca de 145 mil ha de terras que seriam ocupadas sob o regime de irrigação.

O Projeto Sertanejo, cuja execução teve início em 1977, tinha como principal objetivo organizar e apoiar as unidades de produção agropecuária (sobretudo as pequenas e médias) da área semi-árida do Nordeste, de modo a conferir-lhes maior capacidade de resistência aos efeitos da seca.

No que concerne à Amazônia, foi criado o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – POLAMAZÔNIA, com o objetivo de promover o aproveitamento integrado das potencialidades agrominerais, agroindustriais, florestais e minerais, mediante esforços concentrados em 15 polos selecionados.

As idéias de ocupação seletiva e de polarização do desenvolvimento, que presidiram à concepção do POLAMAZÔNIA, visavam ao fortalecimento de núcleos e áreas capazes de receber, adequadamente, a iniciativa privada, numa sequência em que a criação ou complementação da infra-estrutura se antecipavam às atividades diretamente produtivas, facilitando e motivando seu surgimento.

Caberia, ainda referência a alguns projetos mineroindustriais de porte, o projeto de mineração de bauxita, liderado pela Companhia Vale do Rio Doce – CVRD –, no Pólo Trombetas (Pará); o Complexo de Alumínio, (ALBRAS-ALUNORTE), também liderado pela CVRD e o Projeto Carajás (minério de ferro). Finalmente, a SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus) já facultara a implantação de 168 projetos industriais, gerando empregos e possibilitando também a integração das indústrias com a economia regional e nacional.

A Região Centro-Oeste, dentro da política territorial preconizada pelo Governo da União foi destacada mediante a execução de quatro programas especiais; o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), Programa Especial da Região da Grande Dourados, o Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal e o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília. Valeria ressaltar, também, que a área do Centro-Oeste, incluída na Amazônia Legal foi beneficiada com os incentivos fiscais do FINAM e com execução de obras do POLAMAZÔNIA, em 5 pólos.

O POLOCENTRO tinha por objetivo a exploração racional dos cerrados, abrangendo 12 áreas (5 em Goiás, 2 em Mato Grosso, 2 em Mato Grosso do Sul e 3 em Minas Gerais). Sua execução permitiria a incorporação ao processo produtivo de cerca de 3 milhões de hectares, compreendendo desde a concessão de crédito subsidiado até a implantação de projetos de pesquisas, experimentação e promoção agropecuária, de florestamento e reflorestamento, de assistência técnica e de fortalecimento da infra-estrutura de apoio (eletrificação rural, armazenagem, comercialização, transportes, etc.)

O Programa de Desenvolvimento do Pantanal visava ao melhor aproveitamento das potencialidades do Pantanal Mato-grossense, bem como assegurar sua integração ao restante do País. Propunha-se, principalmente, a complementar a infra-estrutura da região, mediante: a construção de rodovias; a regularização dos cursos d'água, propiciando melhorias na navegação e controle das enchentes; execução de obras de saneamento geral;

expansão da oferta de energia; melhoria das pastagens; introdução de técnicas de defesa sanitária e manejo agropecuário; apoio à industrialização de matérias primas locais, sobretudo carnes e derivados; estímulo ao aproveitamento de recursos minerais.

O Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados objetivava a promoção do desenvolvimento agrícola de uma área localizada em Mato Grosso do Sul, cobrindo uma superfície de aproximadamente 78 mil Km^2, cujo pólo era a cidade de Dourados. A pretensão governamental seria a de dotar a região acima aludida, de uma melhor infra-estrutura, principalmente no que concernia ao transporte e à comercialização, bem como proporcionar adequadas condições de crédito à produção. Especial atenção seria dada também às técnicas de conservação de solos, tendo em vista os problemas de erosão verificados em áreas vizinhas do Paraná, e já ameaçando a região.

O Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília buscaria a integração da área periférica do Distrito Federal ao processo de desenvolvimento regional, através da execução de programas de fortalecimento de núcleos urbanos selecionados, ampliação da infra-estrutura física e hierarquização dos centros urbanos de influência sub-regional.

As regiões Sudeste e Sul do Brasil também foram beneficiadas com programas especiais de desenvolvimento regional. Cumpriria lembrar, neste sentido, o Programa Especial do Norte Fluminense, cujo objetivo seria a promoção do desenvolvimento agrícola da região norte do Estado do Rio de Janeiro, mediante a execução de obras de regularização de bacias hidrográficas, drenagem e recuperação de terras, realização de pesquisas agropecuárias e de estudos sobre oportunidades agroindústriais, prestação de assistência técnica, treinamento de mão-de-obra e fortalecimento da infra-estrutura de comercialização agrícola.

O Programa Especial do Oeste do Paraná, contemplava a execução de obras atinentes aos setores educação, transportes, saneamento básico e ambiental, desenvolvimento urbano e comunicações, na área de influência do projeto Itaipu. Além disso, foi dada seqüência a implantação de projetos SUDOESTE - I, Litoral Sul de Santa Catarina, Noroeste do Paraná e Lagoa Mirim.

A política de redivisão territorial permitiu a execução de dois projetos de inequívoca importância: a fusão Guanabara-Estado do Rio de Janeiro, a qual propiciou a criação de um novo e poderoso pólo de desenvolvimento, no núcleo mais desenvolvido do País, de modo a assegurar um melhor equilíbrio econômico-geográfico no triângulo São Paulo-Rio-Belo Horizonte e a criação do Estado de Mato Grosso do Sul, atentando para uma questão de fundo eminentemente geopolítico, uma vez que as dificuldades da gestão de uma unidade de dimensão superlativa, potencialmente rica e dispondo de uma extensa linha fronteiriça internacional seria, sem dúvida, uma tarefa de envergadura.[14]

11 – Reflexões sobre a Política Territorial do Brasil

O território brasileiro, como sempre ocorreu também com os demais países dependentes, sempre foi alvo de transformações levadas a termo para facilitar o funcionamento do sistema capitalista mundial. A integração deste espaço nas sucessivas fases das relações capitalistas internacionais foi, também, uma realidade irrefutável. Nesta última fase o capitalismo financeiro transnacional decidiu ocupar todos os espaços mundiais.

"O tempo em que, doravante, viverá o Brasil resultará da superposição, incompleta na maioria dos lugares, entre um "tempo" estatal, burocrático, imposto à totalidade dos cidadãos, e um "tempo" transnacional, mediado pelas empresas transnacionais presentes no país, que vão imprimir um ritmo próprio, mais veloz, às suas próprias atividades, tentando arrastar outras a esse ritmo, enquanto muitas não poderão seguí-lo"[15] Assim sendo,

as condições relativas da totalidade das atividades nacionais tenderão a mudar, modificando a força espacial de cada empresa e, consequentemente sua capacidade de distribuir o que produz, o período de tempo em que tais produtos se transformam em mercadoria, o nível de lucro de cada uma, a proporção que lhes caberá na mais-valia gerada pela nação como um todo e as possibilidades de realização da acumulação.

Vale ressaltar que as empresas de portes diferentes públicas e privadas, têm o espaço como um dos seus campos, onde se realiza a produção, a circulação, a distribuição e o consumo. O espaço urbano e o dos distritos industriais, a reorganização e a ampliação da rede viária do País, incluindo os portos e corredores de exportação são, portando, alvos de atenções especiais, tendo em vista o significado dos mesmos para a agilização e êxito do sistema. Além de em muito ter contribuído para a melhoria da infra-estrutura dos espaços onde se alojam ou se alojarão tais empresas transnacionais, o Estado brasileiro tem a elas oferecido outras facilidades no domínio das finanças e no domínio fiscal, no dos preços e do custo da mão-de-obra, contribuindo, dessa maneira, para que o chão do Brasil passasse a ter um valor diferente (de uso e de troca) segundo o poderio econômico, tecnológico, organizacional e mesmo político daquele que o ocupa.

No caso brasileiro, em virtude da importância que tem o mercado interno, o setor exportador e outros setores no produto global das transnacionais, estes, como não poderia deixar de ser acabam se submetendo à lógica e ao ritmo de tais empresas. Assim, áreas fundamentais da economia nacional e tudo o que repousa sobre o território nacional passam a ser submetidos, em graus diferentes, a uma lei não elaborada dentro do país e que, em parte, independe do concurso do Estado.

A análise mais acurada da implantação e execução da política territorial definida pelo governo brasileiro, através dos inúmeros programas e projetos elencados anteriormente, sobretudo a partir dos anos setenta, tem evidenciado o quão longe está o planejamento territorial, do equacionamento dos verdadeiros problemas que afligem a coletividade nacional.

12 – A Geopolítica e o Estado

A análise da estratégia de integração nacional proposta pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento (I e II) evidencia, claramente, a estreita vinculação da mesma ao pensamento geopolítico dos militares brasileiros.

De fato, um dos grandes artífices da geopolítica brasileira contemporânea, o General Golbery do Couto Silva, já a delineara nos seus aspectos fundamentais;

> "Na verdade, o Brasil, é bem um 'império', vasto império compacto, de ampla frente marítima e dilatada fronteira continental eqüidependentes quase em torno do eixo que vai do cabo Orange à barra do Chuí".
> "Ocupa sem dúvida, aquela frente marítima, uma posição um tanto marginal no caprichoso contorno do oceano mundial em que o Atlântico Sul é nada mais que um golfão ainda excêntrico".
> "Estende-se aquela fronteira terrestre, em grande parte, através do deserto em que a Hiléia domina como vastíssimo cinturão protetor".
> "Essas condições, favoráveis de início é que asseguram o indispensável grau de imunidade a ações de conquista, mantida em potência ou duração, provindas do exterior".
>
> "É de fato, a própria insularidade, em proporções continentais".[16]

A este enfoque global do território em face das pressões externas, segue-se a radiografia interna traduzida no levantamento de áreas geopolíticas e dinâmicas. Assim, destaca o General Golbery:

"– uma área geopolítica de reserva geral ou de manobra central – São Paulo, Rio de Janeiro e Guanabara, Espírito Santo, Minas Gerais e Sul de Goiás com o Distrito Federal;
– uma área geopolítica da ala norte abarcando os Estados do Nordeste, desde a Bahia até o Maranhão;
– uma área geopolítica do Oeste, reajustada aos contornos de Mato Grosso e mais o Território de Rondônia;
– finalmente, uma área geopolítica da Amazônia-Amazonas, Acre e Território do Amapá e Roraima".

No pensamento do autor, o hertland brasileiro, situado no Planalto Central, em torno do Distrito Federal "traz inscrito em si mesmo um destino imperial manifesto". Isto em termos de uma Geopolítica intra-fronteiras. Concebe, o General, o estiramento da área geopolítica de reserva global ou de manobra central ainda mais a noroeste para fincar o seu vértice interior na região do "Heartland Central", alargando assim, até essa região estratégica, a influência dinamizadora, do núcleo irradiador de progresso. O heartland abrangido pela área de manobra central representaria um impulso decisivo à política de continentalidade, à concretização da Marcha para o Oeste realizada, atualmente, pelos instrumentos modernos de conquista de terra, tecnologia industrial e agrária, energia, transportes e pesquisa. Golbery pensa na vertebração do território e integração dos espaços vazios, partindo de um núcleo progressista ampliado pela integração do Planalto Central; assim, numa perspectiva futura, a dinamização do processo integrador se auto-alimentaria.

Como características dominantes da geopolítica brasileira aponta Golbery:

"– geopolítica de integração e valorização espaciais;
– geopolítica de expansionismo para o interior e, também, de projeção pacífica no exterior;
– geopolítica de contenção, ao longo das linhas fronteiriças;
– geopolítica de participação na defesa da civilização ocidental;
– geopolítica de colaboração continental;
– geopolítica de colaboração com o mundo subdesenvolvido de aquém e além mar;
– geopolítica de segurança ou geoestratégia nacional, em face da dinâmica própria dos centros externos do poder".

O pensamento geopolítico brasileiro foi aprofundado a partir de 1949 quando a Comissão encarregada de realizar o 1º anteprojeto de Regulamento da Escola Superior de Guerra-ESG propôs as idéias que deveriam inspirar a sua criação.

"– o surgimento de um conceito de Segurança em substituição ao de Defesa;
– a consciência de que o Brasil possuía os requisitos para chegar a grande potência;
– a crença de que o desenvolvimento vinha sendo retardado por incapacidade de planejamento e execução governamental;
– a necessidade de elaborar um método de formulação da política nacional.

De 1949 a 1964, a ESG não teve maior influência nas decisões de governo. Todavia,

formulou a sua doutrina de segurança nacional e pesquisou profundamente no campo do desenvolvimento.

Entretanto, com o advento de 1964, conforme afirma o General Meira Mattos "a doutrina da ESG já estava formulada e exercitada em termos laboratoriais ou escolares. Foi fácil para o Chefe da Revolução, o Presidente Castelo Branco, e seus principais assessores Golbery, Ernesto Geisel, Juarez Távora, Cordeiro de Farias, todos ex-militares, participantes ativos na formulação dessa doutrina, pois todos haviam pertencido aos quadros da ESG, transferirem-se para a prática governamental a doutrina formulada durante 14 anos no casarão do Forte de São João". [17]

A transferência da doutrina da ESG para a prática governamental torna-se ainda mais evidente quando se nota, com clareza, que o General Golbery como um dos seus grandes ideólogos aceita a definição de Spykman, para o qual a geopolítica é a "planificação da política de segurança de um Estado, em relação aos seus valores geográficos". O General continua explicando que a "geopolítica é sobretudo uma arte – arte subordinada à Política e, em particular, à Estratégia ou Política de Segurança Nacional, tratando de orientá-la à luz da geografia dos espaços politicamente organizados pelo homem. Seus fundamentos radicam pois, em uma Geografia Política, mas seus propósitos projetam-se dinamicamente até o futuro."[18] Prosseguindo o aludido autor ainda salienta: "Para nós, a Geopolítica é nada mais que a fundamentação geográfica de linhas de ação política, ou melhor, a proposição de diretrizes formuladas à luz dos fatores geográficos em particular, de uma análise baseada sobretudo nos conceitos básicos de Espaço e de Posição. É portanto, um dos ramos da política, como o havia imaginado o próprio Kjellen e como o qualificou o mestre Backeuser: "política como resultante das condições geográficas"[19]

A reflexão em torno das idéias do General Golbery mostra claramente que esta geopolítica, nos moldes em que foi concebida, é uma ideologia do Estado autoritário. Interessa-lhe, apenas, como objeto de estudo, as mitificações do Estado – espaço físico, segurança, crescimento orgânico, etc. Assim sendo, para os seus artífices, o povo só aparece quando é instrumento do Estado, sendo considerado como uma entidade a ser controlada e manipulada de acordo com os propósitos da segurança interna e externa do Estado.

As colocações feitas acima e aliadas às características dominantes da geopolítica brasileira, de autoria do General Golbery, já expostas em parágrafo anterior levam à constatação de uma doutrina geopolítica de projeção continental, impregnada com os conceitos de Doutrina de Segurança Nacional pós-1964, que na emergência do Estado Militar autoritário conduz à aplicação de poder com conotação ideológica de força.

Esta geopolítica embasa ideologicamente o processo de expansão subimperialista do governo militar pós-64. Todavia, surgiram, por questões de conveniência do próprio governo, "duas" geopolíticas: uma, de "projeção pacífica até o exterior" e outra, que é a mesma na sua expressão prática justificando o domínio econômico e político que resulta dessa "projeção pacífica".

Os Planos Nacionais de Desenvolvimento (I e II) nas suas proposições relativas à Política de Integração Nacional e à Estratégia Econômica Externa deixaram entrever perfeitamente os desígnios geopolíticos dos governos militares brasileiros.

Assim, no I PND, a Política de Integração Nacional está assim delineada:

> "A integração nacional, com significado primordialmente econômico-social, destina-se, do ponto de vista da demanda, a criar mercado interno, capaz de manter crescimento acelerado e auto-sustentável, e, do ponto de vista da produção, a permitir a progressiva descentralização econômica. Isso se fará

pelo estabelecimento de pólos regionais no Sul e no Nordeste, de sentido integrado agrícola-industrial, assim como no Planalto Central e na Amazônia, notadamente agrícola-mineral, complementando-se dessa forma o grande pólo do núcleo São Paulo-Rio-Belo Horizonte.

Além da integração de sentido Norte-Sul, entre áreas menos desenvolvidas e mais desenvolvidas, realizar-se-á a integração de sentido Leste-Oeste, principalmente para permitir a associação destes fatores, relativamente abundantes nas duas áreas; no Nordeste, mão-de-obra não qualificada, e na Amazônia-Planalto Central, terra e outros recursos naturais. Isso implica reorientação dos fluxos migratórios, afim de evitar que se dirijam para os núcleos urbanos do Centro Sul"[20]

No II PND, a Política de Integração Nacional está lavrada nos seguintes termos:

"Na etapa que se inicia, o Governo define a estratégia de integração nacional dentro de duas preocupações principais:

- O melhor equilíbrio econômico-político entre as diferentes regiões, seja dentro do Centro-Sul, seja das outras macrorregiões em relação ao Centro-Sul.
- A colocação geopolítica da interação entre utilização econômica do grande espaço brasileiro, realização da vocação do Brasil de supridor de produtos agrícolas e política de população".

"A estratégia de integração nacional considera o Nordeste, a Amazônia e o Centro-Oeste dentro de política global, que vê em conjunto essas três regiões, no fluxo de fatores de produção entre si (para melhor combinação de mão-de-obra, terra e outros recursos naturais), ou no fluxo de produtos atendendo certos segmentos da indústria do Nordeste a áreas próximas das outras regiões (para ampliação de mercado).

Tal política, igualmente, leva em conta as relações de tais macrorregiões com o Centro-Sul, do ponto de vista principalmente do fluxo de mercadorias, num sentido e no outro, e do fluxo de capitais e tecnologia, do Centro-Sul para as outras áreas.

Está o Brasil realizando um esforço de desenvolvimento regional, colonização e ocupação produtiva que é dos maiores, senão o maior, no mundo atual". [21]

Segundo o pensamento do Estado Autoritário, para a implementação da Política de Integração Nacional, dentro dos cânones geopolíticos anteriormente estudados, fazia-se mister criar a "mística do desenvolvimento", particularmente naquelas regiões de aplicação da política de expansão econômica e fundar os quadros dirigentes, os organismos de ação e controle, a fim de combinar as vantagens da centralização do planejamento e das decisões, com a necessidade de execução descentralizada.

Ao Governo também não escapou que a busca do desenvolvimento programado e sistematizado, pelos países possuidores de imensos territórios vazios, como o Brasil, passaria a ter maior incremento após a Segunda Grande Guerra, quando se começou a aplicar ao espaço as teorias de planejamento desenvolvidas por escolas européias e norte-americanas.

Procurando solucionar os problemas decorrentes dos desequilíbrios espaciais, tais escolas, desenvolveram teorias que consistiam, em sua essência, na concentração de recursos que emanam forças centrífugas e para os quais forças centrípetas são atraídas. Quatro dinamismos impulsionam o processo desenvolvimentista; demográfico, da inovação, da dominação (direção) e dos grupos sociais(motivação e coesão).

A partir da década de 70, quando o Programa de Integração Nacional foi lançado, o Estado Brasileiro decidiu adotar a teoria dos pólos de desenvolvimento.

Vale ressaltar que a teoria da polarização, antes mesmo de entendida de forma sistemática, já havia sido aplicada empiricamente quando se criou o centro de irradiação de Brasília (nessa época ainda não se falava em pólo), cujo objetivo outro não foi senão o de criar um ponto de concentração de interesses e de recursos no centro do território nacional, buscando-se os efeitos de irradiação na aceleração da "marcha para o oeste".

Todavia, o pólo, nas regiões de fraca densidade demográfica não pode ser implantado fora de um sistema; não sobreviveria ao isolamento. O sistema de polarização deveria pois integrar-se, de conformidade com os artífices da estratégia espacial nacional, num conjunto operacional em que os espaços interpolares pudessem receber a dinamização dos pólos articulados. Para tanto, os pólos precisariam ser ligados por sistemas de transportes, no mínimo, e também por sistemas de telecomunicações, quando em estágio mais adiantado.

Após a implantação do PIN, o governo brasileiro adotou a teoria da polarização, criando vários programas baseados nessa estratégia de estímulo ao desenvolvimento sócio-econômico: Programas POLAMAZÔNIA, POLONORDESTE, POLOCENTRO, etc.

Pelo exposto, a Política de Integração Nacional explícita nos Planos Nacionais de Desenvolvimento (I e II) ao definir a estratégia espacial global do País através de um "esforço de desenvolvimento regional integrado", convida à reflexão no que concerne aos seus contornos geopolíticos e às teorias por ela adotadas.

13 – As Bases Geopolíticas

No que diz respeito às bases geopolíticas, a Política de Integração Nacional obedeceu rigorosamente à três características dominantes da geopolítica brasileira definida pelo General Golbery:

> "– geopolítica de integração e valorização espaciais;
> – geopolítica de expansionismo para o interior, e, também, de projeção pacífica no exterior;
> – geopolítica de segurança ou geoestratégia nacional, em face da dinâmica própria dos centros externos do poder."

No que diz respeito à "geopolítica de integração" e valorização espaciais", a política territorial do Estado autoritário executada através de órgãos governamentais e empresas privadas nacionais e estrangeiras levou às seguintes constatações:

- o comprometimento do Estado brasileiro com a difusão, no espaço nacional, do capital financeiro e monopolista;
- a utilização de terras, sobretudo na Amazônia, como reserva de valor e/ou para fins especulativos, dado o caráter subsidiado com que se realizam as aquisições.[22]
- a construção de rodovias, sob a alegação de razões de "segurança nacional" e de "desenvolvimento econômico", mas que na realidade, em muito contribuíram para a difusão do capital monopolístico;
- a sincronia existente entre os interesses do capital, da burguesia e do Estado autoritário através da abertura de espaços nacionais ainda pouco ou não explorados ao desenvolvimento extensivo do capitalismo nacional estrangeiro;
- o recrudescimento da questão fundiária nas diferentes regiões do País, no que tange às questões de uso, posse, propriedade e domínio da terra;

- o agravamento da situação dos trabalhadores rurais desempregados, subempregados ou superexplorados do Nordeste, Sul e outras regiões, que haviam iniciado uma longa marcha em busca de novas terras;
- o fracasso da "colonização dirigida" que acabou assumindo a conotação de iniciativa bem sucedida de contra reforma-agrária;
- o alastramento da ideologia da classe dominante que escudada em iniciativas de "colonização", "ocupação" e "integração" acabou logrando a livre e indiscriminada atuação do capital financeiro, sob condições monopolísticas em espaços cada vez maiores do País, aumentando de maneira inquietante as desigualdades espaciais e sociais.

No que concerne à "geopolítica de expansionismo para o interior e, também, de projeção pacífica no exterior" a ocupação da Amazônia, à guisa de exemplo mais eloqüente, sugere, de conformidade com a geopolítica do Estado autoritário, a transformação de outros espaços sul-americanos em espaços amazônicos. Reside aí a realização concreta do expansionismo brasileiro, como pode ser depreendido nas próprias palavras de um dos artífices desta geopolítica expansionista, o General Meira Matos.

> "No governo do Presidente Médici um novo e alentado impulso foi dado à articulação da área amazônica com o Planalto Central, assim como à própria articulação da bacia do 'grande rio'. Surgiram, os seguintes projetos rodoviários, extremamente arrojados: Transamazônica; Porto Velho - Manaus; Manaus - Boa Vista (Roraima), na região fronteiriça com a República da Guiana e Venezuela; Rio Branco (Acre) Cruzeiro do Sul, na região fronteiriça com o Peru; Perimetral Norte, ligando no sentido Este-Oeste as áreas fronteiriças da fronteira Norte, com a Guiana Francesa, Suriname, República da Guiana, Venezuela e Colômbia (...)"
>
> "Estes projetos rumo ao Norte e ao Nordeste amazônico como que despertaram nossa vocação continental. Permitiram-nos reavaliar capacidades. Na medida em que estão sendo realizados, descobrem novas riquezas adormecidas nas entranhas da terra ou esquecidas na selva jamais penetrada – o estanho de Rondônia, a bauxita do rio Trombetas, o ferro e o manganês da serra de Carajás, o urânio de Roraima, as inúmeras áreas agricultáveis e de pastagens existentes na duas ladeiras da bacia amazônica, a do Planalto Central e a da cordilheira das Guianas. É um novo Brasil que desperta e se incorpora ao patrimônio econômico da nação. Mas, também, imensas áreas dos países vizinhos, olvidados como as nossas na solidão da floresta, começam a acordar ao toque de chegada da tecnologia a essas longínquas paragens fronteiriças.
>
> Também ali, as capacidades são reavaliadas, as potencialidades despertadas, os interesses previstos, e o que é mais importante, nasce a possibilidade de vertebrar-se, não apenas a Amazônia Brasileira, mas uma Amazônia sul-americana, através de um sistema misto estrada-rio. A idéia de articular e acrescentar ao patrimônio econômico dos respectivos países as áreas fronteiriças interiores – do Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa – adquire força de viabilidade"[23]

Assim, as razões da geopolítica militar são também as razões do desenvolvimento capitalista da empresa privada nacional e estrangeira. Portanto, o "milagre amazônico", a " articulação da bacia do grande rio" ao "patrimônio econômico da nação", o despertar da "vo-

cação continental" do Brasil são, simultaneamente, formulações da ideologia e prática do Estado autoritário e do capital, que acabaram se materializando com o advento do Pacto Amazônico.

Aliás, o II PND quanto à esta questão já se manifestara de forma explícita: "O Brasil continuará preconizando a maior abertura possível de cooperação econômica entre os países da América Latina, como o verdadeiro caminho para a viabilização futura dos esquemas de integração econômica. Além dos múltiplos programas de integração física e de intercâmbio empresarial que tem realizado, principalmente com os países vizinhos, tem o Brasil inovado na busca de novas formas de integração, pela realização de projetos binacionais, nos campos da energia e indústrias básicas, em particular"

Assim sendo, o Pacto Amazônico assinado a 3 de julho de 1978 por oito países amazônicos: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, tinha como objetivo a "promoção de forma conjunta e racional, do desenvolvimento da bacia amazônica".

Teoricamente, é um projeto em perfeita sincronia com os ideais unitários herdados da independência hispano-americana e que poderia até contribuir para a formação da "Pátria Grande" dos latino americanos.

Todavia, as bases da geopolítica do Estado autoritário e a experiência equivalente ao Pacto, que se desenvolve na Bacia do Prata, demonstra que os propósitos iniciais de desenvolvimento conjunto podem ser desvirtuados, transformando-se num pretexto que camufla tendências hegemônicas de um dos países membros, no caso, o Brasil.

O Pacto Amazônico adequa-se perfeitamente à doutrina das fronteiras vivas.

A análise do pensamento do General Golbery bem evidencia o que acima foi dito. Segundo ele "é necessário que não esqueçamos que o vazio de poder, como centro de baixas pressões, atrai os ventos desenfreados da cobiça de todos os quadrantes...".

Para impedir que os espaços vazios brasileiros terminassem em mão estrangeiras, o general aconselhava; "que se instalem prontamente, no cinturão dessa zona vazia, postos avançados de nossa civilização, convenientemente equipados para que possam atestar a posse indiscutível da terra (...) É necessário tamponar o deserto" ... De acordo com Golbery, o perigo vinha dos países vizinhos. Equivocou-se totalmente, porquanto, o processo de ocupação dos vazios da Amazônia brasileira, está sendo levado a termo por cidadãos e empresas de países muito mais distantes.

Por outro lado, são os países vizinhos que estão preocupados com a infiltração brasileira ao longo dos 15.700 Km de fronteiras terrestres do Brasil. E, o que torna a situação mais séria é que os países limítrofes "não estão tamponando seus respectivos desertos".

Assim, no que concerne ao Pacto Amazônico, ao tempo das negociações, a principal oposição foi protagonizada pelos representantes do Peru e da Bolívia. A objeção maior envolvia a expressão "integração física" contida no anteprojeto do Itamarati. As causas da desconfiança dos países vizinhos era procedente, porquanto, em 1976 residiam nos vales do rio Abunã, Xipamanu e Acre, na Amazônia boliviana e dos rios Purus e Jacuã, do lado peruano, um mínimo de 10.000 famílias brasileiras.

Na realidade, eram camponeses pobres brasileiros que, expulsos de suas terras pelos latifundiários do seu próprio País, em face da política agrária do Estado autoritário, atravessaram as fronteiras, constituindo a "massa de manobra" na aplicação da estratégia das "fronteiras vivas", no processo de "integração física" ao qual o governo brasileiro estava submetendo os países limítrofes.

Parece claro que um dos pilares da geopolítica brasileira, concebida pelo General Golbery: "geopolítica de expansionismo para o interior e, também, da projeção pacífica no exterior" está sendo gradualmente consumada.

Obviamente, esta invasão pacífica de camponeses brasileiros sem terra terá possibilidades de ser ampliada e acelerada com a abertura das fronteiras estabelecidas pelo projeto brasileiro do Pacto Amazônico.

Finalmente, quanto à "geopolítica de segurança ou geoestratégia nacional, em face da dinâmica própria dos centros externos do poder", esta se realiza dentro de sua própria mística que considera o nacionalismo a aplicação de métodos geopolíticos na condução do Estado.

Desenvolvendo o seu pensamento o General Golbery considera que: "como o Estado-Nação é o organismo político soberano na atual etapa de evolução do mundo, a Geopolítica Nacional transforma-se em um núcleo doutrinário fundamental"[24].

O inusitado nacionalismo do General Golbery cria uma teoria da dependência do Brasil aos Estados Unidos e ao Ocidente. Para o General, "não se admite nenhuma discussão que o Brasil depende essencialmente – e quanto! – do resto do Ocidente e, em particular dos Estados Unidos, para seu comércio, seu desenvolvimento econômico, seu progresso técnico e cultural e inclusive para sua própria segurança". Dentro desta lógica compete ao Brasil "lutar contra o expansionismo soviético que pretende dominar o mundo".

Torna-se evidente que uma ideologia que mitifica o nacionalismo, confundindo-o com a supremacia do estado sobre a Nação, levou, dentro da concepção do Estado brasileiro, a uma prática anti-comunista violenta. De fato, nesta ordem de idéias continua o General Golbery: "Assim tudo leva a crer que o brutal desencadeamento de uma guerra atômica total só poderá surgir por decisão fria e calculista dos senhores absolutos do Kremlin. Inclusive há quem considera – e o conhecido especialista em assuntos soviéticos doutor Raymond Gartoff assim o pensa – que os comunistas apenas esperam a oportunidade conveniente, seguros que poderão resistir muito melhor que os Estados Unidos aos duros golpes atômicos e (...) lhes será possível, então, submergir e dominar a Europa como primeiro passo decisivo para a conquista do mundo (...)"

Assim, de acordo com o General Golbery "o que nos ameaça hoje, como ontem, é algo dirigido não propriamente contra nós, mas indiretamente contra os Estados Unidos da América." Portanto, devemos "defender" os Estados Unidos e o Ocidente para evitar a expansão soviética. O nosso apoio ao sistema de "defesa" dos Estados Unidos, no entender do militar em questão, deve ser total uma vez que aquele País "já se comprometia à fundo na defesa da Europa como plataforma de ataque ou simplesmente de salto sobre o oceano até o continente africano, onde já se situa, ao norte, o cinturão de importantes bases aéreas através das quais se espera qualquer avanço comunista até o oeste e martelar o coração industrial da Rússia".

Para fortalecer este sistema de "defesa" recorda Golbery que o "espaço" brasileiro poderá contribuir para reforçar o referido porquanto "...nosso nordeste é inigualável porta-aviões que dará aos combates norte-americanos que demandem à África e Europa a segurança da travessia oceânica, na parte mais estreita e, portanto, menos vulnerável do Atlântico."

Esta geopolítica, sem dúvida, reforça um sistema de dominação interna porque está estreitamente vinculada à Doutrina de Segurança Nacional, a qual, por seu turno, coloca as forças do Estado-Nação a serviço de um programa de tensão política internacional no confronto USA-URSS, segundo o próprio General:

> "Agora bem, se consideramos dessa maneira a realidade dos fatos e a singular posição do território brasileiro no grande conflito atual em que se enfrentam, realizando a clarividente profecia de Tocqueville, os Estados Unidos e a Rússia, é necessário reconhecer que a segurança e a defesa do nordeste, do estuário amazônico e do Atlântico Sul são cargas que recaem sobre nós (...) Para nós não

> há outra alternativa senão aceitá-las e conscientemente, pois de nenhuma forma podemos rechaçar deveres que são exclusivamente nossos, como os da defesa da integridade do território nacional e o da segurança do Atlântico Sul (...)".

Nota-se, pelo exposto, no pensamento de Golbery, um claro determinismo geográfico aliado à supremacia do Estado sobre a nação, que se torna mais evidente quando afirma que o "direito de utilização de nosso território, seja para o que for, é um direito exclusivo de nossa soberania que não devemos, de nenhuma forma ceder..." Esta última frase do militar, conduz à constatação do que hoje ocorre no âmbito do Estado autoritário: do direito à nossa soberania estar sendo cedida pela entrega de nossas riquezas naturais em troca do diploma de "satélite privilegiado" ou "aliado preferencial" dos Estados Unidos e aliados ocidentais. O que acabou de ser dito é reforçado pelo pensamento do próprio General:

> "(...) em tais circunstancias, quando entre nossos vizinhos hispano-americanos recrudesce uma oposição aos Estados Unidos da América que se mascara em Terceira Posição ou em outro rótulo, (...) o Brasil parece estar em condições superiores, pela sua economia não competitiva, por sua grande e comprovada tradição de amizade e, sobretudo, pelas cartas de que dispõe para uma troca leal – o magnésio, as areias monazíticas, a posição estratégica do nordeste e da embocadura amazônica com seu tampão de Marajó – de negociar uma aliança bilateral mais expressiva que não só nos assegure os recursos necessários para que participemos ativamente na segurança do Atlântico Sul e defendamos, se é necessário, aquelas áreas brasileiras tão expostas a ataques extra-continentais contra um ataque que abarque o território norte-americano via Dakar-Brasil-Antilhas, senão uma aliança que, por outro lado, traduz o reconhecimento real da estatura do Brasil nesta parte do Oceano Atlântico, depois de terminar com qualquer política bifrontal e acomodatícia, a respeito de nosso país e da Argentina, ambas nações, por exemplo, igualmente beneficiadas, contra todas as razões e evidências, com armas de guerra naval".

Após estas longas reflexões chega-se à conclusão que a Política de Integração Nacional definida pelo Estado brasileiro evidenciou claramente que ela fez parte de uma estratégia geopolítica e capitalista delineada pelo sistema econômico e militar do chamado Bloco Ocidental, do qual o Brasil é apenas um sub-sistema.

NOTAS E REFERÊNCIAS

1. IANNI, Octávio – Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970); 3ª ed.; Ed. Civilização Brasileira; RJ; 1979.

LORENZO, Fernandes O. S. – A Evolução da Economia Brasileira; Zahar Ed: RJ; 1976.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser – O Colapso de uma Aliança de Classes: Editora Brasiliense; SP; 1978.

IANNI, Octávio – A Ditadura do Grande Capital; Ed. Civilização Brasileira S/A; RJ; 1981; p. 111-142.

SINGER, Paul – A crise do "Milagre". Interpretação Crítica da Economia Brasileira; 2ª Ed. Ed. Paz e Terra; RJ; 1976.

MIRANDA NETO, José Manoel – A Crise do Planejamento; Nórdica; RJ; 1981.

BRASIL – 14 Anos de Revolução – Documento elaborado pelo Instituto de Planejamento Econômico e Social – IPEA e apresentado ao Conselho de Desenvolvimento Econômico – CDE; Brasília; 1978; p.101-119.

2. WELLS, J. – Euro–Dólares. Dívida Externa e o Milagre Brasileiro. In: Estudos CEBRAP; dez. 1973.

3. BACHA, E.L. – Issues and Evidence on Recent Economic Grouth; Harward University; 1976; p.40

4. MANTEGA, Guido e MORAES, Maria. – Acumulação Monopolista e Crises no Brasil; Paz e Terra: RJ; 1980; p.52 a 58.

5. WELLS, John – The Difusion of Durables. In: Brazil And Its Implications For Recent Controversies Concerning Brasilian Development" in Cambridge Journal of Economics; London; 1977.

6. Companhia Central de Abastecimento (COCEA); RJ; 1969.

7. Mercado Global, Ed. Especial; Centro Globo de Comercialização: RJ; 1974.

8. Família Assalariada: Padrão e Custo de Vida; SP; 1974.

9. MANTEGA, Guido e Moraes, Maria – Op. Cit., p. 59 a 70.

10. MANTEGA, Guido e Moraes, Maria – Op. Cit., p.85 e 86.

11. PEREIRA, Luiz Carlos Bresser – Miopia Burguesa e Estratégia Autoritária, In: "A Folha de São Paulo", 27.04. 1980, p.3 e PEREIRA, Luiz Carlos Bresser – A Tecnoburocracia e o Ciclo, in " A Folha de São Paulo", 30.11.1980, p.3.

12. Presidência da República – Metas e Bases para a Ação do Governo 1971.

13. República Federativa do Brasil – I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) (1972-1974), 25-31.

14. República Federativa do Brasil – Projeto do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979), 49-60.

15. SANTOS, Milton – Do Espaço Sem Nação ao Espaço Transnacionalizado, in Brasil 1990 – Caminhos Alternativos do Desenvolvimento, org. por Henrique Rattner; Ed. Brasiliense, SP; 1979; 155.

16. COUTO e SILVA, Golbery – Geopolítica do Brasil. Col. Documentos Brasileiros 126; 2ª ed.; Livraria José Olympio Ed.; RJ; 1967.

17. MATTOS, Carlos de Meira – Brasil – Geopolítica e Destino, Biblioteca do Exército Ed. Co-ed. com Livraria José Olympio Ed. RJ; 1975, p.61

18. COUTO E SILVA, Golbery – Geopolítica do Brasil, Op. Cit.

19. COUTO E SILVA, Golbery – Geopolítica do Brasil, Op. Cit.

20. República Federativa do Brasil – I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) – 1972-74; 1971; p.25.

21. República Federativa do Brasil – Projeto do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979); 1974; p.49 e 52.

22. COSTA, José Marcelino Monteiro da "Amazônia" Recursos Naturais, Tecnologia e Desenvolvimento, publicado por José Marcelino Monteiro da Costa (org.); Amazônia:Desenvolvimento e Ocupação: citação da p.55 e 57.

23. MATTOS, Carlos de Meira – A Geopolítica e as Projeções do Poder, prefácio de Luiz Viana Filho, Livraria José Olympio Ed. RJ; 1977; p109-110.

24. Nota-se pela definição que o General Golbery confundiu os conceitos de estado e nação. A sua concepção de Estado-Nação tem uma conotação visivelmente fascista.